

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

MANAUS À BEIRA-RIO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO

LUIZA ANGÉLICA OLIVEIRA GUGLIELMINI

MANAUS
2005
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

LUIZA ANGÉLICA OLIVEIRA GUGLIELMINI

MANAUS À BEIRA-RIO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Orientador: Prof^o Dr. José Aldemir de Oliveira

Co-Orientadora: Prof^a Dr^a. Amélia Regina Batista Nogueira

MANAUS
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

GUGLIELMINI, Luiza Angélica Oliveira.

Manaus à beira-rio: A produção e reprodução do espaço urbano /
Luiza Angélica Oliveira Guglielmini. – Manaus, 2005.

194. f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas –
UFAM, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – (PPG CASA), 2005.

1. Espaço urbano 2. Manaus (cidade) 3. Beira-rio
4. Diferenciações 5. Usos

Dissertações. I. Oliveira, José Aldemir (orient.). II. Nogueira, Amélia
Regina Batista (co-orient.). III. Universidade Federal do Amazonas.
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia. IV. Título.

LUIZA ANGÉLICA OLIVEIRA GUGLIELMINI

MANAUS À BEIRA-RIO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovada em 18 de maio de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. José Aldemir de Oliveira, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Profº. Dr. Saint-Clair Trindade Jr.
Universidade Federal do Pará

Profº. Dr. Vítor Ribeiro Filho
Universidade Federal do Amazonas

Profº. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas

Dedico ao meu marido Marcelo Frederick Almeida Guglielmini, a minha mãe Francisca Oliveira Amorim e ao meu pai Raymundo Amorim (*in memoriam*), bem como a todas as pessoas que compartilharam um pouco de suas vidas comigo e possibilitaram minha pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente Àquele que nos dá a luz do dia e a beleza da noite, ao Criador do Universo e de todas as coisas, a própria Força da Natureza e da Inteligência Humana, Deus. À Santíssima Trindade e à Virgem Mãe que me inspira e me ajuda no milagre de cada amanhecer.

Aos responsáveis por minha existência neste mundo físico, Raymundo Amorim (*in memoriam*) e Francisca Oliveira Amorim, mais que amada, mãe amiga, companheira (...) Pais maravilhosos, exemplos de respeito, amor e seriedade, a quem devo minha educação, e a minha madrinha de batismo Léa Barretto pelos livros presenteados na infância.

Meu muitíssimo obrigado também a meu marido querido Marcelo Frederick Almeida Guglielmini, meu amor neste mundo e no outro, amigo e companheiro de todas as horas, abdicando muitas vezes de seu tempo para participar do levantamento dos dados desta obra. Reconheço que você meu anjo, é o principal incentivador da profissional. A minha amiga-irmã Lívia Maria Vieira Drummond Moraes pela força e energia positiva que mantém a chama de nossa amizade, na constante busca pela evolução nesta existência.

Aos meus irmãos, sogros, cunhados e sobrinhos, e particularmente a Lizete Oliveira Amorim pelo empenho em arrumar textos e livros para a pesquisa. A Luzia Oliveira Amorim pelas “andanças” nas bibliotecas. A Luciano de Oliveira Amorim pelo auxílio com os documentos oficiais e a Lucília Oliveira Amorim por ter assumido a responsabilidade de garantir o término de minha educação escolar antes da Universidade, bem como a todas as pessoas que acreditam em meu trabalho e que de alguma forma contribuíram para meu crescimento.

Agradeço pelo ensino público, gratuito e de qualidade de Graduação e Pós-Graduação desta Universidade Federal do Amazonas (UFAM), aos professores responsáveis por minha formação no curso de geografia, em especial a José Alberto Lima de Carvalho, Manuel de Jesus Masulo da Cruz e Adoréa Rebello de Albuquerque, principais motivadores pelo aperfeiçoamento de meu gosto na literatura geográfica.

A professora Doralice Sátyro Maia pela boa recepção na Universidade Federal da Paraíba (UFPb), ao professor Vítor Ribeiro Filho pelo incentivo, crédito e apoio a este trabalho bem como por sua amizade, ao professor Geraldo Alves pelas dicas em relação ao uso da imagem de satélite, e finalmente a professora Amélia Regina Batista Nogueira pelos

encaminhamentos, sugestões e orientações de muitas questões apresentadas durante esses seis últimos meses, o que desencadeou em sua co-orientação. Agradeço também aos professores Magela Mafra e Deodato Costa pelas boas risadas, bem como os momentos de angústias compartilhados.

A minha equipe de trabalho: Ellen Nilce Ramos Pereira, José Camilo Ramos de Souza, Marcelo Frederick Almeida Guglielmini, Silvana Torres Monteiro, Michelli Santos da Silva e Samya Fraxe Neves. Aos colegas da turma de 2003 do mestrado pelo companheirismo durante a realização das disciplinas, principalmente a Samara, Raquel, Luciana, Núbia, Afrânio e Raul.

Aos que me receberam nos órgãos parceiros da UFAM, principalmente na CPRM, a Augusto César Gonçalves da Costa e Amaro Luiz Ferreira pelo atendimento. Ao juiz de direito Paulo Fernando Feitoza por ter disponibilizado algumas horas de seu tempo para explicar, discutir e até mesmo cedido textos e livros jurídicos, tão preciosos para o entendimento e desenvolvimento de parte da dissertação. A Laura e Austy Maneschky e Daniel Barretto pela revisão dos resumos em língua estrangeira. A Luciel Almeida pela revisão gramatical. A Ray-Frank da Silva Santos pelo excelente trabalho de mapeamento na imagem de satélite e a Raniere Garcez por sua colaboração na impressão.

Obrigada a meu paciente e grande mestre orientador José Aldemir de Oliveira, por seus sábios ensinamentos de como devemos pensar em usar o que temos para ajudar os outros, não nos julgando muito, para que o conhecimento sempre seja uma constante fonte de descoberta.

Nos momentos mais difíceis deste trabalho tinha em frente à escrivaninha do computador, um bilhete escrito em uma prova da graduação: *“você é uma das melhores alunas que já tive, vá em frente, seja dedicada, perseverante, sempre há mais para aprender, pois o conhecimento tem como limite o não limite...”* e faço saber que foram essas palavras que muitas das vezes me empurraram para mais adiante.

Ao Senhor minha homenagem, pelo seu grande exemplo de que a força e a coragem podem realmente brotar de onde menos esperamos, mesmo que não possamos explicar de onde venha esse sentimento, penso que isto é reservado somente aos que têm amor pelo que fazem e compreensão para com os outros.

As duas grandes profissionais Lígia Fonseca Heyer, quem primeiro me deu a oportunidade em trabalhos de pesquisa (PIBIC) e profissionalmente, e a Lyres Balbi, a quem tive o imenso prazer de conhecer e a satisfação de conviver em trabalhos posteriores a

graduação e que também contribuiu com literaturas imprescindíveis.

A todos que mantiveram o desejo de sorte em mais este trabalho, a Luciene e Raimunda a quem carinhosamente chamo de Lu e Rai que se dispunham a resolver as pendências frente à secretaria do mestrado (PPG/CASA), e principalmente à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) por ter disponibilizado bolsa para a realização desta.

E por acreditar que são as escolhas que fazemos, mais que nossas habilidades que define quem somos, é que digo que ainda que este passo pareça ser o último de toda uma jornada, ele se apresenta apenas como o primeiro de uma aventura ainda maior.

Força sempre e obrigada de verdade.

Filho da Floresta, a água e a madeira
viajam nos meus olhos desde a infância.
Vai no meu peito o barco da esperança e o
amor pelo Amazonas, a pátria da Água.

Thiago de Mello

RESUMO

A compreensão do rio e a cidade na Amazônia traz o enfoque da relação homem e natureza, partindo-se da análise da ocupação da área oeste de Manaus, banhada pelo rio Negro, compreendendo o perímetro da foz do igarapé do São Raimundo até a foz do rio Tarumã, alicerçando-se na perspectiva Lefebvreana. O estudo foi realizado nos anos de 2003/2004 e desvenda as formas de ocupação da terra urbana, a partir de seu contexto histórico e espacial e da importância do rio na construção da cidade. Ao término da pesquisa nota-se que a população em geral, além de ter o acesso ao rio limitado à praia da Ponta Negra, e ao bairro da Compensa e bairro do São Raimundo, perde o direito a circulação por estas serem áreas apropriadas para o uso restrito de hotéis, estaleiros, portos privados e condomínios fechados. Importa a realização do estudo enquanto possibilidade de análise da produção do urbano na Amazônia, enquanto reflexão acerca da história de ocupação e características paisagísticas da cidade que está em meio a selva e margeada por dois grandes rios, o que pressupõe compreender o papel da sociedade e da natureza na construção do espaço urbano.

Palavras-chaves: espaço-urbano; Manaus (cidade); beira-rio; diferenciações; usos.

ABSTRACT

The understanding of the river and the city in the Amazon brings the focus of the relationship between man and nature, starting from the analysis of the occupation of the western area of Manaus, surrounded by Rio Negro river, throughout the perimeter of the mouth of São Raimundo's igarapé to the mouth of Tarumã river, this work is based upon the Lefebvrian perspective. The study was accomplished in the years of 2003/2004 and it unmasks the forms of urban land occupation, starting from its historical and spacial context and also the importance of the river in the construction of the city. At the end of the research it is noticed that the general population, loses their circulation rights for there to be appropriate areas for hotels, shipyards, private ports and closed condominiums restricted use, besides having access to the river limited to the Ponta Negra beach, as well as Compensa and São Raimundo neighborhoods. The accomplishment of the study matters, as long as the analysis of the urban production in the Amazon, and the reflection concerning the occupation history and the landscape characteristics of the city which is in the middle of the jungle and bordered by two great rivers, are possible. That presupposes the understanding of the society and the nature roles in the construction of the urban space.

Key words: urban space; Manaus (city); edge-river; differentiations; usage.

RÉSUMÉ

La compréhension de la rivière et la ville dans l'Amazonie apporte le centre de l'homme du rapport et nature, casser de l'analyse de l'occupation de la région ouest de Manaus, occupé un bain par le Rio Negro, comprendre le périmètre de la bouche du Igarapé de São Raimundo à la bouche du Rio Tarumã, être trouvé dans la perspective Lefebvreana. L'étude a été accomplie dans les années de 2003/2004 et il démasque les formes d'occupation du monde urbain, en commençant de votre historique et contexte de l'espace et de l'importance de la rivière dans la construction de la ville. À la fin de la recherche il est remarqué que la population dans général, excepté avoir l'accès à la rivière limitée à la plage de la Ponta Negra, au voisinage de la Compensa et voisinage de São Raimundo, perd le droit la circulation car ils sont des régions appropriées pour l'usage restreite d'hôtels, chantiers navals, ports privés et appartements fermé. Importe la réalisation de l'étude pendant que possibilité d'analyse de la production de l'urbain dans l'Amazonie, pendant que réflexion à propos de l'histoire de l'occupation et paysagiste des caractéristiques de la ville que c'est entre jungle et a encadré par deux grandes rivières, celui qui présuppose comprend le papier de la société et de la nature dans la construction de l'espace urbain.

Les mot clefs: espace - urbain; Manaus (ville); affilez la rivière; les différenciations

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A natureza fazendo parte do mercado imobiliário	42
Figura 02 – Construtora utilizando a Ponta Negra para venda de casas populares ..	50
Figura 03 - O novo estilo de vida da classe média alta	50
Figura 04 – A Ponta Negra eleita como novo símbolo	61
Figura 05 – Vencedor do Prêmio Arquitetura Corporativa	66
Figura 06 – Venda da beira do rio fora de Manaus	66
Figura 07 – A Ponta Negra em 2000 iniciando o processo de transformação em “Barra Cabocla”	177
Figura 08 – Vista aérea da privatização da área da Ponta Negra na cheia	177
Figura 09 – Vista aérea da privatização da área da Ponta Negra na vazante	177
Figura 10 – A resistência da população frente a especulação imobiliária e a privatização da praia	177

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Vista parcial do bairro das palafitas do São Raimundo na cheia	24
Foto 02 - Vista parcial do bairro das palafitas do São Raimundo na vazante	24
Foto 03 – Vista parcial da 12ª Região Militar na época da cheia	29
Foto 04 – Comunidade Ponta do Ismael na época da cheia	31
Foto 05 – Comunidade Ponta do Ismael na época da vazante	31
Foto 06 – Rua de acesso ao porto. Observa-se melhor este corte no platô na Foto 13 no final deste capítulo	32
Foto 07 – Muro de contenção que ameaça as casas da comunidade, tornando a área de alto risco	32
Foto 08 – Vista parcial da área de praia da “orla fluvial” na época da cheia	33
Foto 09 – Estrada da Ponta negra, a “Barra Amazonense”	42
Foto 10 – Visão parcial das palafitas do São Raimundo a partir da ponte Senador Fábio Lucena	52
Foto 11 – Visão parcial das palafitas da Compensa – comunidade Meu bem meu mau	52
Foto 12 – Demarcação da área na água que não é respeitada na vazante	66
Foto 13 – Demarcação da área na água que não é respeitada na cheia	66
Foto 14 – São Raimundo na época da vazante	71
Foto 15 – São Raimundo na época da cheia	71
Foto 16 – Placa de construção e incentivos do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra)	75
Foto 17 – Portão de entrada frontal do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra)	75
Foto 18 – Construção do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra) vista do rio na cheia	76
Foto 19 - Construção do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra) vista do rio na	

vazante	76
Foto 20 – Foto da Ponta Negra no final da década de 70	78
Foto 21 – Construção do flat do Tropical Hotel Manaus	78
Foto 22 – Flat do Tropical Hotel Manaus já construído: observe a piscina	78
Foto 23 – Escoamento de esgoto do tropical Hotel Manaus para o rio	79
Foto 24 – Marca do nível de subida das águas do rio Negro na piscina do hotel	79
Foto 25 – Muro feito na área de praia para delimitar o acesso	82
Foto 26 – O muro de pedras se prolonga até encontrar a área da marina do Tropical Hotel Manaus	82
Foto 27 – Acesso para se chegar até a praia da Ponta Negra	84
Foto 28 – Acesso da praia da Ponta Negra	84
Foto 29 – Banhistas na praia da Ponta Negra vista do rio	85
Foto 30 – A ilha de prédios da Ponta Negra	86
Foto 31 – Vista parcial da Empresa Transportadora Bertolini	103
Foto 32 – Vista parcial da Companhia de Navegação da Amazônia	103
Foto 33 – Placa do Estaleiro São João, indicando beneficiamento da SUFRAMA ..	104
Foto 34 – Vista parcial do ERIN, também beneficiada com incentivos fiscais	104
Foto 35 – Vista parcial do ERAM na Compensa	105
Foto 36 – Vista parcial da entrada de estaleiro com menor infra-estrutura na Compensa	105
Foto 37 – Estaleiro rudimentar no São Raimundo	110
Foto 38 – Construção de barco no Estaleiro São Raimundo	110
Foto 39 – Vista parcial da balsa chegando ao porto de São Raimundo	110
Foto 40 – Vista parcial do atracadouro da balsa no porto de São Raimundo por parte do usuário	110

Foto 41 – Reservatório de levantamento de Água Bruta, atual Águas do Amazonas, na cheia	111
Foto 42 – Vista do reservatório a partir da comunidade da Ponta do Ismael na vazante	111
Foto 43 – Comunidade Ponta do Ismael na época da cheia	113
Foto 44 - Comunidade Ponta do Ismael na época da vazante	113
Foto 45 – vista parcial da 4ª DL na época da cheia	113
Foto 46 – Cano de esgoto de uma das residências do bairro de São Raimundo	121
Foto 47 – Ritual umbandista na praia da Ponta Negra: o sagrado em meio ao profano	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Gráfico descritivo da tabela 03	
Tipos de habitação	117
Gráfico 02 – Gráfico descritivo da tabela 04	
Condição de Moradia	118
Gráfico 03 – Gráfico descritivo da tabela 05	
Forma de abastecimento da água	119
Gráfico 04 – Gráfico descritivo da tabela 06	
Fornecimento de Energia elétrica	120
Gráfico 05 – Gráfico descritivo da tabela 07	
Instalação Sanitária	121
Gráfico 06 – Gráfico descritivo da tabela 08	
Destino dado ao lixo	122
Gráfico 07 – Gráfico descritivo da tabela 09	
Transporte utilizado	123
Gráfico 08 – Gráfico descritivo da tabela 10	
Motivo que levou a residir no Santo Agostinho	124
Gráfico 09 – Gráfico descritivo da tabela 11	
Motivo que levou a residir na Compensa	125
Gráfico 10 – Gráfico descritivo da tabela 12	
Motivos que levou a residir no São Raimundo	126
Gráfico 11 – Gráfico descritivo da tabela 13	
Opinião sobre o local em que reside – Santo Agostinho	127
Gráfico 12 – Gráfico descritivo da tabela 14	

Opinião sobre o local em que reside – Compensa	128
Gráfico 13 – Gráfico descritivo da tabela 15	
Opinião sobre o local em que reside – São Raimundo	129
Gráfico 14 – Gráfico descritivo da tabela 16	
Quanto ao significado do rio para os moradores do Santo Agostinho ..	130
Gráfico 15 – Gráfico descritivo da tabela 17	
Quanto ao significado do rio para os moradores da Compensa	131
Gráfico 16 – Gráfico descritivo da tabela 18	
Quanto ao significado do rio para os moradores do São Raimundo	132
Gráfico 17 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto ao local de origem	138
Gráfico 18 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da zona Norte	138
Gráfico 19 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da zona Sul	139
Gráfico 20 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da zona Leste	140
Gráfico 21 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da zona Oeste	140
Gráfico 22 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta	

Negra dos moradores da zona Centro-Sul	141
Gráfico 23 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da zona Centro-Oeste	141
Gráfico 24 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto ao meio de transporte usado para ir a Ponta Negra de forma geral	142
Gráfico 25 – Gráfico descritivo da tabela 19	
Quanto à frequência dos que vão à Ponta Negra de forma geral	142
Gráfico 26 – Gráfico descritivo da tabela 20	
O que as pessoas que freqüentam a Ponta Negra acham mais interessante no local	143
Gráfico 27 – Gráfico descritivo da tabela 21	
Quanto ao significado do rio para as pessoas que freqüentam a Ponta Negra	144

LISTA DE IMAGENS DE SATÉLITES

Imagem de Satélite 01 – Imagem Landsat 7 Área urbana de Manaus: destaque para áreas da tabela 01	26
Imagem de Satélite 02 – Área militar bairro Ponta Negra	30
Imagem de Satélite 03 – Localização das unidades portuárias	37
Imagem de Satélite 04 – Área de livre acesso bairro do São Raimundo	55
Imagem de Satélite 05 – Áreas restritas e livre acesso bairro da Ponta Negra	83
Imagem de Satélite 06 – Área militar bairro da Compensa	114
Imagem de Satélite 07 – Área restrita bairro do São Raimundo	166
Imagem de Satélite 08 – Área restrita bairro da Compensa	167
Imagem de Satélite 09 – Cotas do rio Negro na Ponta Negra	169
Imagem de Satélite 10 – Cotas do rio Negro no bairro do São Raimundo	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Região administrativa da zona Oeste de Manaus	24
Tabela 02 – Áreas de superfície e a população dos bairros que compõe a área de estudo	107
Tabela 03 – Descritivo do tipo habitacional na área de estudo	117
Tabela 04 – Descritivo da condição de moradia	118
Tabela 05 – Descritivo quanto à forma de abastecimento de água	119
Tabela 06 – Descritivo quanto à forma de abastecimento de energia elétrica na área em estudo	119
Tabela 07 – Descritivo quanto à forma de instalações sanitárias na área em estudo	120
Tabela 08 – Descritivo quanto à forma de destino dado ao lixo	121
Tabela 09 – Descritivo quanto ao transporte utilizado pelos moradores na área em estudo	122
Tabela 10 – Descritivo quanto aos motivos que levaram a residir no Santo Agostinho	123
Tabela 11 – Descritivo quanto aos motivos que levaram a residir na Compensa	124
Tabela 12 – Descritivo quanto aos motivos que levaram a residir no São Raimundo	125
Tabela 13 – Descritivo quanto à opinião sobre o Santo Agostinho	127
Tabela 14 – Descritivo quanto à opinião sobre a Compensa	128
Tabela 15 – Descritivo quanto à opinião sobre o São Raimundo	128
Tabela 16 – Descritivo quanto ao significado do rio para os moradores do Santo Agostinho	130
Tabela 17 – Descritivo quanto ao significado do rio para os moradores da	

Compensa	131
Tabela 18 – Descritivo quanto ao significado do rio para os moradores do São Raimundo	132
Tabela 19 – Descritivo quanto à frequência que vai a Ponta Negra e ao meio de transporte utilizado para chegar até lá	137
Tabela 20 – Descritivo quanto o que as pessoas que freqüentam a Ponta Negra acham interessante no local	143
Tabela 21 – Descritivo quanto ao significado do rio para as pessoas que freqüentam a Ponta Negra	144

LISTA DE SIGLAS

AMC (Associação dos Moradores da Compensa)

BASA (Banco da Amazônia)

BIS (Batalhão de Infantaria de Selva)

CF (Constituição Federal)

CIACOM (Companhia de Comunicações)

CIGS (Centro de Guerra na Selva)

CMA (Comando Militar da Amazônia)

CNA (Companhia de Navegação da Amazônia)

CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente)

COSAMA (Companhia de Saneamento de Manaus)

COVISA (Conselho Municipal de Vigilância Sanitária)

CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais)

DL (Divisão de Levantamento)

EIV (Estudo de impacto de Vizinhança)

EPC (Estações de Pré-Condicionamento)

EPIA (Estudo Prévio de Impacto Ambiental)

EPI (Equipamento de Proteção Individual)

ERIN (Estaleiro Rio Negro)

ERAM (Estaleiro Rio Amazonas)

EUA (Estados Unidos da América)

GEC (Grupamento de Engenharia de Construção)

ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras)

IMPLAN (Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática)

IMPLURB (Instituto Municipal de Planejamento Urbano)

IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas)

LOMAN (Lei Orgânica do Município de Manaus)

MMA (Ministério do Meio Ambiente)

PMM (Prefeitura Municipal de Manaus)

PDLI (Plano Diretor Local Integrado de Manaus)

RADAMBRASIL (Projeto Radar da Amazônia)

RJ (Rio de Janeiro)

SEC (Secretaria de Estado de Cultura)

SEDEMA (Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente)

SEMEF (Secretaria Municipal de Economia e Finanças)

SEMOSB (Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico)

SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia)

SNPH (Sistema de Navegação de Portos e Hidrovias)

SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia)

SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)

UES (Unidade de Estruturação Urbana)

UNA (Unidade Ambiental de Conservação)

ZFM (Zona Franca de Manaus)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1.0	8
A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	8
1.1 Discutindo a temática: “A produção do espaço urbano da cidade de Manaus na ‘beira’ do rio Negro”	20
1.2 A segregação do espaço urbano na beira do rio	53
Capítulo 2.0	67
“MANAUS E A BEIRA-RIO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO NEGRO”	67
2.1 A representação social do rio no imaginário dos moradores do setor São Raimundo, Compensa e Santo Agostinho	68
2.2 O simulacro chamado “orla fluvial”: O rio como mercadoria ..	73
2.3 Procedimentos metodológicos	88
Capítulo 3.0	95
DO RIO À CIDADE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA	95
3.1 O espaço urbano na Amazônia a partir da introdução dos grandes projetos: A Zona Franca de Manaus (1967 – 2004)	96
3.2 A beira-rio da cidade de Manaus, a jusante do rio Tarumã ao igarapé o São Raimundo.....	107
3.3 A articulação da cidade com o rio: Setor São Raimundo, Compensa e Santo Agostinho	107
O bairro de São Raimundo	107

O bairro da Compensa	111
O bairro de Santo Agostinho	115
3.3.1 Análise de dados obtidos a partir dos formulários aplicados no setor São Raimundo, Compensa e Santo Agostinho	116
3.4 A articulação da cidade com o rio no setor do bairro da Ponta Negra	134
3.4.1 Análise de dados obtidos a partir dos formulários aplicados no setor Ponta Negra	136
3.5 Setor Unidades Portuárias	146
3.6 Setor Institucional – área militar	152
Capítulo 4.0	153
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O USO DA TERRA- ÁGUA URBANA	153
4.1 A beira-rio da cidade: o legal x o real	153
4.2 Da natureza da cidade à cidade da natureza	163
CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	183
LEIS, PLANOS E PROJETOS	190
ARTIGOS DE JORNAL	191
APÊNDICES	193
Formulário 01	193
Formulário 02	194

INTRODUÇÃO

Para iniciar o trabalho foi preciso pensar na forma com que abordáramos as principais categorias de análise, aquelas que apontariam para o entendimento e compreensão do espaço urbano na Amazônia. Com isso, verifica-se que o estudo da categoria espaço seria relevante para buscar primeiramente contemplar o estudo da cidade e do urbano, e com eles os seus principais agentes formadores do processo de produzi-la e reproduzi-la nesta contemporaneidade. Importa lembrar que a cidade é sim produzida pelas relações sociais que a compõem, e que por conta dessas relações serem diferenciadas, isso termina se refletindo no espaço urbano enquanto lugar de segregação, em consequência desse construto desigual que ocorre nas cidades.

Portanto, o presente trabalho busca o entendimento do espaço nas ciências humanas, ainda que esta seja uma discussão bastante complexa, e por isso mesmo infundável. Buscaremos a abordagem apenas para situar tal estudo nos principais teóricos que norteiam a análise.

O estudo do espaço se faz necessário para o entendimento da vida humana e sua organização no urbano, modo de vida que hoje é tão propagado pelos meios de informação, e que termina por influenciar a vida social e dificultar o processo de reconhecimento e formação dos cidadãos e de seus direitos na cidade, incluindo o próprio direito a tê-la¹ em sua essência, auxiliando na renovação de um discurso que pense primeiramente nas pessoas na e para a cidade, tornando-a assim mais social.

Com isso, a discussão estará alicerçada basicamente nos conhecimentos de uma linha

¹ O direito à cidade, propugnado por Henri Lefebvre (2001:103-104).

teórica que tem a perspectiva da produção, com base nos objetivos, justificativas e na própria metodologia de abordagem do presente estudo.

Neste sentido, o presente trabalho justifica-se na medida em que se propõe contribuir não só para produzir conhecimento sobre uma área pouco estudada da cidade de Manaus, mas especialmente por levar em conta o momento em que consideráveis mudanças estão ocorrendo na beira-rio da cidade.

Por serem os problemas urbanos de natureza interdisciplinar, isto faz com que haja grande dificuldade para o analista em compreendê-los, exatamente pela complexidade que é tratar a fusão de ensinamentos derivados de muitas disciplinas. Por isso o foco de análise permite compreender os processos sociais, econômicos e ambientais que perfazem a localização e seu arranjo espacial.

E é com base nessas preocupações que se busca empreender a reflexão acerca da história dessa ocupação e mesmo das características paisagísticas de Manaus, além de produzir elementos que possam ser úteis para a análise do uso do solo e das perspectivas de gestão dessa fração do espaço urbano, com ênfase às instituições que atuam nesse espaço e os agentes que o ocupam, objetivando:

- analisar o uso do solo urbano atual da beira-rio da cidade de Manaus, no perímetro da foz do rio Tarumã à foz do igarapé de São Raimundo, identificando e tipificando as formas de ocupação e os agentes sociais envolvidos no processo, através da ocupação da área desde a criação da ZFM (1967);
- verificar as alterações promovidas pelo poder público, através da implementação de instrumentos, projetos e diretrizes estabelecidas pelas várias instâncias de Poder, observando o grau de abrangência e o caráter da sustentabilidade ambiental por eles apresentados;
- elaborar a setorização da beira rio com os critérios de uso e de apropriação do solo,

que possibilitassem definir possíveis avanços no controle das ações provindas das atividades econômicas e da concentração populacional na mesma.

Para tanto, a hipótese norteadora foi a de que as cidades na Amazônia se estruturaram com uma estreita relação com o rio, devido o padrão espacial que se organizava a partir do leque fluvial. Este seria um componente de relevância para as mesmas, se considerarmos que são predominantemente ribeirinhas, o que pode inclusive aparecer no imaginário da população enquanto elemento simbólico. Entretanto, a produção do espaço urbano baseado no mercado despreza o rio enquanto dimensão do lugar, destruindo a possibilidade do construto de uma cidade caracteristicamente local.

A partir disto objetivamos analisar o uso do solo urbano atual da beira-rio da cidade de Manaus, delimitando a área de estudo da foz do rio Tarumã à foz do igarapé de São Raimundo, identificando e tipificando as formas de ocupação e os agentes sociais envolvidos no processo.

Com isso, primeiramente se precisou estabelecer de que forma se deu a ocupação da área a partir da criação da Zona Franca de Manaus (1967), verificando as alterações promovidas pelo poder público, por meio de seções estabelecidas pelas várias instâncias de poder, observando o grau de abrangência e a sustentabilidade ambiental por eles apresentados, para então elaborarmos a setorização da área relacionando os critérios de uso e de apropriação do solo, que possam possibilitar a definição de possíveis avanços no controle das ações provindas das atividades econômicas e da concentração populacional.

Para que o trabalho fosse possível, partimos da análise Lefebvriana, do método da transdução, segundo o qual “se constrói o objeto teórico partindo-se de informações que sobrevêm da realidade, pressupondo a constante re-alimentação entre o argumento conceitual utilizado e as observações empíricas, formalizando as operações mentais” (Lefebvre, 2001:108).

Para tanto, foi preciso colher informações e dados sobre o processo histórico de ocupação da beira-rio de Manaus na área identificada, por meio de levantamento bibliográfico geral e específico referente ao tema, além da realização da revisão bibliográfica a respeito das definições, conceitos e categorias que ajudassem no embasamento teórico da discussão do tema levantado e de seus principais objetivos.

Num segundo momento, ocorreu a identificação dos agentes de apropriação e uso do solo na beira-rio de Manaus, por meio da análise documental, de cadastros oficiais das esferas municipais, estaduais e / ou federais, referentes à concessão de uso e / ou tributação decorrentes desse uso, assim como cadastramentos complementares realizados *in loco*, de modo a localizar espacialmente, ao longo da área estudada, os diversos usos, os tipos de atividades, as funções e seus prováveis impactos sócio-ambientais. Os dados qualitativos e quantitativos, obtidos nesta primeira fase, constituíram a base de análise do problema e foram inclusive matéria-prima para a elaboração dos setores de análise da beira-rio da cidade, da foz do rio Tarumã à foz do igarapé do São Raimundo.

Grande parte do material coletado para a análise da atual dinâmica sócio-cultural da beira-rio foi obtida de forma empírica e a partir de dados primários, como a confirmação de alguns usos e tipos de atividades e seus possíveis impactos sociais e físicos no entorno, assim como as informações diretas obtidas através dos dois trabalhos de campo fluvial e terrestre conforme o cronograma (dezembro/2003 e maio/2004), para o reconhecimento da área com acompanhamento de seleção de fotografias, que possibilitou coletar dados e informações auxiliares e complementares, através deste recurso.

De acordo com Ferrara (2000, 76-77) a seleção fotográfica é eficiente por ter um caráter documental e panorâmico fazendo com que ocorra uma apreensão da imagem urbana, que nos leva a perceber como esta vem sendo produzida perante a cidade, que é dividida, com sua imagem transformada perdendo-se em metáforas de verticalidade e velocidade, para

surgir no foco seguinte, contorcida nas suas contradições de pobreza que não legitima a imagem de gigantismo que tem a verticalidade como signo:

A fotografia transforma a simples constatação da visualidade documental em um texto descritivo ou narrativo que organiza uma lógica não necessariamente linear e causal, mas perceptiva e cognitiva, capaz de produzir uma informação sobre a cidade. Descrever ou narrar são formas de percepção da realidade como produção dos significados que a informam e que são produzidos por ela (Ferrara, 2000:61).

Num terceiro momento, se procurou trabalhar com a dimensão da gestão do uso do solo na área pelo poder público, suas formas de intervenções e controle, assim como os reflexos dos projetos voltados para a mesma. Foi de suma importância realizar análise de documentos relativos aos instrumentos de gestão para o espaço urbano local, como o Plano Diretor Urbano, o Código de Obras, o Código de Postura, o Código Sanitário e o Projeto Geo Cidades - Relatório da Gestão Urbana Ambiental Integrada da cidade de Manaus, além de verificar a legislação estadual e nacional no que concerne à cidade e ao rio.

Também realizou-se visitas nas instituições que, no decorrer do processo de pesquisa, foram identificadas como locais que possuíam acervos documentais e outras informações enriquecedoras para o desenvolvimento do trabalho, tal como a Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB), Secretaria de Infra-Estrutura, Secretaria de Estado de Cultura (SEC), Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (SEDEMA), Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico (SEMOSB), Secretaria Municipal de Economia e Finanças (SEMEF), dentre outras.

A utilização de recursos, como as imagens de satélites Landsat 7 cena 231/062 de 30/08/2002 composição colorida bandas 3, 4 e 5 no formato IMG para a localização da área, e o mosaico de imagens Quick Bird Oeste de Manaus (2003) para a confecção da setorização da área, obtidas a partir do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) respectivamente, bem como a Carta Digital Planialtimétrica de Manaus (abril/2001, CD-rom) da Prefeitura Municipal de Manaus através da SEMEF com

escala de 1:10.000 para georeferenciar as imagens, foram instrumentos imprescindíveis para a setorização e caracterização, bem como para a identificação de elementos relacionados à forma de apropriação e de gestão na área em estudo.

As visitas ao acervo das bibliotecas do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas, Artur César Ferreira Reis, mantida pela SEC, e a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, bem como acervos particulares foram constantes durante toda a pesquisa.

Cabe ressaltar que de acordo com o desdobramento do trabalho, houve a necessidade de saber o significado que o rio Negro tem para seus diferentes agentes. Com isso, se decidiu como auxiliar, além da metodologia escolhida, a de Berry e Baker (s/d), denominada amostra estratificada, a fim de que pudéssemos, ainda que de forma pontual, extrair através dos formulários aplicados e das entrevistas livres, a relevância que a localização possui para cada uso identificado, e os interesses de cada agente em relação à localização, buscando para além do mapeamento dos diversos usos encontrados, compreender os motivos que os levaram a se estabelecerem nos lugares da beira-rio, pois em virtude disto se tem o acesso garantido ou não, tornando a análise de cunho quantitativo e qualitativo.

Importa ressaltar que, como a ocupação ocorreu em períodos distintos, como no caso das moradias, em que o fluxo se deu tanto em épocas anteriores quanto posteriores à criação da ZFM, como no caso do bairro de São Raimundo (1940) e a Ponta Negra (1970)², buscou-se para otimizar o entendimento das diferentes formas de ocupação, dimensionar a área em setores.

Portanto, os elementos de fundamental importância que podem contribuir para a caracterização e diferenciação da área, são as diferenças existentes em cada setor identificado (1: São Raimundo, Compensa e Santo Agostinho; 2: Ponta Negra; 3: Unidades Portuárias e 4:

² Ver matéria “Manaus: cem anos de transformação” no jornal A Crítica 27/12/1999.

Institucional – área militar) que compõem a zona oeste da cidade, consagrada no Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus como uma Unidade de Estruturação Urbana (UES).

O primeiro capítulo traz o referencial teórico sobre como se dá o entendimento da produção do espaço urbano e sua reprodução, introduzindo a temática a respeito da relação entre a cidade e o rio na Amazônia, mais especificamente entre Manaus e o rio Negro, enfatizando a segregação espacial que ocorre na beira-rio.

O segundo capítulo trata dos apontamentos que foram encontrados durante os trabalhos de campo, que é a representação social do rio no imaginário de parte da população que reside na área do setor São Raimundo, Compensa e Santo Agostinho. Das características que identificam o setor da Ponta Negra como um simulacro e dos procedimentos metodológicos realizados durante a pesquisa.

O terceiro capítulo relata o espaço urbano da Amazônia a partir da introdução dos grandes projetos, com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967, e de como foi a articulação da cidade com o rio em cada setor da área de estudo, bem como as análises obtidas a partir dos formulários aplicados e dos trabalhos de campo.

E finalmente o quarto e último capítulo trabalha a produção do espaço urbano a partir do enfoque jurídico, com análises da legislação no âmbito nacional, estadual e municipal, de forma a compreender a relação entre a cidade que é legal, do ponto de vista da lei inclusive ambiental e aquela que existe em função da necessidade da população.

Propositadamente não há um capítulo teórico puro, a teoria sempre estará relacionada à prática, de acordo com a metodologia indicada. Esse enfoque visa contribuir para sistematizar os estudos sobre os diferentes tipos de uso que podem coexistir nas cidades, demonstrando claramente a diferença existente naquilo que é necessário para alguns e o que surge enquanto desejo para outros.

Capítulo 1.0

A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

... o espaço é um conceito abstrato, tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território. Carlos (2001:11)

De acordo com Tuan (1980: 260), tudo aquilo que podemos pensar da cidade é real. O próprio termo cidade significa civilidade, e a palavra civilização foi primeiramente criada em meados do século XVIII, sendo que atualmente, é onde vive uma grande parcela da população, e é onde temos os maiores investimentos, onde se aglutinam atividades e serviços, bem como os conflitos e as contradições sociais.

Enquanto espaço urbano, a cidade pode ser analisada geograficamente por diversos modos. Para Corrêa (1997:145), o espaço urbano pode ser visto a partir da justaposição de diferentes paisagens e usos da terra, sendo simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e de lutas, tornando o enfoque um paradigma de consenso ou conflito, o que na grande cidade capitalista, se organiza a partir de um rico mosaico de usos da terra, enquanto espaço dividido em áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, resultando da dinâmica social com ritmos e natureza diferenciados.

Mas as necessidades da cidade e da vida urbana para Lefebvre (2001:104-105) só se revelam enquanto perspectivas que procuram o isolamento e com isso abrem novos horizontes, pois a cidade enquanto uma realidade acabada se deteriora. É fácil visualizarmos isso ao olharmos para trás e vermos que a cidade histórica já não existe, e o que temos é o pitoresco, que não passa de um objeto de consumo cultural. Entretanto, o urbano persiste, possibilitando construir uma nova cidade, com novas bases em uma outra sociedade, ainda que seja um objeto virtual de estudo da ciência.

Cabe pensar a respeito do papel duplo que a terra urbana possui, que é o de suporte

físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades, devido à posse e o controle do seu uso (Corrêa, 2002:13).

O futuro próximo e o cotidiano assumem o contexto da fragmentação desigual do espaço, se mostram através da complexa ação dos agentes sociais, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações de produção que mudam constantemente, e dos conflitos da classe que surgem a partir dela, sendo movimentos próprios da sociedade, da estrutura social e das funções urbanas, que se tornam visíveis nas formas espaciais (Santos, 1985: 57-58).

E por serem as formas socialmente produzidas pelos agentes sociais, elas assumirem a dimensão do simbólico, um caminho se abre para a sociedade urbana e para o humano, serem vistos enquanto obra e não como produto, pois a obra está para além da troca, ela é uma dimensão do Ser, e é nessa direção de humanismo que devemos tender a ir e nos esforçar para tal, buscando uma nova práxis, um outro homem, o da sociedade urbana (Lefebvre, 2001: 107).

Lefebvre (2001:108) nos incita a buscar por um novo projeto utópico, testando novos planejamentos para a cidade, estabelecendo um novo conhecimento que vise romper com a visão cartesiana e colocando o homem enquanto sujeito da produção do espaço urbano, o construtor da cidade, o criador, o que levaria a um novo urbanismo. O autor caminha teoricamente em busca de um novo direito: o direito à cidade, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia que sejam renovados, que busquem um programa político de reforma urbana, enquanto referência para mudanças na sociedade, se voltando para a direção do pleno, da plenitude (objetos e bens duráveis, quantidade, satisfação, racionalidade), reduzindo a realidade desigual.

Retomemos então o surgimento das cidades, que se deu em oposição àqueles que viviam nos campos. Os cidadãos, as pessoas civilizadas, residiam por dentro dos muros das

idades, pois habitá-las representava estar para além das rudezas que o estilo de vida rural significava. Com o passar dos tempos, a idéia inicial de morar nas cidades desbotou, devido principalmente aos agravantes ambientais que se acumulavam, e isto ocorre devido o sistema econômico desenvolvido através das relações humanas e sua organização social em seu meio ambiente físico (Gottdiener, 1997: 36).

Entretanto, conforme Castells (2000: 125), essa passagem de uma civilização “rural” para “urbana” é acompanhada simultaneamente de uma resistência juntamente com o anseio de “modernidade” que designa um quadro ideológico de problemas de adaptação às novas formas sociais que se originam a partir de então.

Logo, pode-se buscar compreender o sentido do termo “desenvolvimento” e sua relação com a natureza, porque ainda que tenha de ser vista enquanto uma totalidade, ela é em princípio abstrata, sendo então concretizada através das diferentes visões que os homens possuem do mundo (Carvalho, 1999: 23).

Porém, nas sociedades capitalistas interpreta-se o conhecimento enquanto um controle da natureza e, como tal, este é um (des) envolvimento pela modernidade, superando a idéia do selvagem, ou seja, a rejeição à natureza, pois esta era o próprio selvagem. No mundo, esta visão, vai se difundir até o início dos anos 70 do século passado, quando cientistas passam a alardear uma corrente de pensamento sobre a dimensão da limitação dos recursos naturais, nascendo assim as “estratégias de eco-desenvolvimento” de Ignacy Sachs (Godard, 1997: 110), que muda em parte a perspectiva do progresso a todo custo, sob a égide da I Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Estocolmo no ano de 1972.

Entretanto, a noção do tempo, para o então conceito que evoluiria para desenvolvimento sustentável, só vai surgir em 1988, quando da publicação do relatório Nosso futuro comum, cuja principal preocupação é estabelecer mecanismos de uso sustentável dos recursos, almejando a preservação para as futuras gerações. E, finalmente, em 1992, na II

Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, o conceito de sustentabilidade se consolida e se propaga pelo mundo, num retorno ao encontro da natureza com o estabelecimento inclusive de parâmetros para o que se quer sustentável.

Contudo, deve-se entender que essa sustentabilidade está estreitamente vinculada à prática social que não deve mais ser irresponsável quanto aos impactos gerados ao meio ambiente, pensando na perspectiva tanto do natural quanto do social. Mais ainda, implica em uma permanência dos recursos atuais para as gerações que ainda estão por vir, ou seja, que possamos ter práticas sociais compatíveis não só com a sociedade atual, mas também com as próximas, o que significa em última instância, qualidade de vida.

Esta reflexão aparece por ser também uma das preocupações atuais para o construto de “cidades sustentáveis”, enquanto ideal proposto a ser perseguido por uma população mundial que cada vez mais está se tornando urbana.

Nosso estudo aponta para a produção do espaço que recorre às diferenças sociais para explicar o espaço também diferenciado, pois do ponto de vista produtivo, os sistemas urbanos terminam sendo heterotróficos ou incompletos, pois para manter a sua complexidade, eles se apóiam na exploração dos recursos situados em espaços às vezes distantes, e a exploração de estruturas, em princípio simples, começam a aumentar a sua complexidade. Esta é a visão de Franco (2001:58), que compartilha a idéia de que a explosão industrial e demográfica fez com que houvesse uma aceleração da taxa de consumo de combustíveis fósseis. Logo, as novas magnitudes correspondentes destes novos fluxos de potência passam a alterar os contrapesos e equilíbrios do sistema em qualquer lugar onde se encontrem.

Concordo com a visão desta autora, que considera o homem e suas sociedades como subsistemas no interior do ecossistema mais amplo e que baseiam sua existência em um conjunto de processos de caráter homeostático, ou seja, que se renovam de modo contínuo em um equilíbrio imperfeito, de maneira que o homem, suas sociedades e a base ecológica que os

sustentam, e de que fazem parte, revigoram a constância de suas variáveis à custa da modificação sem descanso de outras, internas e externas (op. cit., 2001:60).

E como os componentes do ecossistema urbano dependem de outros ecossistemas, que se regulam através de mecanismos de retroalimentação, fazendo com que cada qual ocupe seu espaço, estabelecendo relações multivariadas dos integrantes, e a idealizada cooperação e conservação se configuram como os mecanismos opostos à competição e à exploração dos sistemas produtivos, o que entra em choque com a flexibilidade das variáveis auto-regenerativas dos ecossistemas. Então, é lógico pensar que a resolução de muitas das disfunções da cidade deixaram de ter um caráter estritamente local e tem passado a ser resultante da dinâmica das escalas territoriais local, regional, nacional, continental ou até mesmo mundial (Franco, 2001:60-61).

Ainda esta autora esclarece que desde as Cidades Jardins e a Carta de Atenas, se recorre à exposição dos méritos de um planejamento urbano mais funcionalista, baseado numa rígida compartimentação e na localização das atividades segundo a função, o que significa que a moradia, a indústria, as zonas comerciais, os espaços verdes, as universidades etc., se separam fisicamente, conectando-se mediante uma rede extensa de ruas e transportes horizontais, e este é o modelo perseguido até hoje.

O modelo funcionalista faz com que as cidades abriguem, simultaneamente, uma cultura de massa e uma cultura popular que se atritam e se colaboram, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem-fim. Entretanto, a cultura de massas é indiferente às preocupações da ecologia social, pois termina respondendo à vontade de uniformização e indiferenciação que é, com freqüência, externa ao corpo social, se confrontando com a cultura popular. Esta tem suas raízes na terra em que vive, simbolizando o homem e o seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper com a continuidade, no qual seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o seu

meio (Santos, 1987:66).

Santos (1990:188-189) ainda salienta que isto faz com que a cidadania se torne mutilada, pois as formas de representação se tornam enviesadas, e isto não se resume apenas às leis injustas, sendo resultante da própria estrutura espacial, que na cidade separa os indivíduos e faz dos pobres ainda mais pobres nos bairros onde vivem, onde os serviços públicos são mais raros e o preço dos bens e serviços comprados são mais altos, sendo o cidadão mutilado induzido a uma interpretação naturalista de sua situação inferior, carente. A partir disto, não é mais a cidade capitalista que é injusta com o pobre, mas sim sua própria pobreza, carência esta que pode ser suprida por meio do trabalho, de acordo com a ideologia dominante.

E a cidade funcionalista vai alterando não só a natureza e o entorno humano, mas o próprio quadro cotidiano da vida, carregado de significação sobreposta, com diversos artifícios, que na verdade não passam de uma tela de enganos. A natureza artificializada dessas cidades, instrumentalizada ao extremo recusa a se deixar entender diretamente, daí os homens não vêem o que enxergam, e essa cegueira, que é universal, misteriosamente condena a existência a ser vivida, a despeito de cada um tornando as pessoas meros joguetes da vida coletiva (Santos, 1987:51).

Mas, como o espaço é um contribuinte do processo de socialização e é utilizado como instrumento da política cognitiva, através da manipulação do significado, vai ocorrendo um marketing territorial criador das anomalias. Aumenta-se, com isso, o estranhamento e diminui-se as possibilidades de adaptação inconsciente, pois ao se defrontar com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, o homem tem neste lugar a sede de uma vigorosa alienação, mas este mesmo homem é um ser dotado de sensibilidade, buscando reaprender aquilo que nunca lhe foi ensinado, terminando por

substituir a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentado. Isto porque o entorno vivido vem a ser o lugar matriz de um processo intelectual, o que pode despertar os sentidos para a verdade escondida nos objetivos das relações sociais, contribuindo para a evolução do sujeito (Santos, 1987:60-61).

A partir disso, surge à necessidade de buscar o simbolismo para o auxílio na compreensão do espaço urbano. Então, através de Cassirer (1994: 50) chegamos à questão de que o homem antes de ser um *animal rationale* é um *animal symbolicum*, pois todas as formas de compreensão da vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade são formas simbólicas. Logo, faz-se necessário distinguir a diferença que existe entre os sinais e os símbolos, uma vez que quase sempre os dois aparecem com a mesma conotação, e na verdade os símbolos possuem uma dimensão muito maior que os sinais, não podendo ser reduzidos a comparação entre ambos:

Sinais e símbolos pertencem a dois universos diferentes do discurso: um sinal faz parte do mundo físico do ser; um símbolo é parte do mundo humano do significado. Os sinais são 'operadores' e os símbolos são 'designadores'. Os sinais, ainda que entendidos dessa forma, têm uma espécie de ser físico ou substancial e os símbolos possuem um valor funcional (Cassirer, 1994:58).

Ainda que os outros animais possuam certa imaginação e inteligência prática respondendo a certos estímulos, somente o homem desenvolveu a *imaginação e inteligência simbólica* (op. cit, 1994: 60), buscando ir além dos processos cognitivos, compreendendo a linguagem subjetiva que nos une tanto às “coisas” (primeira natureza) e aos “objetos” (segunda natureza) de que nos fala Milton Santos (1997:53).

Com isso, percebemos que a função simbólica não se restringe a casos particulares. É antes um princípio de aplicabilidade *universal*, que abarca o pensamento humano e finda por dar nomes a tudo, não como meros sinais ou signos mecânicos, mas para poder ter acesso ao mundo cultural humano, que vem a ser base do simbolismo e do livre desenvolvimento do pensamento e expressões simbólicas (Cassirer, 1994:49/62-64). Isto porque a cultura humana

não é derivada de seu caráter específico ou de valores morais e sim de sua forma e estrutura arquitetônica, que exprime não só os pensamentos e as idéias, mas os sentimentos e as emoções.

Daí a importância da natureza na atualidade e o retorno à simbologia, às representações e aos signos³, que na cidade também vão estar mediados pelo mundo da mercadoria, pois estando inserida no metabolismo urbano toma um outro sentido, o do mercado. É aqui que se nota a importância de se buscar o vivido, pois é ele que está arraigado de simbologia, deixando transparecer a dimensão da vida na espacialização.

E é enquanto símbolo que devemos pensar a natureza nas cidades, vendo-a antes de tudo, como descreve Lefebvre (2001:116) como um direito, o direito à natureza entrando na prática social enquanto lazer, o que pressupõe uma análise de entendimento como um sistema auto-sustentado que pode trazer benefícios à sociedade urbana. Benefícios estes que poderiam ser potencializados em Manaus, uma vez que se trata de uma cidade em meio à selva (Oliveira, 2000), indo para além dos fragmentos florestais no interior do perímetro urbano entrecortado por igarapés.

Mas essa idéia está sendo apropriada apenas pela população com maior nível de renda, que passa a almejar os condomínios fechados, consolidando a produção espacial de setores residenciais que se voltam para atender a seus interesses, e esse novo conceito de moradia termina por estabelecer novos símbolos e valores sociais que reafirmam as desigualdades entre as diferentes classes, seja por barreiras físicas ou outros artifícios que asseguram o distanciamento entre a elite local e as classes empobrecidas (Ribeiro Filho, 2004:161).

Ao olhar do outro, dos que vêm de fora, apesar do título de “capital do norte”, recém conquistado, Manaus não passa de uma cidade grande e que ainda cresce, “matando” seus igarapés com lixo e esgoto e desmatando cada vez mais a floresta. Mas este é o lugar comum

³ Penso que os signos na cidade adquirem a conotação tanto de um sinal quanto de um símbolo.

de qualquer análise, pois o mesmo processo com pequenas alterações ocorre em todas as capitais brasileiras, e vem a ser um trajeto quase que “natural” para as cidades que vão se desenvolvendo a todo custo, em busca de atrair o de fora, sob a tese do turismo, esmagando o seu âmago, homogeneizando o espaço em que se vive, espoliando a população e até contribuindo para retirá-la de seus domínios iniciais, pois as forças impessoais do mercado atua como uma “mão invisível”, classificando os usuários da terra, distribuindo-a de forma funcional e diferenciada, de acordo com suas preferências individuais, na medida em que vai coagindo por sua relativa incapacidade de propiciar localizações (Gottdiener, 1997: 54).

É como uma espécie de “mão do poder”, que não opera somente em uma instância, mas é uma relação de forças atuando em rede na sociedade, organizando, disciplinando, tentando pôr cada um em seu lugar.

Exatamente por isso, olhá-la rapidamente e só obter esta imagem de erros, é não buscar a compreensão da essência do Estado contemporâneo cuja natureza é eminentemente racista, procurando imitar o modelo imposto na Europa, conforme as explicações de Foucault (1999)⁴. O próprio Estado, mostrando os fenômenos reais, nos permite compreender a sociedade contemporânea, potencializando seus mecanismos de controle, criando ou possibilitando a criação da infra-estrutura para a expansão das atividades produtivas.

Por outro lado, além de racista, o Estado é também suicida, pois ele possui o biopoder (Foucault, 1999: 294) visto através da auto-eliminação que é teoricamente quase uma necessidade, uma vez que “faz viver e deixa morrer”, isto é, faz viver ao cuidar dos mecanismos de saúde, política, de sanitarismo, ao controlar a vida, a circulação e os fatores que podem vir a gerar doença, fazendo morrer quando permite a ocupação de áreas inadequadas e / ou não possibilita o acesso aos serviços públicos ou mesmo quando não atua

⁴ De acordo com as discussões da aula do Prof. Dr. Nelson Matos de Noronha (2003) na disciplina “A cidade e o urbano na Amazônia” no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

de modo conseqüente no controle da especulação imobiliária, fazendo com que áreas de ocupação antigas ou de lazer da população pobre sejam retiradas para construção de portos privados ou a expansão de condomínios de luxo.

O biopoder seria então a tecnologia de poder sobre a população, sobre o homem enquanto ser vivo, o indivíduo diante dos mecanismos globais de equilíbrio e regularidade, considerando a vida, a disciplina e os processos de regulamentação. Na visão de Foucault (1999: 304), é essa regulamentação que faz viver e deixa morrer. Com isso, o racismo acaba tendo dois papéis básicos, o primeiro é a função de fragmentar, introduzindo o corte daquele que deve viver e o que deve morrer, isso no sentido mesmo biológico da espécie humana. Daí o aparecimento, a distinção e a hierarquia das raças, com a suposta qualificação de algumas em boas e outras em inferiores, como forma de fragmentar o campo biológico, divergindo o interior da população, separando uns grupos dos outros, subdividindo a espécie, mas precisamente as raças, em subgrupos.

Esse biopoder vem sendo aprimorado através do Estado desde o século XVIII, e persiste até os dias atuais, pois o desenvolvimento da sociedade e do Estado desde então introduziram ao que no pensar de Foucault (1999: 315) continua a ser o problema desse racismo: a noção de que a sociedade ou o Estado ou ainda o que possa substituí-lo, tenha como principal função o dever de organizar e multiplicar a vida, compensando o que houver de casual, e até delimitando as chances e possibilidades biológicas. É justamente a isso que o autor atribui o racismo; não o étnico propriamente dito, mas o do tipo evolucionista, biológico.

Logo, o que se vê é que o biopoder do Estado se organiza por excelência nas cidades, isso pode ser constatado através das calamidades públicas que assolam o País em diversas capitais, e Manaus não está livre disso, pois ao analisarmos as moradias de pessoas com um nível social mais baixo, ao vermos os moradores dos igarapés da cidade, verificamos que

antes de ser um processo natural do homem amazônico e sua identidade com a água, com o rio, é uma questão de necessidade, de sobrevivência. O Estado se preocupa apenas na medida em que isso torna a cidade menos bonita, e não com as pessoas que ali habitam. É como se fossem invisíveis ou que os governantes e o resto da sociedade em geral pusessem uma máscara que simplesmente os fizessem desaparecer, mas isso é um processo ético-político que as capitais e cidades médias passam devido suas opções políticas.

A identificação disso na área de estudo é a tentativa de se vislumbrar uma Manaus que poderia ter se constituído de forma diferenciada, deixando de ser esta que Oliveira sustenta:

ao imitar os estilos de fora, tidos como ‘civilizados’ a sociedade manauara se anula e reafirma o processo de colonização, na qual a principal característica foi a destruição da natureza e da cultura local (2003: 135).

Note que isso é analisado pelo referido autor em relação às praças, lugar social do encontro, da festa etc, que se tinha como saída à estagnação econômica e que de uma forma ou de outra se perdeu. Mas o importante é a compreensão do que poderia ter sido caso a história tivesse sido outra, e o que ainda podemos fazer para tornar Manaus mais doce que dura. E isto deve ser posto de acordo com o lugar em que se vive hoje, ainda que o planejamento funcionalista tenha feito adormecer a vivacidade do espírito de luta que existiu na Manaus de ontem, do início do século passado, quando ocorriam as paralisações no Porto, das inúmeras greves dos estivadores, e toda história relatada por Pinheiro (2003) da “cidade sobre os ombros”.

Entretanto, a natureza que ainda pode ser vista na cidade precisaria ser encarada como uma possibilidade de torná-la sem modismos ao que o conceito remete: uma cidade sustentável. Isto possivelmente através da substância H₂O, uma vez que a circulação da água deve ser vista para além de simples produtora de uma geografia física ou uma paisagem simbólica e cultural, sendo entendida como a internalização de múltiplas relações de poder, que estão associados a recortes étnicos, de gênero, de classe, no qual o caráter da transgressão

entre a socionatureza e a sociedade da natureza é constantemente esvaziado, preenchido novamente e transformado, conforme a análise de Swyngedouw (2001:98).

Ainda que para muitos que teorizam sobre as relações sociais, o espaço seja avaliado como uma categoria sem importância, relegado ao segundo plano, consideramos que toda a história do homem só pôde ser contada, além é claro da escrita e da história oral, por meio das marcas que vão ao longo dos tempos sendo incrustadas no espaço geográfico.

Mas atualmente os lugares assumem a vontade da dominação e da regulação econômica do mercado, causando a negociação de tudo, desde as imagens a outros itens, trabalhando em nome do capital, conforme constatado em algumas áreas de Manaus. Disto resulta a modificação e até a perda dos usos na cidade, em favor da população de maior poder aquisitivo.

Todavia, podemos pensar que estes acontecimentos se referem às estratégias culturais da cidade-emprego de última geração de urbanistas, que busca se aproveitar do encontro entre a cultura e o capital para tudo negociar, fazendo inclusive um retorno ao planejamento seja ele estratégico ou não, agravando o “inchaço cultural” resultante da acumulação de poder e dinheiro dos investidores e governantes, onde a palavra de ordem agora é a “cultura”, denominado por Arantes (2000:14-15) de “culturalismo de mercado”. Uma época onde os indivíduos são tratados não como cidadãos, mas como consumidores, tornando-se a própria imagem do marketing, sendo o seu lazer, as suas raízes, o seu local, um produto apropriado pelo capital.

Ainda esta autora (2000: 18-20) nos relata que o conceito de cidade enquanto mercadoria, apesar de ser um ponto que se queria evitar, surgiu através das mãos do urbanista italiano Campos Venuti em 1987, o qual tinha através da terceira geração de urbanistas, as iniciativas italianas em se evitar especulação imobiliária, agindo em nome de um Estado social. Mas o novíssimo planejamento na verdade se voltava para arrumar a cidade para a

nascente economia flexível, com um programa que basicamente atenderia os interstícios que estavam vazios ou degradados na cidade, promovendo o adensamento urbano, requalificando esses espaços sob o ponto de vista ambiental.

Assim, as cidades passam, elas mesmas a serem geridas e consumidas como mercadorias, o que significa a contradição existente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para os interessados em extrair seus benefícios econômicos, e é este conflito que determina na atualidade a forma da cidade, pois o modelo norte-americano de crescimento terminou se alastrando pelo mundo, gerando a perspectiva de que as cidades deveriam estar preparadas para ser um centro de negócios, ainda que esse crescimento a todo custo gere um fosso entre o crescimento da economia e o desenvolvimento social, tornando-o cada vez maior, sob a ótica do consumismo e da própria cultura dos lugares.

1.1 DISCUTINDO A TEMÁTICA: “A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MANAUS NA ‘BEIRA’ DO RIO NEGRO”.

A área da pesquisa está localizada aos 3° de latitude sul e 60° de longitude oeste. Manaus para Ab’Saber (1953:18/20), é a verdadeira capital da hinterlândia amazônica, por se encontrar num ponto do principal eixo de navegação fluvial do Brasil, exatamente no meio da Amazônia Ocidental e Oriental, com uma situação geográfica privilegiada na confluência entre o Negro e o Solimões, se comporta rigorosamente como uma cidade de confluência, recebendo a denominação inicial de “Logar da Barra”. Seu porto fluvial continental se tornou uma etapa central e obrigatória devido o entrosamento com rotas de cabotagem e transatlânticas.

A cidade de Manaus, conforme apontado por Ab’Saber (1953:20-22), está assentada

sobre um sistema de colinas tabuliformes⁵, sendo que a fachada ribeirinha da cidade é marcada por um alinhamento de falésias fluviais de 20 a 50m de altura, com reverso suave ou aplainado para o interior e com uma ruptura de declive brusca e direta em relação à estreita faixa de praias arenosas de estiagem de julho a dezembro, com 10 a 20 metros de largura na base da barreira do rio Negro. Mas que, como no caso da praia da Ponta Negra, chegam a atingir cerca de 150 metros, muito embora sejam interrompidas por trechos rochosos, que são totalmente inundáveis durante as cheias, analisado por aquele autor como uma “barreira” fluvial alongada e relativamente contínua, na margem esquerda deste rio, sendo estes os elementos topográficos que saltam aos olhos no sítio urbano de Manaus.

Todos os rios amazônicos têm suas vazões relacionadas com os índices pluviométricos anuais da região, e estes ocorrem segundo uma distribuição feita através da influência que há entre os hemisférios norte e sul. O rio Negro em Manaus, de acordo com Sternberg (1998: 41-42) tem influência da variação sofrida pelo Solimões-Amazonas, e esta oscilação anual assume uma feição importante na ocupação humana da região. Isto foi verificado no gráfico das médias diárias de leituras da escala fluviométrica que existe até hoje no Porto de Manaus (Manaus Harbour Limited), pois em geral, as águas vão subindo lentamente, levando cerca de oito meses para atingir seu ápice em junho, e vazam em apenas quatro, sendo a regressão feita de forma muito mais rápida⁶.

Por isso mesmo é que Gourou⁷ (1949:85) se refere aos vales amazônicos como um tipo especial de “ria” de água doce, pois a água dos rios invade os baixos vales de topografia de erosão subaérea, com o plano da água acompanhando as sinuosidades do vale inundado,

⁵ Segundo este autor, estas pertencem a uma vasta seção de um tabuleiro de sedimentos do Terciário, estando o seu sítio em um baixo planalto, colocado de 20 a 30 metros acima do nível médio do rio Negro (32 m de altitude na região), formadas pela erosão do Grupo Barreiras, com topos amplos, planos em nível entre 40 e 64 metros, apresentando, em geral, suaves ondulações, que podem por vezes possuir vertentes fortemente erodidas pelas enxurradas.

⁶ Ver análise minuciosa feita por Hilgard O'Sternberg (1998) para os cursos d'água amazônicos, considerando a escala fluviométrica existente no Porto de Manaus.

⁷ Este pesquisador observou que o traço mais importante na morfologia da paisagem amazônica de Manaus são os igarapés.

penetrando em todas as suas reentrâncias que se encontram neste nível. Sendo que suas barrancas são quase sempre muito íngremes, como todas as encostas na Amazônia, revelando uma tendência para diminuir no sentido do declive, continuando a parte submersa sem nenhuma ruptura, provando a invasão recente das águas.

Trata-se de um baixo vale afogado pela sucessão habitual das cheias do rio Negro, com pontos na margem de ataque da correnteza do grande caudal que representa vales que isolam os diversos blocos urbanos da cidade, ficando a barranca lateral com 7 a 12 metros de altura. Estes, na vazante das águas baixam tanto que chegam a ser modestos ribeirões, por aproximadamente 1 ou 2 km do seu percurso, a partir da barra do rio Negro, mas sempre tendo profundidade suficiente para a circulação de pequenas barcaças (Ab' Saber, 1953:21-22).

Neste universo vive parte significativa da população, que ainda abriga uma face ribeirinha, como já nos relatava Tocantins (1972:306). Tanto as comunidades quanto os barracões na Amazônia se desenvolvem à beira dos rios, junto aos barrancos, trepados nos esteios, prontos para se deslocarem para trás, caso as terras caídas ameacem suas palafitas, mas sempre junto da água, com uma distância que dê para visualizar o caudal, que é a vereda das energias vitais:

O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional. As ocorrências de vida de cada um estão ligadas ao rio e não a terra. O rio, sempre o rio, unido ao homem, em uma associação quase mística...Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores...Oásis fabulosos que tornaram possível a conquista da terra e asseguram a presença humana, embelezam a paisagem, fazem girar a civilização, comandando a vida no anfiteatro amazônico (Tocantins, 1972:306).

As contribuições de Leandro Tocantins foram vitais para compreender o mundo amazônico, e continuam sendo importantes. Entretanto, necessita ser relativizada, para partimos do rio comandando a vida do homem e, utilizando-nos da mesma perspectiva da importância dos rios para a Amazônia, poderemos dizer que é a vida que comanda a vida por

meio do rio. Isto é, para que o homem seja dono de seu destino não somente por superar suas dificuldades perante a natureza, mas para que ele possa utilizar a natureza sem degradá-la. Nesse caso, o homem não ficaria a mercê do rio, com ele comandando sua vida, mas também não cairíamos no outro extremo de que a natureza para a vida na Amazônia não é importante. Com isso, nossa leitura sobre o homem e o rio na Amazônia vai para além da visão de Leandro Tocantins.

Sternberg (1998:15/26) esclarece a respeito das relações entre a água e a sociedade humana na Amazônia, uma vez que se trata do elemento líquido que é universalmente condição indispensável para a presença do homem nos lugares. Estes têm seus destinos vinculados ao meio e, mas precisamente, a um componente fundamental: a variação sazonal do nível das águas. Pode-se dizer que essa relação adquire uma infinidade de enfoques.

Com isso, a subida e descida das águas na Amazônia se impõem por sua amplitude enquanto um importante componente da paisagem física. Sternberg (1998:8-9/29) ressalta que isto tão vivamente tanto impressiona o observador quanto afeta profundamente a vida do homem amazônico, possibilitando inclusive duas paisagens, a da estação da cheia e a da vazante. Ainda que não se possa falar em estação propriamente seca em Manaus, há aquela em que se dá um sensível decréscimo na precipitação que se prolonga por cinco meses, de junho a outubro.

E essas considerações são importantes uma vez que a área de estudo e toda a população ali residente bem como as atividades desenvolvidas sofrem conseqüências diretas desta variação das águas. Isto pode ser visualizado no São Raimundo, que se caracteriza por suas palafitas. Esta área de residências foi subdividida em dois setores para otimizar nossas pesquisas: a que fica mais próxima da antiga fábrica de cerveja Miranda Corrêa, e a outra que está nas proximidades do porto das balsas. Com efeito, as diferenças se deram não somente em relação ao tipo de casas, mas também nas atitudes dos moradores em relação ao rio.

As residências apontadas nas fotos a seguir são a que estão próximas a Cervejaria. Apesar de mais humilde, é uma área na qual os moradores ainda podem ver o rio como contemplação. Ainda que saibam que a água está permeada de óleo diesel das embarcações, eles dizem atravessar para pescar, e na época da vazante a primeira decisão é limpar a área de praia para o campeonato de “pelada” entre times da própria comunidade, ou seja, mesmo enfrentando as maiores dificuldades, os moradores desta área ainda podem desfrutar de alguma diversão usando o rio.



Foto 01 – Vista parcial do bairro das palafitas do São Raimundo na cheia.

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.



Foto 02 – Vista parcial das palafitas do bairro de São Raimundo na vazante.

Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.

Vale ressaltar que os moradores deste bairro que participaram do levantamento dos formulários são provenientes em parte do interior do Amazonas e do Estado do Pará, e se encontram em média há dez anos residindo em Manaus.

O bairro de São Raimundo é um dos que se encontram na área de estudo, que atende ao polígono: -3° 07'54" a -3° 07'44" e -60° 02'04" a -60° 06'49", calculado com base na carta topográfica Folha SA.20-Z-D-III-2 com escala de 1:50.000 do Projeto Radar da Amazônia (RADAMBRASIL), que compreende o trecho da cidade de Manaus em sua porção oeste (ver Tabela 01), no perímetro que vai da foz do igarapé do São Raimundo até a foz do rio Tarumã, o exato contato entre a cidade e o rio.

Tabela 01: Região Administrativa da Zona Oeste de Manaus.

Bairros	Região Administrativa
---------	-----------------------

Ponta Negra (50) – UNA	8 ^a .
Santo Agostinho (12)	2 ^a .
Compensa (10)	2 ^a .
São Raimundo (6)	2 ^a .

Fonte: Prefeitura Municipal de Manaus/ PMM, IMPLAN - 1996

A escolha desta se deu após o reconhecimento da beira-rio e da constatação dos usos diferenciados que ocorrem na área envolvendo também os bairros da Ponta Negra, Santo Agostinho e Compensa (**ver imagem de satélite 01**). Além destes, a zona Oeste é composta também pelos bairros da Glória, Santo Antônio, São Jorge, Vila da Prata, Nova Esperança, Lírio do Vale e Tarumã. Possuindo uma área de 13.250,25 ha e uma população estimada até 1995 de 258.505 habitantes.

Esta zona de Manaus caracteriza-se por sua ocupação espontânea, que se originou em 1940 pelo bairro de São Raimundo, tendo como exceções somente os bairros da Ponta Negra e Tarumã (IMPLAN – 1996: 85), que apesar de ainda possuírem grandes extensões desocupadas, estão com loteamentos de alto padrão, por sua paisagem natural agir como um fator de amenidades físicas. Também a especulação imobiliária utiliza a natureza para fazer o marketing de venda de seus produtos, aproveitando o seu potencial turístico e ecológico, fragmentando e simultaneamente articulando o espaço urbano (Corrêa, 1997:147).

Ainda que as cidades capitalistas tenham em seu interior contradições, possuem áreas que por princípios jurídicos deveriam ser “públicas”. Isto até chega a ser previsto na legislação municipal, mas a parceria feita entre o Estado e os agentes fundiários e imobiliários contribuiu para a verticalização maciça de parte do bairro da Ponta Negra, e da sua utilização por residências de luxo, promovendo um novo padrão de moradia para a população com maior nível de renda, o que fez com que houvesse a mudança do título de periferia para área nobre, fazendo inclusive que essas áreas ditas “públicas” fossem paulatinamente sendo privatizadas.

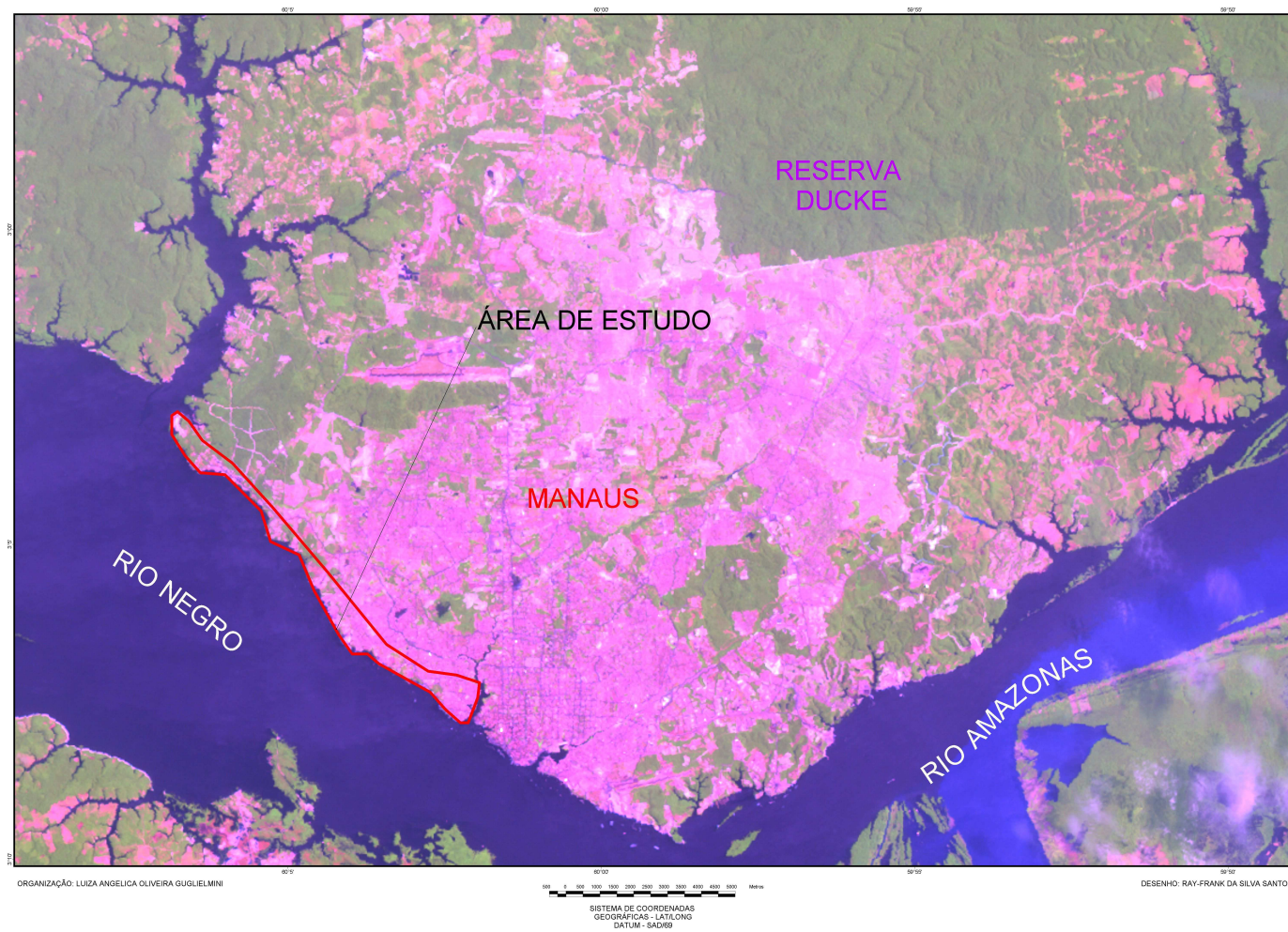


Imagem de Satélite 01: Manaus e a localização da área de estudo em destaque na Tabela 01

Fonte: Landsat 7 Georeferenciada - Cena 231/062 / SIPAM - 30/08/2002.

O bairro do Tarumã é importante uma vez que possui esta nomenclatura graças ao rio do mesmo nome, que desemboca na margem esquerda do rio Negro, sendo sua foz um limite natural para a pesquisa. Este foi o ponto inicial da colonização de Manaus, pois era o local habitado pelos nativos alófilos da etnia Tarumã, que juntamente com os Aruaque, por ordens de Frei Teodósio e Pedro da Costa Favela, fundaram o primeiro núcleo civilizado no vale do rio Negro (Monteiro, 1998: 676).

Também no perímetro suburbano era, um logradouro público situado cerca de 30 km da cidade. E que se liga pela estrada do mesmo nome, ramal da antiga Campos Sales, um recanto belíssimo para o turismo, patrimônio do município que manteve benfeitorias na administração municipal de Dr. José Francisco de Araújo Lima, na qual parte dali também outro ramal para a Ponta Negra (Ibid,1998: 676).

Obra monumental sem dúvida suscetível de perenizar um governo foi a instalação do “Parque Tarumã”, sob a égide do doutor Araújo Lima, quando prefeito de Manaus. Iniciativa desassomburada, rompendo com o subdesenvolvimento decorrente da desvalorização da borracha, em pleno período governamental de Efigênio Ferreira de Sales, médico aprimorado na célebre Universidade de Paris, que ergueu na ‘ara sacrossanta’, exatamente onde pontificaram os índios vítimas dos homens civilizados, um conjunto de cabanas em estilo indígena cobertas de palha, em obediência às recomendações do eminente amazonólogo (...) Até que o descaso chegou e hoje o “Parque Tarumã” é um vasto campo quase abandonado (Mata, 1988: 83-84).

A estrada do Tarumã - Ponta Negra é uma rodovia que liga o antigo Bosque Municipal do Tarumã à praia da Ponta Negra, inaugurada no dia 07 de setembro de 1965 pelo então governador do Estado Dr. Artur César Ferreira Reis.

O bairro do Tarumã é o maior da cidade, com 8.240ha, porém é no bairro da Ponta Negra, que há uma grande extensão preservada de floresta, devido à localidade ter sido em parte ocupada pelo Exército, indo seus domínios até o bairro de São Jorge, concentra aproximadamente um terço da área total. Esses dois bairros, a Ponta Negra com 2.164ha e o Tarumã com 9.558ha estão incluídos no Sistema Municipal de Unidades de Conservação, de acordo com a Lei nº. 321 de 20 de dezembro de 1995 que cria as Unidades Ambientais do Município de Manaus.

Esta parcela da Ponta Negra que vem a ser uma área institucional pertencente aos domínios do Exército Brasileiro, e que abriga um fragmento florestal, tem estreita relação vinculada à implantação do bairro de São Jorge, quando houve a locação do 27º Batalhão de Caçadores, proveniente do antigo General Osório onde hoje funciona o Colégio Militar de Manaus. Sendo a Vila Militar construída nessa mesma época, tendo o objetivo de abrigar sargentos e sub-oficiais do Exército, partindo daí a iniciativa de construir os Hotéis de Trânsitos de Oficiais e dos Sargentos, foi o início da presença militar na área. Com isso, além do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (1ºBIS) com mais de 70 anos integrado à sociedade manauara, substituindo o 27º Batalhão de Caçadores, unidade tradicional da cidade e do Centro de Guerra na Selva (CIGS), localizados na estrada do São Jorge, encontramos na estrada da Ponta Negra:

- o Parque Regional de Manutenção /12, situado à estrada da Ponta Negra desde 6/12/1978, com a missão de apoiar em manutenção todo material bélico das unidades da Amazônia Ocidental;
- a Comissão Regional de Obras /12, funcionando antes na av. Joaquim Nabuco transferiu-se para a Estrada da Ponta Negra em 12/12/1982, com o encargo das edificações civis (quando houver convênio) e militares;
- 2º Grupamento de Engenharia de Construção (2º GEC), desde 14/09/1970 em Manaus, sendo subordinado ao Comando Militar da Amazônia para fins de administração, emprego militar e disciplina;
- Comando Militar da Amazônia (CMA), criado em 17/04/1969 em substituição à extinta Companhia de Comando e Serviço do antigo Grupamento de Elementos de Fronteira, com a finalidade de adestrar e formar soldados para funções específicas, fornecer pessoal necessário ao funcionamento do Estado Maior do Quartel General e executar as medidas de segurança para o comando e suas instalações;

- 12º Companhia de Polícia do Exército, criada em 21/08/1969, tendo como finalidade assegurar o respeito à lei, ordens e regulamentos militares, prevenção ao crime, investigações, controle do trânsito, segurança das instalações, encarregar-se de prisioneiro de guerra e combater como infantaria;
- 1º Companhia de Comunicações (CIACOM), tendo como objetivo instalar, explorar e manter o sistema de comunicações do Comando Militar da Amazônia, fazendo com que as informações e as ordens cheguem a todas as unidades com rapidez e eficiência;
- 1º Companhia Especial de Transporte, instalada desde 01/10/1969, cuja missão principal é o transporte fluvial dos suprimentos destinados às várias unidades de fronteira subordinadas a 12ª Região Militar, possuindo uma frota de empurrões e balsas;
- Companhia de Comando da 12ª Região Militar, criada em 08/01/1983, tem a missão de apoiar em pessoal e material o Comando da 12ª Região Militar, além de provê-la de segurança (Amazonas,1985: 20-23).

E de acordo com Oliveira (2002: 118) ainda que esses quartéis militares tenham tido papel preponderante “reservando áreas” para o Estado, dificultando a implantação de núcleos habitacionais onde se localizam, eles ocasionaram e até facilitaram a extensão das redes de serviços e o arruamento das vias, possibilitando a ocupação do seu entorno.



Foto 03 – Vista parcial do 12º Região Militar na época da cheia

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

Imagem de Satélite 02: Área Institucional do Exército na Ponta Negra

Ver arquivo (mapa2 área militar pn.pdf) no CD anexo.

Também o bairro do Santo Agostinho no que concerne à beira-rio, é marcado por sua horizontalidade. E grande parte da área de beira-rio aqui é de propriedade do Estaleiro Rio Negro (ERIN). As residências que participaram do levantamento ficam na rua de frente para o estaleiro, o que significa que alguns moradores possuem a visão do rio, ainda que indiretamente.

Além do ERIN, também atuam outras empresas e estaleiros que continuam pelo bairro da Compensa, onde está localizada a empresa de concessão e distribuição de águas na cidade.

O bairro da Compensa, na configuração atual do mapa da cidade, tem a área da beira-rio dividida pela Comunidade Meu Bem Meu Mal, sendo que os moradores indicaram que o nome da comunidade é Ponta do Ismael (ver fotos 04 e 05), e a área da Vila Marinho, que é uma espécie de periferia da Compensa III, que na verdade se encontra um pouco mais para dentro, atrás dessas casas, e é mais consolidada, possuindo inclusive Associação de Moradores. Segundo a líder comunitária da Vila Marinho, eles enfrentam problemas com a ilegalidade dos moradores da Ponta do Ismael, principalmente no que diz respeito a energia elétrica, pois com o grande número de ligações clandestinas ocorrem muitos cortes de fornecimento por conta dos transformadores que não suportam, além de terem seus aparelhos eletro-eletrônicos queimados graças aos picos de luz.



Foto 04 – Comunidade Ponta do Ismael na época da cheia

Fonte: Guglielmini, Luiza – 08/2004.



Foto 05 – Comunidade Ponta do Ismael na época da vazante

Fonte: Guglielmini, Luiza – 01/2005.

Mas esta comunidade se encontra dividida pela propriedade do porto de Geraldo Sales,

(ver fotos 12 e 13 no final deste capítulo). Segundo os moradores, este senhor para fazer a rua de ligação até seu porto (ver foto 06), fez um corte no platô (barranco) aplainando sua área, criando uma parede de contenção junto à propriedade seguinte (ver foto 07). Entretanto, este muro não está suportando o peso do terreno, causando rachaduras nas casas e preocupando seus moradores.



Foto 06 – Rua de acesso ao porto. Observa-se melhor este corte no platô na foto 13 no final deste capítulo

Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.



Foto 07 – Muro de contenção que ameaça as casas da comunidade, tornando a área de alto risco

Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.

É a forma como o espaço nas cidades vem se estruturando ao longo dos tempos e principalmente quando a terra urbana se torna mercadoria para o mundo da especulação, que termina por dificultar a concretização do atendimento das necessidades básicas (tais como moradia, alimentação, transporte, educação, saúde etc.) de melhores condições de vida. Mas isto só se torna possível devido à estrutura político-administrativa que impede o cidadão de ter o direito de participar e gerir sua cidade, algumas vezes inclusive suprimindo na cidade cada vez mais os lugares da coletividade.

De acordo com os estudos de Campos Filho (1992: 47), o cidadão tem o direito de não somente habitar com dignidade, mas implica também toda infra-estrutura urbana que o envolve, ou seja, além da casa, deve haver o transporte, o lazer, os serviços de saúde, a água potável e tratada, alimentação, serviços de segurança, educação etc, bem como o direito a uma vida segura com estabilidade de emprego, um ganho razoável e o próprio direito de

reivindicar por melhorias.

Pode-se sustentar que parte da área de estudo, em especial o que se refere aos edifícios da Ponta Negra (foto 08), e a utilização de parte da beira rio por estaleiros e transportadoras, se encontra numa dimensão que articula o lugar com o global. Santos (1999:18-36) já nos alertava que a marca da contemporaneidade pode simultaneamente ser tomada como uma fábula ou perversidade, e isso vem no bojo de um mundo que se acelera, se tornando cada dia mais “*confuso e confusamente percebido*”. Isso ocorre devido o forte apelo às técnicas, à ciência e a informação, que tem como aliado o alargamento dos contextos e o encurtamento das distâncias, que se encontra cada vez mais arraigado na produção das imagens e do imaginário das pessoas, contribuindo para o império do “ter”.



Foto 08 – Vista parcial da área de praia da “orla fluvial” na época da cheia

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

Tudo passa a ser passível de compra e venda, alicerçado pela ideologia do consumo, se tornando uma fábula por criar a ilusão de que isso é possível para todos, como se qualquer um pudesse usufruir deste mercado dito global, tornando o mundo aparentemente homogêneo, sendo seu aliado principal a figura do Estado enquanto agente que na verdade não se enfraqueceu, mas se fortalece, adequando os espaços aos interesses do poder hegemônico, estando mesmo para servi-lo, ao mascarar a realidade de grande parte da população que carece de todo tipo de sorte, e deixar a atualidade ficar envolta a um constante conto de fábulas, o que é extremamente nocivo à vida humana (Santos,1999:18-19).

Ainda Santos (1999:29) nos esclarece que vivemos “*uma evolução negativa da humanidade*”, no qual se generaliza a pobreza e a miséria humana, onde qualquer tipo de mazela social em prol de comportamentos cada vez mais competitivos faz com que os “*males espirituais e morais*” sejam inclusive aprofundados, em favor de um capitalismo que vive na atualidade simultaneamente um grande período e uma profunda crise, fragmentando cada vez mais o espaço através do uso do dinheiro e da informação, aprofundando as reais crises da contemporaneidade (econômica, social, política, moral) para que não haja uma crise financeira.

Logo, tudo é considerado como produto do capital, sujeito a essa “*mais-valia universal*”, sendo ela o motor único gerador apontado por Santos (1999: 29), de uma produção em escala mundial através das grandes empresas que competem entre si e buscam uma concorrência que a cada dia se torna mais feroz, e induz essa sensação de termos um espaço homogeneizado “*mundializando produtos, dinheiro, créditos, dívidas, consumo e informação*”, o que vem ser em certos lugares, principalmente nas grandes cidades uma realidade, mas sobretudo, conforme o autor citado, uma tendência.

Por isso, as cidades vão cada vez mais adquirindo características que as deixam, em geral, com o mesmo “*rostos*”, o rosto da celeridade, da falta de raízes, da falta até da própria história, devido as constantes mudanças em que o espaço urbano é submetido. O que nos induz a redobrar a atenção nos detalhes ao analisarmos a cidade que se reproduz na desigualdade, inserida na lei da economia do desigual e combinado, e busca através desta lógica a sua própria produção, ao segregar e articular os seus espaços (Singer, 1979:35).

Uma parte importante da porção continental da beira-rio é o Porto de Manaus (Roadway), cujo entorno vem sendo modificado pelos projetos de revitalização por parte da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado. Entretanto, a flexibilização dos portos e posterior privatização do Roadway fez com que as empresas buscassem cada vez mais a

beira-rio, intensificando a especulação imobiliária com a pressão para a construção de portos particulares, e essa nova forma de apropriação termina divergindo do porto das famílias ribeirinhas, que tem o rio como espaço de uso, resistência e o lugar do imaginário e do simbólico.

Mas a recente valorização da beira-rio pode ser vista como oportunidade para abrir novas possibilidades para o aproveitamento do rio, buscando tê-lo como um diferencial a mais e contribuindo para a melhor vivência do homem urbano, pois a cidade de Manaus, com exceção das primeiras igrejas aqui construídas, encontra-se de “costas para o rio”, perdendo o que de melhor poderia oferecer.

Isto porque a água e sua simples visão, ainda que inconsciente, nos remete a lembrança do útero materno, o que nos acalma, inspira, aconchega e alegra (Swyngedouw, 2001: 97-99). Por isso mesmo poderia ser desfrutada como um dos melhores agentes no combate ao *stress urbano*, procurando obter por meio do uso (apropriação) do solo sua melhor utilização, o que automaticamente contribuiria com o modo de viver urbano, exatamente no momento em que se busca a melhoria da qualidade de vida, principalmente nas grandes cidades, contexto no qual a cidade de Manaus se inclui, por possuir 1.405.835 habitantes (IBGE / Censo, 2000).

Entretanto, desde os primeiros viajantes, a cidade de Manaus já aparecia para eles como um lugar contraditório. Louis e Elizabeth Agassiz, que estiveram na cidade e elaboraram a partir de seu diário de viagem o livro Viagem pelo Brasil em 1865-1866, relatam que a cidade, “*não passava de um aglomerado de casas, com boa parte delas em ruínas juntamente com edifícios públicos que mais pareciam castelos oscilantes decorados*” (p.127). Apontavam a localização geográfica como seu maior triunfo, estando na confluência dos rios Negro - Solimões / Amazonas. Diziam eles àquela época, “*insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação*” (ibid).

Em verdade, Manaus torna-se uma cidade especial devido seus contornos serem banhados pelas águas desses rios, enquanto recurso natural de valorização do território como apontado por Agassiz, com sua posição estratégica e importante como base para a penetração rumo ao interior da Amazônia. Constatase que na época da extração da *hevea brasiliensis*, houve uma relação muito mais forte de Manaus com o exterior, do que com o Centro-Sul do país. Mas com a criação da Zona Franca isto se modificou, e o grande fluxo de mercadorias estrangeiras e artigos eletro-eletrônicos transformaram-na num dos principais pólos fabricantes de produtos do país, e um importante entreposto comercial da região Norte, o que fez com que atualmente se tornasse a “metrópole” desta região.

Por isso os rios continuam sendo fator importante para o desenvolvimento da circulação e do comércio de mercadorias extraídas, produzidas e consumidas, tanto local como regionalmente. Resulta disso a ocupação da beira-rio com uma extensa área descontínua de portos, sendo que além do principal privatizado existem outros 57 portos identificados pela Receita Federal⁸ sendo que destes, 17 se encontram na área de estudo, e um na área mais interna do igarapé do São Raimundo (**ver imagem de satélite 03**).

Entretanto, a forma como se deu a ocupação da beira-rio de Manaus ao longo de sua expansão urbana, fez desaparecer em alguns casos, a sua paisagem original, transformando-a em “fundo de quintal” para alguns, que definiram a sua forma e o seu uso em função de suas necessidades e de seus interesses específicos. Isso acabou gerando certo distanciamento entre a cidade e o rio, ao passo que para outros se transforma na porta de entrada e saída da cidade como é o caso dos estaleiros, das transportadoras, das balsas. Nesse sentido, o rio é também uma aproximação, possibilitando a articulação do lugar com o global.

⁸ De acordo com matéria no jornal A Crítica de 09/05/2003.

Imagem de Satélite 03 – Áreas Portuárias dos Estaleiros

Ver arquivo (mapa3 unidades portuarias.pdf) no CD anexo.

No primeiro caso, o das populações residentes nas palafitas, ao mesmo tempo em que se distancia desse Espaço e Tempo na Metrópole, simultaneamente se aproxima dos que possuem melhor poder aquisitivo, que compram a paisagem e não conseguem efetivamente desfrutá-la, conforme os dados desta pesquisa demonstraram. Com isso se percebe que o rio não é só mais o espaço do lúdico, do uso para toda a população de Manaus. Ele pode também ser negócio para alguns. É essa nova Manaus que vem sendo construída na beira do rio e que, enquanto mercadoria, vai paulatinamente destruindo o imaginário do lugar, que é a dimensão do caboclo ribeirinho⁹, justamente por não se voltar para sua população, e sim para o outro. Entretanto, isto significa que o lugar em si não se destrói, mas passa a ter outra dimensão que não é mais a da população local, passa a ser somente a dimensão do lugar.

Por serem dinâmicos, os usos do solo, ao longo do processo de reprodução urbana vão se redefinindo, transformando não só a fisionomia das cidades, mas o cotidiano das pessoas, redefinindo também o conceito de modo de vida. A gestão do uso do solo da beira-rio de Manaus, quer seja pelo Estado, ou pelos outros agentes produtores do espaço urbano, sempre esteve vinculada a fins econômicos e particulares, segregando e privando a população manauara de costumes que caracterizam suas raízes ribeirinhas e a produção sócio-cultural em um espaço de grande valor simbólico.

Esta é uma característica marcante do processo do desenvolvimento urbano em nossa cidade, interligada a idéia de modernidade que é em si mesma, socialmente excludente, instituindo formas diversas de segregação e concentrando espacialmente, cada vez mais, os privilégios via estilos de vida, pois o desenvolvimento urbano vai se atrelando cada vez mais à idéia de modernidade e ao seu tempo rápido, fluido, repetido, bastante presente no planejamento urbano convencional, em que a cidade é preparada para a circulação da mercadoria em detrimento do bem-estar das pessoas.

⁹ “Na Amazônia o termo caboclo ribeirinho serve para designar o mestiço, fruto da miscigenação do índio com o branco” (Masulo, Manuel. Caboclos ribeirinhos: camponeses da Amazônia. Mimeo: São Paulo, 1988).

A beira-rio de Manaus na área do rio Negro não se encontra juridicamente vinculada ao controle da Marinha Brasileira, por se tratar de *terrenos reservados*. Entretanto, o processo de ocupação e de apropriação que deveria obedecer a leis definidas pela instância federal e estadual, se tornou desordenado, transmitindo às instâncias municipais a gestão desses espaços, implicando historicamente na ausência de controle do uso do solo dessas áreas, que as deixou sem a possibilidade de apropriações mais justas, democráticas, racionais e ambientalmente sustentáveis, com a “justiça ambiental” sustentada por Lynch (2001:57-82).

Atualmente, deve-se a Manaus uma prática de gestão na qual a apropriação e o uso coletivo da beira-rio passa a ser denominada de orla para a construção de condomínios e hotéis de luxos, pois adquire um caráter de área apreciada e com grande apelo paisagístico, de intensa especulação imobiliária. Hoje, o poder público chama para si a recuperação de alguns fragmentos da beira-rio, sendo responsável também por sua renomeação para orla fluvial, criando as ditas “janelas para o rio”¹⁰, quando o sensato seria ter preservado a cidade sempre de frente para ele.

Com isso, percebe-se que para haver a compreensão da paisagem urbana em estudo, se faz necessário apreender a totalidade em suas determinações específicas, que são produzidas como já referido, por meio das relações sociais que permeiam tanto as coisas, aquilo que nos oferece a natureza, quanto os objetos resultantes do trabalho humano, bem como as suas formas responsáveis pelas representações do cotidiano (Santos, 1997:52).

Todavia podemos caminhar conforme a análise de Carlos (2004:79), que trata da ordem distante influenciando diretamente na ordem próxima, fazendo com que o tempo efêmero da pós-modernidade esmaça a memória impressa no espaço e este se torne amnésico, esquecendo os referenciais da vida, provocando o estranhamento, já que constantemente as pessoas necessitam estar se adaptando às mudanças provocadas pelo

¹⁰ Conceito desenvolvido por Trindade Jr. (1997) em sua análise sobre a Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém.

tempo.

Também cabe a análise de Lefebvre (1999: 157) como sendo “a heterotopia agindo na isotopia”. O primeiro, um espaço com a característica do outro, vai interferindo diretamente no lugar, envolvendo inclusive sua vizinhança. Isto porque a sociedade atual é voltada para o consumo dirigido a que ambos os autores se referem, ou seja, em todos os lugares, nas ruas há luminosos, outdoors, e dentro das casas as televisões, que ficam ditando ordens do que se tem que fazer, como agir, pensar, vestir etc., agindo diretamente no mundo inteiro por meio da tecnologia e da informação. Isso faz com que a diferença vá gradualmente cedendo lugar a características que os tornam iguais, principalmente nas grandes cidades.

Entretanto, juntamente a isso, coexiste ao lado das pessoas, dos objetos, dos atos, situações que fazem emergir vínculos ao imaginário, as divindades, ao paradoxo, que aqui é aquilo que na verdade é avesso ao cotidiano, o lugar da ausência-presença, do fictício e do real simultaneamente, o que Henri Lefebvre (1999:157) denomina de alhures, ou seja, a própria forma do urbano revelada nas grandes cidades.

A área de estudo é concebida por usos diferenciados e procuramos aqui compreendê-la, de forma que seus agentes sociais, intensos modificadores do tecido urbano possam ser vistos através das reações coletivas, em meio aos conflitos gerados na tentativa do mercado de utilizar toda a beira-rio, ao investir em infra-estrutura com a participação governamental, tentando desta forma homogeneizar o espaço através da mídia, denominando-o de “orla fluvial”, eivada de novas dimensões e significados.

Em sua análise, Campos Filho (1992: 61) relata isto como sendo os padrões urbanísticos segundo o consumo elitista, pois lado a lado há o modelo de desenvolvimento capitalista e a especulação imobiliária da terra urbana que exacerba tanto rural como urbana esse consumismo, pressionando o cidadão através dos meios de comunicação a consumir seus produtos, ainda que estejam acima de seu poder aquisitivo. O que deve ser medido levando-se

em conta as necessidades das famílias de baixa renda em distribuir seus ganhos entre seus bens, incluindo os essenciais à vida, como a alimentação. Mas podemos buscar a compreensão disso por meio das análises das políticas públicas urbanas, que conseguem ainda que de forma desordenada estabelecer as condições de produção e reprodução da cidade, para atender aos interesses de uma minoria hegemônica (Oliveira, 2003:134).

É o espaço urbano que revela uma teia de interações e inter-relações dos diversos agentes que atuam direta ou indiretamente em sua produção e reprodução. O espaço urbano capitalista brasileiro, conforme as reflexões de Vasconcelos Filho para o Litoral Norte de João Pessoa (2003: 29) vem a ser fruto da dialética criada no tecido urbano, que faz materializar na cidade um espaço intensamente fragmentado, sendo a renda um requisito indispensável para a ocupação do solo urbano, o que em geral repercute em uma cidade que não terá lugar para os pobres (Singer, 1979:33).

Carlos (2001:12) esclarece que o espaço pode ter duas interpretações. Ele é antes de tudo um espaço social, no qual temos os valores sociais de uso e principalmente os valores que estão centrados na natureza, que não necessariamente estará relacionado com os interesses econômicos buscando centrar seus principais objetivos nos valores da terra. O espaço a partir disso, se torna fragmentado, tornando-se uma mercadoria, ou seja, um espaço de consumo, os chamados “simulacros”, que na opinião de Certeau (2002:309) mais parecem uma colagem na superfície.

Simulacro é a denominação ao que a iniciativa imobiliária vem ocasionando na área da Ponta Negra, a sua verticalização. Lefebvre (1999: 45-46) se reporta a este fenômeno como sendo o alhures, ou seja, o lugar da ausência-presença, o que está em toda parte e em parte alguma, um espaço paradoxal, onde o paradoxo converte-se no avesso do cotidiano.

Já em dezembro de 2000, lia-se no jornal de maior circulação da cidade o anúncio que trazia o rio Negro como atração para os negócios na Ponta Negra (ver figura 01), uma vez que

já despontava o aumento inevitável de prédios na área. O lugar então estava sendo rotulado de “Barra Amazonense” (ver foto 09), sendo este um dos slogans utilizado pela especulação imobiliária.



Figura 01 – A natureza fazendo parte do mercado imobiliário

Fonte: Jornal A crítica – 24 e 25/12/2000.



Foto 09 – Estrada da Ponta Negra, a “Barra Amazonense”

Fonte: Guglielmini, Luiza - 09/2004.

Um dos lugares mais bonitos de Manaus, da onde a visão do pôr do sol é inigualável, é também o lugar onde impera a segregação social que se faz presente também nas “festividades” programadas pelo poder público.

Uma vez instalados, os moradores dos prédios, que pagaram caro para estarem no local, tendo embutido nos valores inclusive a visão que a natureza pode proporcionar, passam a interferir nas relações das pessoas que freqüentam o lugar. Com isso, escasseiam-se os shows no Anfiteatro, um dos bares foi desativado e perde-se também o espetáculo oferecido em um outro bar, que agora teve que voltar suas caixas de som para o rio, no intuito de não importunar os vizinhos, e a população que podia ver gratuitamente as danças típicas que eram oferecidas, perdeu a visão do espetáculo, que agora está limitado aos clientes, pois o palco de apresentação foi para trás do bar e as caixas de som estão na direção do rio, não sendo mais possível para quem passa, o simples olhar curioso¹¹.

Mas também é importante identificar, como no caso de uma conversa informal com uma moradora do prédio da frente deste bar, que existem aqueles que se queixam por terem

¹¹ Ver A Crítica 31/07/2004: ‘Guerra’ pela Ponta Negra.

mudado para tão longe da “centralidade”, na sua opinião, buscando uma melhor qualidade de vida, e inclusive ter tempo para contemplação da natureza, mas sendo que tempo é o que lhe falta. São pessoas assoberbadas pelo trabalho e que vivem num ritmo tão intenso que se não mudarem antes da localidade, como já é o pensamento de alguns, talvez só venham a usufruir o local quando estiverem mais velhos sem tantos compromissos.

Isto se explica pelo simples fato de terem pagado pela paisagem belíssima do rio Negro, mas não poderem nem ao menos contemplar. O que significa que saem mais cedo de casa por estarem em uma zona mais distante de seus trabalhos, e por isso na maioria das vezes, o dia ainda está amanhecendo, e a pressa não lhes permite parar para ver a natureza em seu momento de transição noite / dia. Por se tratarem de pessoas de melhor poder aquisitivo, estão à procura de reproduzir o que lhes garanta o conforto de morar em um bairro nobre. São normalmente executivos, empresários, profissionais liberais. Enfim, pessoas que podem ser classificadas como donas dos meios de produção e que passam muito tempo nas suas empresas, envoltas em trabalho, e por isso na maioria das vezes anoitecem na rua, deixando de ver também a fase de transição dia / noite da natureza.

Como nos finais de semana em geral não permanecem em suas casas, procurando refúgio no próprio rio Negro em suas lanchas e em marinas, também não usufruem a beleza cênica da paisagem. Assim, o Negro é vendido e comprado, mas quem faz a opção de morar no lugar, ainda que não seja regra, não consegue viver a intensidade natural da localidade.

A “Barra Amazonense” nos remete a idéia de simulacro, pois o próprio termo “orla fluvial”, já trás em seu bojo, significados que definitivamente desvirtua o termo regional beira-rio. A beira passa a ser o lugar dos pobres, das palafitas, da “desordem” imposta pela ocupação desordenada, sendo esses lugares em geral qualificados enquanto periferia. Mas a orla fluvial é sinônimo de um espaço planejado pelo poder público, na qual a ordem e a funcionalidade são palavras de ordem.

Para essa compreensão, se faz necessário uma reflexão sobre o tempo, pois o nosso tempo, essa contemporaneidade, está mediado pela mercadoria. A partir dessa idéia, o espaço vai se tornar cada vez mais raro enquanto dimensão do uso, devido à falta de tempo para a concretização do ser.

Konder (1994: 77/80), ao analisar as investigações que Walter Benjamin faz na Paris do século XIX que vê nascer todo o borbulhar das tendências do então século XX, conclui que na cidade da modernidade encontramos uma raiz agressiva que termina tendo dificuldade em se envolver com sentimentos e emoções, devido à momentaneidade das coisas. Isto faz com que o valor de uso, que por conceito deve resistir a mercantilização, perca na disputa com o valor de troca, sendo o prêmio deste último a relativização de todos os valores humanos da cidade. Desde então, da época do poeta para a nossa, os movimentos da existência cotidiana na cidade grande se tornaram ainda mais inóspitos e envolventes.

Todavia, convém ressaltar que nas últimas duas décadas, “pós-modernismo” se tornou um conceito que já não pode ser ignorado. Com isso, o que aparece num nível como o último modernismo, promoção publicitária e espetáculo vazio, é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para a qual o termo “pós-moderno” é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado. E ainda que a natureza e a profundidade dessa transformação sejam discutíveis, ela é transformação. Não se trata de uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica, o que seria um exagero. Mas, em um importante setor da nossa cultura, aonde vem ocorrendo uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distinguem um conjunto pós-moderno de pressupostos e proposições de um período precedente (Harvey, 1992:45).

Diante deste quadro, a informação passa a ser atualmente o motor da divisão internacional do trabalho, processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho, resultante

da função do tempo histórico (Santos, 1991:82). A diversificação da natureza aqui, termina sendo tanto processo quanto resultado. Entretanto, a divisão do trabalho pode também ser vista como processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Assim, os lugares passam a se distinguirem por suas diferentes capacidades de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais e de ordem técnica (equipamento, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) no entender de Santos (1999b:106/197).

Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. Seria outra forma de considerar a valorização do espaço, para se ter a produtividade espacial ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividade. Essa categoria se refere ao espaço produtivo, isto é, ao “trabalho” do espaço. Entretanto, a imagem, a aparência, o espetáculo podem ser experimentados com uma intensidade (júbilo ou terror) possibilitada apenas pela sua apreciação como presentes puros e não relacionadas no tempo. O caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo (seja ele político, científico, militar, bem como de diversão) se torna matéria da qual a consciência é forjada (Harvey, 1992:57).

Quando o espaço é capturado por um determinado segmento da sociedade, ele pode ser utilizado pela especulação imobiliária. Isso só acontece na cidade devido essa produção espacial pelo valor de troca, pois nada na cidade é por acaso, e pode ser que esses agentes tenham uma informação privilegiada por antecipação, e a partir disso passam a agir no espaço em função disso.

Mas isso só predomina espacialmente através do poder que ganha visibilidade a partir das intervenções concretas que passam a ocorrer e vão com isso planejando e manipulando o

que vai aparecendo no espaço enquanto objetivo e neutro e no sentido político enquanto meio de dominação. Isso porque o poder termina por controlar o fluxo, o uso e o tempo do uso dos lugares, e esse poder vai primeiramente ser orientado pelo próprio Estado, que organiza as normas de planejamento urbano (Carlos, 2001: 29/37).

Marx (1998: 57) nos relata sobre o processo de produção do capital, da mercadoria e seus fatores: os valores-de-uso e valores-de-troca, argumentando que na produção capitalista, é o acúmulo de mercadorias que ocasiona a riqueza das sociedades, o que também vai de encontro para a satisfação das necessidades básicas do homem, enquanto meio de subsistência, consumo ou meio de produção. Com isso, todo objeto passa a ter um duplo caráter, tanto quantitativo (troca) como qualitativo (uso), devido às múltiplas propriedades de cada objeto e os vários modos de uso, no sentido de utilidade que ele pode adquirir. Nesse sentido, um dado objeto possui especificamente dois valores: o valor de uso, no sentido de ser útil, de ter utilidade, e o valor da troca que ele pode fornecer, fazendo com que todas as mercadorias tenham esse duplo caráter, de troca e de uso, sendo que esse uso difere do entendimento atribuído a ele por Lefebvre.

Para Lefebvre (2001:4), o valor de uso, que pode estar inclusive atrelado a cidade, é inicialmente o fato dela própria se constituir em uma obra, no sentido de ser produto da ação do homem. Esse termo, “obra”, é comparado ao sentido das artes, do lúdico, de criação, e isso vai de encontro à cidade transformada em mercadoria, pelo dinheiro, pelas trocas, pela produção. Não podemos negar que a cidade se faz sentir nesses dois valores - tanto o uso quanto a troca - mas como ela se realiza por meio das pessoas, o seu principal uso deveria ser o sentido da festa¹², que vem apenas no sentido de dar prazer, sem estar necessariamente ligada à troca.

Entretanto, nos seus ensinamentos em *O Capital*, Marx (1998: 63-64) relata que a

¹² Categoria entendida por Oliveira (2003) como os lugares em que ocorrem a diversão e os encontros da coletividade.

mercadoria primeiramente apareceu sob duas faces: a do valor-de-uso e a do valor-de-troca. Posteriormente, o trabalho vai também aparecer para ele com esse duplo caráter pois, ao se manifestar enquanto valor, vai paulatinamente deixando de possuir as características que lhe conferem a qualidade que inicialmente é a de satisfazer uma necessidade particular (o uso), indo de encontro à atividade produtiva, promovendo no bem um certo valor-de-troca. Isto porque para aquele autor, os valores chamados de uso formam um conjunto que é diferente ou feito por mercadorias materialmente distintas, o que em última análise resulta na divisão social do trabalho, uma vez que envolve diversos tipos de trabalho úteis nas sociedades, ainda que os produtos que a promovem não se convertam em mercadorias.

Portanto, esse valor-de-uso representa uma atividade produtiva que está submetida a um fim, sendo seu melhor representante o trabalho útil particular, porque se manifesta o desejo da satisfação com algo que provém de riqueza material, o que envolve uma atividade produtiva e não necessariamente precisa vir da natureza. Logo, podemos perceber que valor-de-uso aqui é entendido como aquele proveniente do trabalho. Trabalho útil que efetiva o intercâmbio material entre o homem e a natureza em mercadorias, ainda ressaltando que este não seria a única forma de se obter valores de uso, pois ainda quando produz, o homem atua como a própria natureza, modificando e transformando a matéria, sendo ainda nesse trabalho ajudado por forças naturais (Marx, 1998:64-65).

Para este autor, o valor de uma mercadoria representa trabalho humano e a despesa em geral que o envolve. O trabalho que uma mercadoria qualquer possui, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, e do ponto de vista de grandeza de valor ele interessará quantitativamente, após ser convertido em trabalho humano, isto é, a quantidade de trabalho que contém a mercadoria, e que, resguardadas as proporções, pode gerar valores iguais. Logo, quanto mais valor-de-uso que um bem possa possuir, maior a sua riqueza material. Entretanto, esse aumento na riqueza material pode gerar um certo distanciamento no

seu valor. Mesmo que ocorra uma mudança na produtividade, esse valor de uso vai estar atrelado à idéia de produção, de trabalho, o que vai gerar uma magnitude de valor, ainda que simultaneamente gere quantidades diferenciadas de valores de uso, quando a produtividade aumenta. (Marx,1998: 66-67).

Todavia, esse uso também é fomentado para mais, e quando a produtividade diminui também ele decai, porque todo trabalho necessita da força humana, no sentido fisiológico, bem como gera também uma despesa, um gasto, o que o induz a um determinado fim. É nesta qualidade de trabalho útil e concreto que ele vai produzir valores-de-uso. Com isso, os objetos vêm ao mundo sob essa conotação de valor de uso, o qual Karl Marx atribui ser esta a sua forma natural, tal como o ferro, o linho, o trigo. Mas essas matérias só adquirem o caráter de mercadoria, pela duplicidade de ser ao mesmo tempo um objeto útil e um veículo de valor, contendo a sua forma natural e a de valor simultaneamente, isto é, uso e a troca (Marx, 1998: 68-69).

Logo, para Karl Marx, o valor de uso tem o sentido de utilidade que o bem ou a mercadoria possui, e o seu valor de troca é o valor real que nesta vem embutido, o que nos lembra que aqui, ambos estão atrelados à produção, ao trabalho.

Ainda que as cidades tenham sido comandadas por processos duplos que acarretaram períodos apontados por Henri Lefebvre (2001:9) como a industrialização / urbanização, crescimento / desenvolvimento, produção econômica / vida social, estes sempre apareceram como unidades, mas são por princípio conflitantes, gerando os dois valores (de uso e de troca) que são no dia-a-dia postos em prática por seus cidadãos sem que se apercebam, e quase sempre o uso vai sucumbindo a troca, em favor do consumo, deixando-se de lado as práticas cotidianas.

É a crescente onda pós-moderna que termina por colocar a todos sob o impulso constante do capital, fazendo-nos substituir valores que são imbuídos de sentimentos, de

significados, pela efemeridade, pela busca constante do novo que o urbano pouco a pouco nos impõe.

Por isso Lefebvre (2001:11) nos indica que aos poucos, os antigos gêneros de vida vão sendo substituídos, terminando por cair no folclore. É o que Carlos (2001:278) vai chamar de nova ordem que se impõe na metrópole, ou seja, temos a ordem distante, produto do mercado globalizado, que falseia a realidade, impondo valores arraigados da troca, interferindo na ordem próxima, que são as relações entre as pessoas e grupos.

Lynch (1997:5) nos lembra que sendo a cidade em si um símbolo muito poderoso para uma sociedade complexa, isto se exacerba principalmente na contemporaneidade, que faz com que partes inteiras das cidades apresentem sinais concretos do seu modo de viver, tendo em cada forma, a memória. Mas esses elementos primários aparecem como aqueles que aceleram os processos da dinâmica urbana, e estes podem ser entendidos do ponto de vista funcional, como atividade que é fixa da coletividade para si própria, mas que principalmente conforme os estudos de Rossi (1995:139), podem ser apontados como fatos urbanos definidos enquanto acontecimentos que fazem a arquitetura assumida resumir a cidade, tornando-a história, com a idéia de que a cidade se constrói a si mesma, em um “estado de espírito”.

Assim buscamos focalizar esse duplo valor uso / troca, tentando repensar a forma nas quais nossos costumes são dilacerados por essa ordem distante que vai “homogeneizando” os espaços, fazendo com que os objetos e até os bens da natureza passem a ser explorados pela troca, perdendo o sentido da coletividade, do plano do vivido, imprimindo no espaço suas características inquietantes, levando mesmo o indivíduo a perder sua identidade, ao “estranhamento” na metrópole, uma vez que esta já não é mais produto da história humana, e sim dos desejos transitórios impostos pela contemporaneidade.

Então, constata-se que a cidade funcional, cada vez mais perde os lugares da criação, do ócio, dos encontros, da diversão, da festa, pois tudo entra para o mundo da produção. Tudo

na cidade vai ter o seu tempo, seu lugar, e a vida parece ser programada a cada minuto, sem contar que são significações que começam a constituir troca monetária, uma vez que os shoppings passam a ser o símbolo maior dessa efemeridade, dessa programada vida urbana, uma “bolha” na qual a alegria e a diversão estão garantidas, caso se tenha como pagar por elas.

Isto é o que Lefebvre conceitua de ilusão urbanística, pois sendo o urbanismo definido como a “atividade que traça o ordenamento dos estabelecimentos humanos no território com traços que podem ser de pedra, cimento ou metal”, esse urbanismo dos humanistas é dissociado do urbanismo dos promotores imobiliários, o do Estado e o dos tecnocratas, pois os primeiros (humanistas) propõem utopias abstratas, os promotores vendem o urbanismo enquanto “felicidade”, “estilo de vida”, “status”, e os dois últimos irão dissociar-se em vontade e representação, instituições e ideologias (1999:139). Isto é o que está ocorrendo no bairro da Ponta Negra e suas imediações, tanto para os empreendimentos voltados para a população de renda maior quanto para os que são mais populares (Ver figuras 02 e 03).

A sua casa perto da Ponta Negra e longe do estresse
VÁRIAS OPÇÕES DE FINANCIAMENTO

3 DORMITÓRIOS (1 SUÍTE)
Área construída: 102,85m²
Terreno: 12,50 x 20,00m

LIBERDADE PARA MODIFICAR OS ESPAÇOS COMO VOCÊ QUISER. AFINAL, A CASA É SUA.

- SUÍTE COM ESPAÇO PARA CLOSET
- SALA DE ESTAR/JANTAR
- COZINHA AMERICANA + 2 VAGAS
- ÁREA DE SERVIÇO + LAVANDARIA

TOTALMENTE VENDIDOS
DISPONÍVEIS PARA VENDA

Empreendimento: **CANADÁ**
233-4882

Figura 02 – Construtora utilizando a Ponta Negra para venda de casas populares

Fonte: Jornal A Crítica – 18/08/2004.

Qualidade de vida é uma conquista.
FINALMENTE UMA CASA COM O SEU ESTILO.

EM PLENA PONTA NEGRA

- PROJETO ARROJADO
- CONDÔMIO FECHADO
- ALTO PADRÃO DE ACABAMENTO
- 225,80M² DE ÁREA ÚTIL
- 480M² DE TERRENO
- INFRA-ESTRUTURA DE LAZER

EXCELENTE: PLANOS DE FINANCIAMENTO DIRETO COM A CONSTRUTORA. CONSULTE-NOS.

Empreendimento: **CANADÁ**
233-4882

Figura 03 – O novo estilo de vida da classe média alta

Fonte: Jornal A Crítica – 18/08/2004.

Mas essa contradição uso / troca vai marcar profundamente as vidas urbanas, mudando as relações entre indivíduos e destes com a natureza, fazendo com que os modos de

apropriação da propriedade privada do solo, seja orientado por usos diferentes, definindo inclusive os espaços públicos.

A apropriação do espaço para a vida vai se transformando em função das estratégias do poder e do capital no espaço, modificando a vida na metrópole, aparecendo sob a imposição de um novo modo de apropriação do espaço, bem como novos modos de agir, sentir e perceber (Carlos, 2001: 217).

A ideologia e a sua aplicação no dizer de Lefebvre (1999:144), pesam sobre a prática real. O uso (o valor de uso) vai ficando alijado devido o aumento desenfreado do valor de troca (do mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, com seu sistema de signos e significações aderido a cada objeto). Porém, também as representações urbanísticas vão oprimi-lo, pois elas se perpetuam a partir daquilo que incessantemente lhe motiva e incita. Com isso, a ideologia urbanística vai reduzindo a prática extrapolando o *habitar* urbano, e o urbanismo que ora vemos vai dividindo aquilo que são interesses particulares e políticos, dos que decidem e fazem a cidade em nome do “privado” e os que decidem em nome das instâncias superiores e dos poderes.

Disto resulta que o urbanismo terá sempre o comprometimento com o neoliberalismo (que admite a programação e as ações ditas “voluntárias” ou “concertadas”) e o neodirigismo (que concede um campo de ação à “livre empresa”). Os urbanistas terminam por se insinuarem entre os promotores imobiliários e os poderes, fazendo brotar o conflito que existirá a partir disto em relação às representações e as vontades. Com isso, a realidade urbana e sua problemática fragmentam-se indefinidamente entre a prática e a teoria em representações esparsas tal como “meio”, “ambiente”, “equipamentos”, e em competências (os escritórios de estudo, os departamentos oficiais, as instituições em todos os níveis), e o urbanismo praticado não somente aceita isso mais reforça essa fragmentação (Lefebvre, 1999: 145).

Desta forma, podemos verificar que a análise urbana aponta para uma situação de crise da cidade, acentuando velhas contradições e produzindo novas, num movimento tríplice que

se revela como persistência / transformações / deteriorações. Tornando a análise da cidade um grande desafio, tornando mais relevante a base em que está assentada a prática social dos grandes centros urbanos da atualidade, capaz de caracterizar essa condição que alguns chamam de “pós-moderna”, que é a análise da vida cotidiana (Carlos, 2004:8).

Mas na cidade temos também o tecido urbano formado por uma malha desigual, suporte no qual se desenvolve a vida urbana indicada por Lefebvre (2001: 10-11), como um modo de viver muito intenso e degradado. Neste ocorrem os objetos materiais e os valores que vão compor os lazes do urbano e, dentre outros, os costumes que terminam em alguns casos se constituindo em ilhotas do rural no urbano, ou seja, modos de vida diferenciados, que por suas características mais parecem uma ruralidade pura dentro da cidade. É o que ocorre no caso das palafitas que encontramos nos bairros do São Raimundo e da Compensa (ver fotos 10 e 11) que, independente de estarem numa grande cidade, fazem parte de um modo de vida do homem do interior, que na região é chamado de ribeirinho, e nesse sentido, se torna esse morador um ribeirinho urbano.



Foto 10 – Visão parcial das palafitas do São Raimundo a partir da ponte Senador Fábio Lucena

Fonte: Guglielmini, Luiza – 11/2004.



Foto 11 – Visão parcial das palafitas da Compensa – Comunidade Meu Bem Meu Mau

Fonte: Guglielmini, Luiza – 08/2004.

Por isso que para compreender a cidade, é preciso inicialmente buscar apreender a sua multiplicidade, isto é, a relação que vai existir entre ela e seu habitante, que perpassa diferentes modos de apropriação e usos (Carlos, 2001: 40).

1.2 A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA BEIRA DO RIO

Finalmente cabe uma discussão sobre o modo diferenciado de ocupação do espaço na área da pesquisa. Para tanto se recorre ao conceito de segregação.

segregação é o modo pelo qual, distintos segmentos de classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole (Villaça, 2001:142).

Entretanto, ao concentrar-se no espaço urbano, uma classe não impedirá a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço, muito embora em nenhuma região geral das metrópoles brasileiras exista a presença exclusiva das camadas de mais alta renda, o oposto vai ocorrer em grandes regiões urbanas, isto é, a presença exclusiva de camadas de baixa renda.

A segregação urbana pode ser de três formas, conforme Villaça (2001:147) aponta com base em Lojkin: “(1) uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia; 2) uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular; 3) um esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: comercial, residencial, industrial, etc. Porém os três tipos de segregação não são excludentes”.

Castells (2000:250) entende que segregação urbana

É a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, explicando que são tendências à medida que se impõem na lógica de reprodução quando as práticas, que são socialmente determinadas não se opuserem, ou seja, de um lado as determinações econômicas, políticas e ideológicas irão interagir e compor o espaço residencial, ao passo que haverá também um reforço a segregação, um transbordamento de seus limites que tenderão a modificar os fatores de ocupação do solo, segundo a articulação das lutas de classes no local das residências, seja através da utilização simbólica de uma zona urbana ou pelo reforço de grupo da comunidade pelas fronteiras ecológicas.

Ao discorrer sobre as formas de segregação residencial analisando os estudos de O'Neill, Trindade Jr. (1997:15) relata que elas podem ser uma auto-segregação ou uma segregação imposta. No primeiro caso, são os grupos sociais dominantes que, em razão do

poder aquisitivo, reservam os melhores espaços para si, de forma que satisfaçam seus interesses. Logo, na medida em que a classe dominante ou frações dela vão controlando o mercado imobiliário através da incorporação imobiliária e da construção, vai-se definindo de forma seletiva, a localização de mais grupos e classes sociais. A auto-segregação é o que vem ocorrendo com a praia da Ponta Negra, o espaço de alto “status” que está sendo produzido pela elite tendo o auxílio do Estado e do capital imobiliário.

A segunda forma de segregação, a imposta, é a que vai arrumando as áreas residenciais dos grupos sociais de baixa renda, uma vez que essas pessoas têm pouca ou nenhuma opção de como e onde morar, restando assim, aceitar os espaços que lhes são reservados, pois conforme Trindade Jr. (1997:15), são os grupos sociais de baixa renda, que ocupam os terrenos desfavoráveis, seja por sua topografia (áreas alagadas, encostas íngremes, etc.) seja por sua localização (periferias distantes do centro sem amenidades naturais ou socialmente produzidas). A segregação imposta é o que ocorre com os residentes da Vila Marinho, Ponta do Ismael, e Meu Bem Meu Mau, que surgiram enquanto “ocupações desordenadas” e que ainda resistem, mas tendem a desaparecer pela pressão das empresas de navegação para construção de portos, tanto na Compensa quanto no Santo Agostinho. Em nossa área de estudo, estas são áreas de livre acesso ao rio (**ver imagem de satélite 04**).

Vale ressaltar, que a natureza nas periferias são fatores essenciais para as classes de alto poder aquisitivo. Então essa segregação vai reorganizando e redefinindo os subespaços da cidade, o que vai refletir em mudanças de formas e de conteúdos sócio-espaciais, o que significa dizer que a segregação vai sendo alterada pelas mudanças sociais, sendo uma de suas conseqüências (Trindade Jr.,1997:17).

Todavia, Villaça (2001: 147-148), em sua análise, conclui que a segregação sendo um processo dialético, não pode haver dois tipos, e sim um só, no qual a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros, seguindo a mesma

Imagem de Satélite 04: Áreas de livre acesso no São Raimundo

Ver arquivo (mapa4 area de livre acesso sr.pdf) no CD anexo.

dialética do escravo e do senhor. Isto porque para este autor, se existe a luta de classes na segregação, há também a evidência dos vitoriosos e dos derrotados. Então ele evoca duas elucidaciones a respeito. A primeira diz que: essa segregação resulta de uma luta ou disputa por localizações (segregação étnica ou por nacionalidades), pois a segregação se dá entre grupos sociais ou entre classes, e a dimensão de luta irá aparecer quando se introduzir a segregação por classe.

A segunda questão faz referência ao porquê da luta, e nesse sentido, o referido autor dirá que Manuel Castells em sua obra A questão urbana avança um pouco ao sustentar que se procura ao lutar, além de uma posição social, uma “conveniente implantação espacial dentro da cidade”, explicando ainda que toda a problemática social irá ter sua origem no binômio natureza e cultura, por meio do processo dialético, no qual o homem enquanto sociedade se transforma e simultaneamente modifica seu meio ambiente físico na sua luta constante pela vida e pela apropriação diferenciada do produto de seu trabalho.

Portanto, Villaça (2001:327) destaca que:

Essa segregação espacial pela burguesia é um traço comum e presente em todas as metrópoles, e que se trata de um aspecto excepcionalmente importante para compreender suas estruturas espaciais, pois este é um processo que está longe de ser uma particularidade das décadas recentes e de uma eventual atuação do capital imobiliário ou das leis de zoneamento contemporâneo, uma vez que há mais de um século se constitui no Brasil.

Desde meados do século XX que a segregação nas metrópoles vem ocorrendo. E em geral as classes acima da média tendem a se segregar crescentemente numa única região nas metrópoles, e em seu deslocamento com o auxílio do mercado imobiliário tendem a orientar o crescimento do centro principal em sua direção, desenvolvendo no percurso, o centro novo, que vai se localizar no quadrante onde estão as camadas de mais alta renda. Com isso, as metrópoles passam a ser, no dizer de Villaça (2001: 311), duas cidades divorciadas uma da outra, a dos mais ricos e a dos mais pobres e excluídos.

Dentro dessas duas cidades passam a se ter inclusive dois centros distintos: o

tradicional, centro velho, que antes pertenceu aos mais ricos, mas agora é tomado pelas camadas populares, e o “centro novo”, dos ricos da atualidade, constatação que Villaça (2001) chegou ao analisar seis metrópoles, encontrando evidências suficientemente fortes para acreditar que esta tendência pode ser generalizada para todas as metrópoles, por tratar-se de uma tendência histórica.

Em Manaus não é diferente, pois claramente se observa a camada de mais alta renda migrar em direção a zona Oeste da cidade, levando consigo um sistema viário melhorado, e mais linhas de ônibus com suas rotas alteradas para passar pela praia da Ponta Negra, não porque eles as utilizem, mas porque as pessoas que trabalham em suas residências sim.

Isto vai fazendo com que o contraste centro x periferia caia em desuso, pois ao se deslocarem para área periférica, mais distante do centro tradicional, eles a renomeiam para área nobre, o que faz com que mantenham em seu deslocamento territorial os melhores centros comerciais, que passam a ser criados e regularmente cuidados pelo poder público, como podemos perceber em Manaus através das principais ruas de acesso à praia da Ponta Negra, como a avenida João Valério, Djalma Batista, Pedro Teixeira e na própria Estrada da Ponta Negra. Em vista disto, as áreas que se localizam fora do quadrante das camadas de alta renda, por mais centrais que sejam, passam a ser periferia, tornando-se sempre “longe” por mais perto que estejam (Villaça, 2001: 349).

E essa produção diferenciada no espaço termina se reforçando:

Além de imprimir a uma determinada região geral da cidade um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano, através da aparência das ruas e edifícios, da arborização, da presença maior de praças, etc., as burguesias implantam nessa região a melhor infra-estrutura da cidade, especialmente a viária. Finalmente eis um aspecto pouco avaliado. O espaço urbano é tecido de tal forma que todo o cotidiano daquelas camadas se desenrola predominantemente nessa região. Cada vez mais, o próprio Estado para ela se transfere e, ideologicamente, essa região começa a se identificar com ‘a cidade’ e o restante passa a ser encarado como subúrbio ou periferia e considerado longe, por mais central que seja sua localização (Villaça, 2001: 326).

Como os processos de segregação tendem a se acentuarem, tornando-se óbvios e

visíveis, aprofundando a desigualdade social na metrópole, isto vai se manifestar na desigualdade espacial, muito além da oposição centro x periferia, devido o enorme desequilíbrio de poder político existente entre as classes sociais, pois, conforme Villaça (2001:317) salienta, no Brasil as classes de alta renda em geral estão mais próximas do poder, ocupando posições centrais. Desta forma elas terminam “puxando” as melhorias viárias (intra-urbanas) na direção de seus bairros, principalmente porque o seu meio de locomoção predominante, é o automóvel.

No entanto, ao produzir um sistema viário que se adequa ao transporte individual, o Estado aumenta o desnível entre as condições de deslocamento entre as classes sociais, melhorando a acessibilidade de uns em detrimento de outros, que em geral são maioria. Conforme nas cidades pesquisadas por Villaça (op. cit, 318-319/329), o que se verifica na prática é que em Manaus também, os escritórios, as boutiques, as lojas e shopping centers, vão se estruturando e crescendo na direção dos bairros residenciais de mais alta renda, e não o contrário, e aqui o rumo é a praia da Ponta Negra, que de acordo com Ribeiro Filho (2004: 156-157), é o bairro que passa a ser uma área residencial funcionalmente desejável da elite manauara, que tem privilegiado essa localização altamente valorizada, principalmente por suas amenidades naturais ou socialmente construídas, uma vez que vêm ocorrendo investimentos para esta população de alto status.

O que também vai se verificando em relação aos órgãos públicos é que estes passam a estar nas imediações das classes mais abastadas. Em Manaus foi a sede da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado que mudaram para o bairro da Compensa, aglutinando na área vários órgãos, em linha reta na direção leste de quem vai saindo da praia da Ponta Negra.

No entanto, têm – se que o espaço urbano é produzido e consumido por meio de um único processo. Em se tratando de aglomerações de pessoas no urbano, temos que ter em mente que o consumo aparece com dois tipos diferenciados apontados por Marx *apud* Serra

(1987:65) enquanto uma função de cooperação que vem em decorrência da própria aglomeração, sendo o primeiro o consumo produtivo aliado aos meios de produção, às matérias-primas e aos instrumentos de trabalho, o que todos os indivíduos exercem ao consumirem produtos de suas necessidades. O segundo tipo de consumo seria o individual, que aquele considera ainda maior que o consumo social, pois historicamente se faz necessário como sendo aquele consumo de luxo.

Com efeito, é a luta em torno de melhores condições de consumo e não de condições de produção, a real luta entre as classes sociais por determinada localização (Villaça, 2001:330). Todavia, podemos nos ater a analisar a dimensão territorial que se vincula a isto, pois a ideologia propagada vem através da dimensão de poder que é dado pela política, e que por sua vez está vinculada à dimensão Estatal.

Gomes (2002:12-13) nos esclarece que a chamada “geopolítica urbana”, ou seja, a luta que se tem dentro da cidade, somente é possível devido o estabelecimento desse poder que impõe as regras de acesso, circulação e normatização dos usos, inclusive das atitudes e comportamentos sobre este espaço. O controle territorial é a expressão do poder sobre aquilo que está em jogo nas disputas sociais, que é justamente a disputa por um direito à cidade, por meio da territorialidade, ou seja, o conjunto de estratégias e ações, não só para estabelecer esse tal poder, mas também para mantê-lo e reforçá-lo.

Com isso, podemos compreender a estrutura urbana como um todo articulado de partes que se relacionam, onde uma alteração em uma parte qualquer termina acarretando alterações nas demais. A isso estão associados à decadência do centro tradicional com o desdobramento de um ou mais centros comerciais (Villaça, 2001: 327-328) que em Manaus claramente vem a ser a avenida João Valério, no bairro Vieiralves, que se liga a Estrada da Ponta Negra através do bairro de São Jorge.

Não que isso ocorra por acaso, na verdade nessa “dominação” por meio do espaço, na

qual uma classe dominante comanda a apropriação diferenciada das vantagens e dos recursos do espaço urbano, temos uma que é decisiva, a do controle do tempo gasto nos deslocamentos, ou seja, a acessibilidade, produzindo através desse centro novo, uma otimização das suas condições de deslocamento, pois de acordo com Villaça (2001: 331/334), ainda que Marx não tenha chegado a analisar a questão da terra urbana e muito menos da localização desta, (e mesmo quando este se reportava aos meios de transporte, quase sempre pensava no transporte de carga em relação a esfera produtiva do espaço regional) ele conseguiu ter a sensibilidade para chegar próximo de reconhecer a localização, tanto na esfera regional quanto na de produção, enquanto um valor de uso da terra (utilidade) produzido através do trabalho por meio dos meios de transportes.

Desse modo, Villaça, (2001: 335/338/343) aponta três mecanismos pelos quais as camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano, o mercado que tem uma natureza econômica, e em especial o mercado imobiliário; o controle Estatal de natureza política ideológica atuando através da legislação urbanística, que é feita pela e para as elites, se revelando essa afirmação principalmente no que concerne às ilegalidades e clandestinidades praticada pela maioria dos bairros e edifícios nas metrópoles, e através da ideologia, que permite que a classe dominante legitime as condições sociais de exploração e dominação, tornando-as aparentemente verdadeiras e justas, transformando as suas próprias idéias em idéias dominantes em uma sociedade, em um dado período histórico.

Como ocorreu nas cidades analisadas por Villaça (2001:346-350), em Manaus também a ideologia dominante declara que o pertencente à minoria, o “seu” centro surge eleito como “seu” símbolo e este deve ser sempre o centro e o símbolo da cidade. Justamente agora que o centro tradicional é o centro da maioria, com o seu imponente Teatro Amazonas, símbolo de uma época e de uma sociedade, ter sido revitalizado com programação cultural gratuita, podendo ser freqüentado por todos, a imprensa vem e declara que a cidade tem um novo

símbolo, a praia da Ponta Negra (ver figura 04) na localidade das imediações de onde podemos identificar o centro novo.



Figura 04 – A Ponta Negra eleita como novo símbolo

Fonte: Jornal A Crítica – 24/10/2004.

Quem toma proveito disto são os interesses imobiliários, pois os empreendedores juntamente com o Estado se unem no planejamento dessas áreas devido à chamada antecipação espacial, ou seja, o Estado possui a informação da cidade em sua totalidade, utiliza isso como um privilégio e atua no espaço juntamente com as imobiliárias em função disso, produzindo o espaço através do valor de troca.

E como consolo para as classes populares, em face do lamentável estado em que se encontra o centro delas, elas têm de convencê-las de que está fazendo de tudo para revitalizá-lo e, ao mesmo tempo, justificar perante as camadas populares o esplendoroso 'centro novo'... Assim, quando precisa da adesão dos dominados para aplaudir seus feitos, convida-os para o 'seu' centro, ao contrário, quando pretende bajulá-los, passa por igual, de modo a conseguir seu apoio e adesão, vai ao centro 'deles', ao 'centro velho' (Villaça, 2001: 348)

Para tanto, o capital imobiliário passa a comprar terras com décadas de antecedência em determinada localização, apenas por estarem na direção de expansão das camadas de alta renda, devido à estrutura urbana as inserir em posições estratégicas para empreendimentos voltados para as burguesias. Por isso que a moradia das famílias de alta renda é determinada

pela sua demanda por certas localizações e formas das casas, e o alto preço da terra termina levando ao uso do edifício de apartamentos como a forma de melhor viabilizar economicamente a ocupação de terrenos privilegiados pelas burguesias. Nas cidades litorâneas é o que acontece com as praias (Villaça, 2001: 353) que vêm cada vez mais se aplicando também a áreas fluviais, como em Manaus, na Ponta Negra.

Mas a cidade termina se constituindo num produto da diferença, e ainda que seja produzida de maneira coletiva, a sua apropriação vem a ser privada, e são esses usos diferenciados que acentuam a desigualdade. Ela se dá primeiramente quando não se tem os bens coletivos ou equipamentos de consumo básicos que são: transporte, saúde, educação, saneamento, habitação e os de segunda ordem como lazer, segurança, informação, ou seja, o de gestão da cidade. É esse poder que organiza as normas do planejamento urbano e resulta das relações de força, inclusive do mercado, pois as simbologias das nossas relações terminam sendo capturados por ele.

Todavia, apesar do Estado ser aquele que possui o papel predominante nesta relação de dominação, implicando na ideologia¹³ que tem necessidade de negar sua parcialidade (o domínio de uma parte sobre o resto), ainda que a relação seja de domínio, ele reflete os interesses da classe dominante, expressando a capacidade que ela possui de impor-se às outras classes, fazendo interesses particulares florescerem a consciência nacional como se fosse a expressão de um interesse geral. Isto faz com que o Estado termine não sendo o único lócus do conflito, nem tampouco a única arena da dominação de classe. Há várias outras funções mediadoras que também são arenas de luta política e ideológica (Malan, 1981: 112/113).

Estes são convenientemente utilizados para impulsionar o consumo do que está sendo

¹³ Gramsci apud Badaloni (1978:21-22/43) enfatiza que as ideologias são os instrumentos de adequação da sociedade civil à estrutura econômica através da instituição da lei que diferencia os espaços à medida que vai excluindo os que não são atingidos por ela, formalizando espacialmente os territórios de exclusão e inclusão social, mesmo que pelo princípio do direito o espaço deva ser o terreno abstrato de uma isonomia, ou seja, de justiça social (Gomes, 2002:32/34).

propagado como um “novo estilo de vida” para a população em geral, atingindo a todos em seus desejos de possuírem o bem, seja ele qual for. Em todo o país, esse “novo estilo de viver” é marcado pela experiência de estar atrás de muros sob a contínua vigilância de seguranças armados, se constituindo o condomínio fechado para os de maior nível de renda, o tipo mais desejável de moradia atualmente, o que equivale a uma nova forma de segregação na contemporaneidade, que na verdade teve de passar por um processo de mudança de paradigma.

De acordo com Caldeira (2000:258-261) os condomínios fechados na verdade são versões residenciais de uma categoria mais ampla dos novos empreendimentos urbanos, que ela nomeia de enclaves fortificados, pois estão mudando a forma de viver da classe média e alta, tratando-se de propriedade privada com uso coletivo, que prima pelo que é privado e restrito ao passo que desvaloriza tudo o que é público e aberto na cidade, com uma tendência a serem ambientes socialmente homogêneos no que concerne à classe social, ou seja, pessoas seletas que vivem e consomem esse espaço, e que simultaneamente cultivam sentimento de ruptura e negação com o resto da cidade.

Com isso, morar nesses enclaves fortificados pode atualmente conferir um certo *status*. Mas nem sempre foi assim, pois para que as moradias coletivas passassem a preferidas em oposição as residências individuais foi necessário uma inversão de valores que prevalecia até os anos 80, quando a imagem do centro ainda era associada aos ricos e a periferia aos pobres, e as moradias coletivas associadas aos antigos cortiços (Caldeira, 2000:259).

Dessa forma, o que antes era subúrbio terminou sendo uma preferência para as elites. Mas isso teve de passar por mudanças que foram se generalizando, pois agora os condomínios podem ser tanto verticais quanto horizontais, e o enclausuramento também passou a ser uma estratégia imobiliária e de marketing, sendo os procedimentos de segurança um requisito prévio para quem deseja ter esse “novo conceito de morar”.

Conforme as análises de Caldeira (2000:261-265), muito embora se tenha homogeneidade social, e esta seja até valorizada, em relação ao projeto das casas isso não ocorre, pois se dá um alto valor para a “personalidade” da casa. Isso foi observado inclusive nas moradias populares que recebem casas padronizadas e fazem esforços para a modificação das fachadas. Entretanto, para que isso se concretize, os anúncios comerciais têm grande influência como sabemos, pois deles decorrem a sedução que na verdade vai ser o grande marco para que as pessoas desejem ter esse novo tipo de residência, articulando imagens que elas possam decodificar como suas, incorporando-as como estilo de vida, sendo isto mediado por anúncios publicitários e pelas empresas imobiliárias e de construção, conferindo a imagem de articulação dos elementos de segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços, uma imagem sedutora da residência fortificada e isolada, um ambiente seguro para quem o adquirir além do privilégio de conviver com “iguais”, isto é, de mesmo nível social:

Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais. Os enclaves são o opostos à cidade, representada como um mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social (Caldeira, 2000: 265).

Importa ressaltar que Caldeira (2000: 266-268) aponta como uma tendência essas “ilhas” instaladas nos arredores nobres, com seus sistemas de “segurança total” assegurando a “felicidade e a liberdade” dos que estão dentro, por meio das instalações tecnológicas, garantindo através de monitoramento por circuito fechado o “direito a não ser incomodado”. Isto faz com que muitos condomínios tenham a aparência de sofisticados clubes, devido seus equipamentos e instalações de uso coletivo, ainda que a utilização destes por parte dos moradores seja baixo, o que sugere um indício de que realmente eles não se sentem à vontade em compartilhar, indicando que essas instalações parecem mesmo apenas marca de *status* e ostentação.

Entretanto, o que se observa é que o quesito segurança atualmente não possui tanta relevância, pois quanto mais a tecnologia evolui, ainda maior é a capacidade do homem em inventar meios de burlar os equipamentos e as pessoas responsáveis por eles. Vide os últimos assaltos praticados em edifícios de luxo, inclusive aqui, na cidade de Manaus.

Também os flats têm se tornado modismo entre a classe de maior poder aquisitivo, por se tratar de apartamentos pequenos que possuem todos os serviços que dispõe um hotel, o que é analisado pela autora como sendo uma contradição pois, os membros das classes altas fazem a segregação espacial por temerem o contato e a contaminação pelos pobres, porém continuam cada vez mais a depender de seus serviços tal como as empregadas domésticas, babás, porteiros, jardineiros, enfim, tudo para que se mantenha o luxuoso “estilo de vida”. Então, tudo termina sendo um novo código de conduta que sempre vai fazer alusão aos enclaves fortificados como algo que é muito desejável, difundindo esse “novo conceito de moradia”, tanto nos condomínios verticais quanto nos horizontais (Caldeira, 2000: 268-269/284/288).

Isso pode ser observado no caso do flat erguido na área da praia da Ponta Negra (ver figura 05), que no ano de 2004 ganhou inclusive um prêmio por sua arquitetura que incorpora a idéia do bem-estar com a vista da natureza e a sofisticação no atendimento, agregando outros tipos de serviços, tal como uma academia de ginástica de uma conhecida rede de empreendimentos da cidade de Manaus.

Também é possível reconhecer isto na demarcação de um projeto sofisticado e audacioso que incorpora bem as idéias de algo que deveria ser público como a área de praia, se tornando privatizada, sendo o anúncio inclusive audacioso, pois define bem que os moradores que adquirirem um apartamento no local terão praia exclusiva, conforme pode ser observado (ver figura 06):

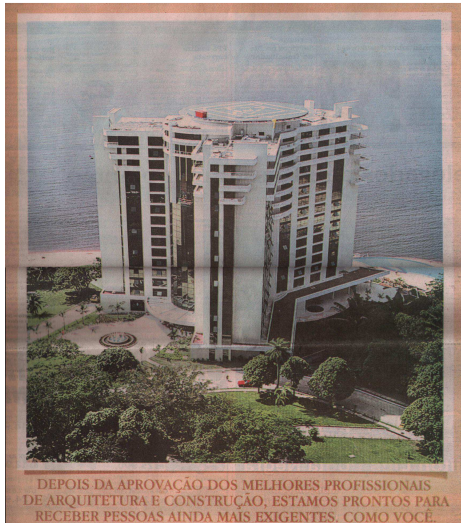


Figura 05 – Vencedor do prêmio Arquitetura Cooperativa
 Fonte: Jornal A Crítica – 02/05/2004.

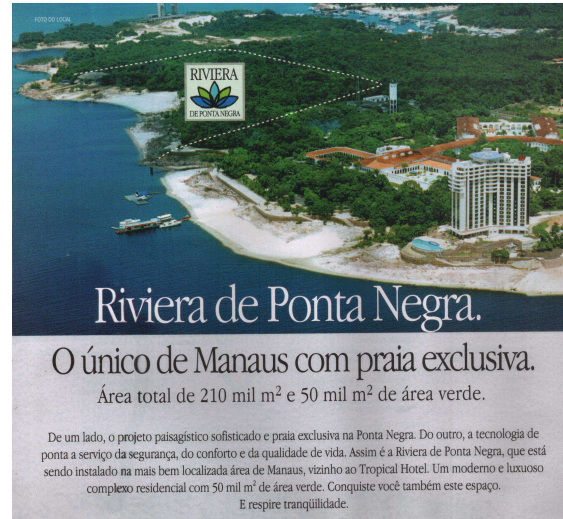


Figura 06 – Venda da beira rio fora de Manaus
 Fonte: Ícaro Revista de Bordo Varig – 03/2004.

Caso parecido ocorre também na área de residência do setor composto pelos bairros do Santo Agostinho, Compensa e São Raimundo, com alguns estaleiros que mesmo tendo a bóia demarcando até onde eles devem pôr suas balsas, insistem em tomar toda a beira-rio, prejudicando os moradores (ver fotos 12 e 13).



Foto 12 – Demarcação da área na água que não é respeitada na vazante
 Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.



Foto 13 – Demarcação da área na água que não é respeitada na cheia
 Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

CAPÍTULO 2.0

“MANAUS E A BEIRA-RIO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO”.

Muitos acreditam ser o uso da terra urbana o principal caminho para o estudo sobre a cidade. Outros irão apontá-lo como algo que foi anulado pela própria fluidez de nosso tempo. Isto será discutido durante o transcorrer do trabalho, por julgarmos de suma importância esta análise para a compreensão do processo de produção e reprodução do espaço urbano, o que para nós tem a especificidade de tratar-se de um estudo na Amazônia, e principalmente, que este não parte do olhar do outro, do externo.

Parte-se da reflexão teórica que busca redefinir as formas, funções e as estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais etc.), bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana, que até então vem sendo marcada pelo consumo, compreendendo o que seria a satisfação das necessidades socialmente elaboradas, que vai de encontro às necessidades urbanas específicas, que seriam o desejo incessante por lugares qualificados, de simultaneidade, de encontros, onde o valor de uso não fosse tomado pelo valor de troca, comércio ou lucro, e que houvesse a garantia da permanência de tempos de encontros.

A estruturação das cidades na Amazônia desde sempre teve uma estreita relação com o rio. O padrão espacial organizado a partir do leque fluvial faz com que o rio seja um componente de relevância para as cidades amazônicas, se considerarmos que estas são predominantemente ribeirinhas, podendo inclusive aparecer no imaginário da população enquanto elemento simbólico. Entretanto, a produção do espaço urbano baseado no mercado termina desprezando o rio enquanto dimensão do lugar, destruindo a possibilidade do construto de uma cidade com características do lugar.

O levantamento acerca da realidade regional termina por entrar em choque com a

cidade da contemporaneidade, que faz com que o global enquanto desdobramento do modo de vida urbano se sobreponha aos espaços vividos, das relações cotidianas dessa cidade que se quer sustentável. Aqui cabe a análise de Compans (2001:108/110), que demonstra o antagonismo do global com o local quando caracteriza, em linhas gerais, a cidade global como dual, marcada pela dimensão econômica, com enclaves territoriais que mais parecem uma “morfologia de arquipélagos” compostos por bairros e condomínios privatizados, se destinando à moradia e atividades, das quais este chama de “elite transnacional”, resultando na fragmentação e no curto prazo. E a cidade sustentável, que prioriza a dimensão social e econômica, buscando processar tentativas de integração dos bairros, entre o centro e periferia, entre o espaço público e privado, valorizando principalmente o primeiro, uma vez que é o espaço do coletivo, da festa. Daí podermos retomar às idéias de Lefebvre (1999:111-112), nas quais o sentido do urbano seria antes de tudo, aquele que tem os signos da reunião, do ponto de encontro, da simultaneidade.

2.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO RIO NO IMAGINÁRIO DOS MORADORES DO SETOR SÃO RAIMUNDO, COMPENSA E SANTO AGOSTINHO

Para entendermos essa resistência por parte dos moradores do setor São Raimundo, Compensa e no Santo Agostinho em permanecerem na beira-rio apesar da pressão das empresas de navegação para construção de portos, recorreremos a Cassirer (1994: 47-48) que relata que cada organismo vivo, desde o mais simples até o mais complexo, tem sua adaptação e ajuste ao seu ambiente por meio de sua estrutura anatômica que traz um sistema receptor, pelo qual a espécie recebe os estímulos externos, e um sistema efetuidor, pelo qual reage a eles, desempenhando funções de ajustes, para que o organismo sobreviva ainda que tenha por algum motivo de retornar ao equilíbrio, e isso ocorre de forma que a ligação seja intrínseca, funcionando em uma mesma cadeia.

Porém, este círculo funcional, quando aplicado à espécie humana, terá um sistema que

se juntará aos outros dois, o sistema simbólico, que faz com que o mundo humano seja quantitativamente maior, como também passe por uma mudança qualitativa. O homem o utiliza também como método de adaptação aos ambientes, pois é inerente seu enquanto característica entre as espécies, não que este possua exceções às regras biológicas que regem a vida dos outros seres.

Esse sistema vai transformando a vida humana, pois o homem ao ser comparado com os outros animais, é o único que vive em uma realidade mais ampla, bem como em uma outra *dimensão* desta realidade, devido à diferença existente entre as reações orgânicas e a seu poder de respostas aos acontecimentos que vão perpassar toda a gama de símbolos que eventualmente possua, para que possa estar apto a encontrar a sua própria realização, que vai para além da realidade física, unindo e tecendo cada vez mais a rede simbólica de sua existência, fortalecendo seus avanços.

É através de uma conversa constante consigo que o homem adentra cada vez mais no mundo paralelo ao real, envolvendo-se nas formas lingüísticas, imagens artísticas, símbolos míticos e até nos ritos religiosos, para interpretar o meio artificial, fruto de sua própria criação e produção (Cassirer, 1994: 49), que neste estudo seria a produção da cidade.

Por isso Rossi (1995:138) salienta que não podemos separar a geografia de uma cidade de sua história, pois somente ambas podem conseguir explicar sua arquitetura, ou seja, os signos dessa “coisa humana”. É a chamada Topofilia que propõe o elo afetivo existente entre as pessoas quando estas se relacionam com os lugares, criando comportamentos com base em sentimentos que passam a ter em relação ao espaço que as circundam, enquanto uma resposta dos sentidos frente ao mundo, formada a partir das experiências (Tuan, 1980:4-5). Para tanto, é importante exaltarmos a linguagem regional das vivências. E tal qual Gratão (2001: 93) aponta em sua análise sobre o rio Araguaia, será permeada pelo ritmo das chuvas, das águas de cheias e vazantes, que são definidas pelas estações do ano resultando em dois movimentos:

o da vida aquática quando o rio estiver cheio, e o da vida terrestre quando este estiver seco, sendo as pessoas que vivem nessas áreas, adaptadas a essas duas realidades.

Para Gratão (2001: 97) “cheias” e “vazantes” são expressões de lugar, imagens e paisagens, categorias que remetem a existência do cotidiano dos homens do rio, que ocorre conforme as estações do ano. Diferentemente do rio Araguaia, o rio Negro sobe de janeiro a junho, quando suas margens transbordam, ocasionando o leito das cheias e seca de julho a dezembro, quando afloram suas praias no leito da vazante:

Dois ritmos...duas vidas...! com relação a época da seca e a época das chuvas...Vida aquática...Vida Terrestre...A vida das pessoas com “O Rio”, está diretamente conduzida pelo ciclo anual d’ “O Rio” – De Cheias ...&...vazantes...Em cada uma das estações d’ “O rio”, mudam-se as atitudes de (com)vivência...com ele, das pessoas com ele e entre si.Nesse sentido...e, por isso, os homens conhecem tão bem “O Rio” – e, por isso, eles seguem...respeitosamente, o ciclo das estações, obedecendo o ritmo das águas (Gratão, 2001:97).

Também os moradores dos bairros banhados pelo rio Negro como São Raimundo e a Compensa, vivenciam períodos distintos de acordo com as características que a natureza adquire, o que nos remete à compreensão dessas dinâmicas em cada caso, uma vez que essas relações se dão entre os indivíduos e a natureza em busca da superação das dificuldades encontradas ao longo do tempo nas condições de vida que ora se apresentam.

Em função da localização geográfica os bairros da área de estudo em alguns pontos apresentam características de uma cidade ainda ribeirinha, por estar em relação direta com o igarapé do Tarumã, rio Negro (zona sul) e o igarapé de São Raimundo (oeste) desempenhando funções que algumas vezes se alternam em lazer, residencial, institucional, comercial, fazendo com que os bairros da área apresentem características de usos que algumas vezes aparecem de forma simultânea e / ou isoladamente.

Em geral, as residências a beira-rio, no que concerne às moradias dos setores Santo Agostinho (Vila Marinho) Compensa (Ponta do Ismael, Meu Bem Meu Mal) e São Raimundo, são casas tipo palafitas, que tem o rio como “quintal”, ou seja, a cozinha está voltada para o rio.

Importante ressaltar mais uma vez a mudança na paisagem, que termina por influenciar as relações que envolvem os moradores. Observe nas fotos 14 e 15 os dois momentos da paisagem no bairro do São Raimundo.



Foto 14 - São Raimundo na época da vazante
Fonte: Guglielmini, Luiza - 11/2004.



Foto 15 - São Raimundo na época da cheia
Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

Ao ser convidado para adentrar nas casas, o que foi uma constante durante a aplicação dos formulários, percebe-se logo que são bem arrumadas e limpas, com utensílios que indicam uma certa “modernidade”. No entanto, essas relações vão ser muito marcadas pela afinidade que essas pessoas ainda têm com o rio, uma vez que a maior parte do tempo, simultaneamente trabalham e contemplam o rio, principalmente as mulheres em seus afazeres domésticos, o que vem a ser uma característica tipicamente regional. Quando se anda pelos “beiradões” é isso que se observa ao longo dos rios, as casas têm os seus chamados “jirais”, ou seja, a pia da cozinha de frente para o rio, sendo este também o lugar para onde vai os visitantes que chegam a casa.

Observe na foto 15, o barco que passa próximo das casas. As mulheres ou quem faz o trabalho doméstico, são tidos como “guardiãs” do rio, pois são essas pessoas que enxergam primeiro quem se aproxima, são elas que acenam com adeus, são elas que reconhecem os barcos que fazem rota pelo local, sabem dos horários etc. Enfim, possuem laços de pertencimento que fazem parte da própria história da cidade, uma vez que o bairro de São Raimundo é um dos mais antigos da cidade. É nesse sentido que esses laços de sentimentos,

de afetividade transformam esse cantinho da cidade em resistência ao externo, por resistirem ao estranhamento que vai se impondo nas metrópoles.

Ainda que estejam dentro das relações com a ordem distante, ainda vivem arraigados de subjetividade, de simbologias próprias da região, do sentido do pensar coletivo, do vigiar, do estar e se fazer presente, pois uma vez que um estranho entre no lugar e ande por meio das casas, imediatamente o que vê primeiro dá um sinal para os outros e de alguma forma você se vê vigiado por olhos que vêm nas janelas para olhar você no rosto e cumprimentar ou ainda que ficam na espreita, desconfiando de sua presença, invisíveis, tal qual o panóptico, e ainda que esteja de passagem, você não fica por muito tempo caso não se identifique e permeie o lugar com alguém que pertença a ele.

Por isso não resta dúvidas de que muito embora a cidade seja marcada pela imagem institucional, constituindo esses em seus pontos referenciais, também há a imagem nutrida pelo imaginário e vice-versa. Isso constitui a forma pela qual o homem se apropria da sua cidade. Por isso mesmo é que a apropriação também é o espaço da cidade, qualificado, informado pelo uso enquanto espaço habitado, vivido, modificado: espaço socializado. Mesmo que essas imagens de apropriação sejam, até certo ponto, irracionais, na medida em que são desencadeadas por estímulos afetivos e não institucionais, é essa ação do sujeito com a cidade que constrói o imaginário (Ferrara, 2000:123).

Os modos de vida são diferentes, por serem permeados de simplicidade. Na época da vazante, as relações interpessoais que ocorrem no lugar são ainda mais intensas. Como surge uma grande faixa de praia, começam os preparativos para o campeonato de futebol dos moradores do lugar. Aparece também o churrasco coletivo, a festa, o estar junto, o trabalho no dia a dia que é feito de forma a otimizar o local, o “capinar” do barranco, a limpeza da praia, enfim, ainda se vê nesses lugares, o uso que não necessariamente se vincula à troca.

Cassirer (1994: 96-97) ao interpretar Kant quando este relata sobre o entendimento

discursivo necessitar das imagens e dos conceitos para a distinção daquilo que vem a ser realidade e possibilidade, nos diz que o intelecto humano antes de necessitar de imagens, necessita de símbolos, pois no que concerne ao conhecimento humano, ele é por sua própria natureza um conhecimento simbólico, o que necessita de uma distinção entre aquilo que é real e o que é ideal, pois um símbolo não tem existência real, mas possui um “sentido” nela.

Para que entendamos o direito à cidade de Lefebvre (2001:103) devemos caminhar para o direito à apropriação da cidade, que não se resume em ser proprietário de algum lote urbano, perpassa esse entendimento e vai para além do morar propriamente dito, deve permear o habitar. O que significa dizer que trabalhamos com todo o entorno da moradia, ou seja, o espaço vivido faz com que as referências cotidianas sejam percebidas enquanto símbolos. É ter direito à centralidade e todo o movimento que esta contém, ter direito ao acesso, possuir o usufruto de espaços públicos, e no mundo contemporâneo significa primeiro tê-los enquanto domínio do uso.

É a partir de então que as necessidades individuais passam a ser influenciadas e determinada a partir dos que estão no microcosmo do poder, ou seja, daqueles que detém o capital e os seus símbolos, pois desta forma, o homem passa a existir somente enquanto força de trabalho, uma mera mercadoria, e a sua subsistência importa como possibilidade de reprodução do capital (Carlos, 1994: 38).

Nisto inclui-se a natureza na cidade, que passa também a estar articulada às dimensões das relações de produção, e como tal os impactos que são ocasionados no ambiente urbano, começam a não poderem ser analisados isoladamente, mas sim como conseqüências de uma ação, qual seja, a do processo de produção.

2.2 O SIMULACRO CHAMADO “ORLA FLUVIAL”: O RIO COMO MERCADORIA

Embora toda beira-rio da zona Oeste seja importante, ela não é homogênea, tendo

diferenciações de usos, o que acaba providenciado um destaque para a praia da Ponta Negra, este sendo encabeçado pelo próprio poder público, auxiliado pelo capital imobiliário que termina produzindo a segunda forma de segregação apontada por Trindade Jr. (1997:15), a chamada auto-segregação por parte dos grupos dominantes em razão do seu poder aquisitivo.

Para termos a dimensão do quanto isso está ocorrendo nesta área, basta avaliarmos que ela foi a escolhida pelo Grupo Alpha Ville Urbanismo S. A. para abrigar no segundo semestre deste ano corrente, em uma área de 434 mil m², projetos de lotes urbanizados de alto padrão, incluindo a infra estrutura de um clube com praças, jardins, área de preservação permanente, lotes comercial e um mall para atender necessidades futuras como um centro de comércio e serviços composto por padarias, salão de beleza, papelaria, restaurantes, bancos, entre outros de uso exclusivo dos proprietários das unidades residenciais¹⁴.

Lefebvre (2001: 12-15) nos indica que o núcleo urbano pode ter um papel duplo de ser o lugar do consumo, mas também ser o consumo do lugar, ou seja, aqueles lugares que vão entrar de forma mais completa na troca e no valor de troca, ainda que continue de certa forma a ser valor de uso por conta de espaços que são oferecidos para atividades específicas. Isso vai tornando o valor de troca fortalecido, por conta até de alguns agentes que formam o espaço urbano.

Temos que:

a produção do espaço em si não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos (inclusive as paisagens que posteriormente parecem “naturais”). O que aparece de novo é a produção global e total do espaço social(...) O capitalismo quando parecia esgotar-se encontra enfim um novo alento na conquista do espaço, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. Ressalta-se que a estratégia de sobrevivência do capitalismo vai muito além que a simples venda do espaço, ela faz o espaço entrar na produção de mais valia, visando uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão (Lefebvre, 1999:143).

Logo, o próprio Estado ao assumir uma estratégia de planejamento que auxilia na fragmentação ainda maior da cidade, torna os espaços funcionais orientados por uma

¹⁴ Ver matéria “Ponta Negra vai ter Alpha Ville” no jornal A Crítica de 20/03/2005.

estratégia de classe, e faz emergir as diferenças de forma muito mais aguçada. Isso é aprofundado pelos agentes fundiários e pelos imobiliários que passam a usufruir cada vez mais de estratégias de marketing que tornam o espaço vendável, e que buscam o lucro máximo nas negociações, nem que para isso tenham que excluir o restante da população, suprimindo a cada dia os espaços públicos.

Na área em questão temos a foz do rio Tarumã, que em seu contato, abriga uma construção abandonada de um prédio que recebeu incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para ser construído. O Maksoud Plaza Manaus que, segundo a placa que consta na entrada, pertence à Manaus Hotéis de Turismo S.A.. Numa tentativa de preparar a cidade para o turismo fez com que fosse injetado dinheiro público nesta construção, que está há pelo menos 10 anos paralisada, uma vez que na placa consta o número do processo 3483 datado do ano de 1994. O que de fato ocorre é a omissão por parte do poder público em verificar os reais motivos do não andamento da obra, e principalmente em tomar uma atitude quanto aos responsáveis, já que os investimentos foram feitos sem que os benefícios tenham sido realizados.



Foto 16 – Placa da construção e incentivos do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra)

Fonte: Guglielmini, Luiza – 08/2004.



Foto 17 – Portão da entrada frontal do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra)

Fonte: Guglielmini, Luiza - 09/2004.

Apontamos que o local permanentemente isolado por terra não permite a entrada (conforme a foto 17). E a sua visão por água, nos faz pensar o quanto foi e ainda é desperdiçado em investimentos e em faixa de praia que se tem no local quando o rio se

encontra no período de vazante.

Ainda que de fundo tenhamos uma discussão concernente ao hotel cinco estrelas que está localizado na vizinhança e que na verdade detém o monopólio da área, este novo hotel representaria uma verdadeira concorrência em busca de clientela, o que talvez possa ser o real motivo para esta obra se encontrar paralisada e ao que parece sem perspectivas de andamento.



Foto 18 – Construção do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra) vista do rio na cheia
Fonte: Guglielmini, Luiza – 08/2003.



Foto 19 – Construção do Maksoud Plaza Hotel (Ponta Negra) vista do rio na vazante
Fonte: Guglielmini, Luiza - 12/2004.

Com isso, perde o Estado, perde a população, e ganha a iniciativa privada, que por meio do mercado vai fazendo os arranjos espaciais em seu favorecimento, pois como sabemos, a cada dia no mundo contemporâneo, a cidade é impulsionada por este pseudo-desenvolvimento, que a fragmenta ainda mais e que a desumaniza, refletindo nas formas da cidade um visual que acarreta uma estetização do poder, no qual o desenho arquitetônico revela-se um instrumento poderoso, no qual todos os espaços na cidade vão ser minuciosamente calculados, tornando-se um espetáculo, passando a sensação de transitoriedade e superficialidade.

A impressão que se tem em algumas áreas na cidade é que tudo é muito bem calculado para causar a sensação de que ali se tem a diferença, espaços qualificados que assumem o rosto dos que podem pagar por ele, e que perpassa a dimensão do vivido, uma vez que até os espaços públicos passam a serem subordinados ao controle da iniciativa privada.

A própria faixa de praia da Ponta Negra, a princípio deveria ser pública:

Um lugar conhecido como Ponta Negra (no início da década de 60), que mais tarde tornou-se um ponto turístico e balneário público muito freqüentado. O acesso àquele local era mais viável por via fluvial, tinha-se de ir de motor (Alencar, 1985:132).

Através de seu redesenho e reprogramação de eventos culturais, um pouco do que se vê na praia da Ponta Negra, um lugar que a princípio nasceu para ser o lazer gratuito da população de Manaus, paulatinamente vem sendo transformado e modificado, inclusive em sua programação de eventos, para garantir a “paz” aos moradores dos edifícios.

Isso vem ocasionando uma guerra social na área, uma vez que a praia da Ponta Negra, antes um lugar inóspito e sombrio, apesar de lugar de lazer por vocação, teve de passar por um processo que foi chamado de “humanização” que traria através do então plano, um pouco mais de opção à população da cidade por volta da década de 80.

Nesta época, houve o planejamento do Complexo Turístico da Praia da Ponta Negra, que buscava através de seus contornos, adequar a beira-rio para que as pessoas pudessem além do banho de rio, ter o lazer através de jogos com a construção de campos de areia e grama artificial, que serviriam a campeonatos de futebol e voleibol, sendo que seria também o lugar para cultivar a boa forma do corpo através dos aparelhos e do próprio calçadão.

Havia e ainda há o banho de rio nos fins de semana além das quadras de jogos, bares, equipamentos para ginástica, uma ciclovia, e os shows oferecidos no anfiteatro.

Observa-se que a princípio, o valor de uso estaria sempre sobreposto nessas relações, apesar dos pontos de inserção da troca (empresários e camelôs):

o banho é uma invenção tipicamente manauense. Para se refrescar do calor tropical e do sol equatorial, todos os habitantes da cidade do rio Negro, dos mais ricos aos mais pobres são adeptos (Correa, 1969: 89).

A foto a seguir retrata bem as palavras de Fonseca (2004:292) ao salientar que a população de Manaus buscava copiar as atitudes cariocas de Copacabana:

com chapéus de sol coloridos que protegiam os morenos corpos manauaras, pela praia circulavam vendedores oferecendo bebidas geladas e guloseimas regionais. Não faltavam, naquele cenário, as quadras de vôlei, o futebol amigo e o frescobol, cujo jogos terminavam com um mergulho nas águas limpas do rio. A praia da Ponta Negra era o ponto de encontro e lazer no tempo em que não havia calçadão nem o saudável hábito de caminhar como medida preventiva contra os males do

corpo e da mente.



Foto 20 – Foto da Ponta Negra do final da década de 70

Fonte: Guglielmini, Oscar - 03/1978.

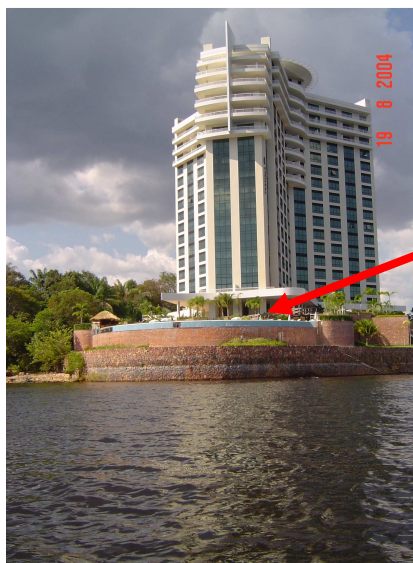
Isso demonstra o quanto esse espaço vem sendo apropriado pelo valor de troca, e o quanto ele se modificou ao longo dos anos. Primeiramente nos reportaremos à torre construída pelo hotel cinco estrelas a que me referi anteriormente. Em 2002, quando se iniciou, a obra foi embargada pelo Ministério Público, mas não demorou muito para se consolidar (ver foto 21).

Importante perceber o quanto da faixa de praia que foi retirada do restante da população, que ainda a frequenta nos finais de semana, e mais: tem este como sua última opção de lazer público, ao banho de rio tão costumeiro na região.



Foto 21 – Construção do Flat do Tropical Hotel Manaus

Fonte: Guglielmini, Luiza - 11/2002.



Piscina do flat.

Foto 22 – Flat do Tropical Hotel Manaus já construído: observe a piscina

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

O hotel retirou a praia e falseou o “banho de rio” (ver foto 22), com a piscina que tem

o intuito de permitir claramente para quem esteja nela, a sensação de estar no rio Negro. Esse processo de estranhamento conforme Carlos (2001:278), termina se revelando também como reconhecimento, ao ir paulatinamente modificando o significado e o próprio simbólico que o rio possui no imaginário das pessoas da região, uma vez que o desenrolar da vida ribeirinha está intrinsecamente ligada às águas.

Observe que na cheia as águas do rio Negro ficam margeando a construção da piscina, causando a impressão a quem está dentro, de estar tomando o banho de rio, mas o que é “intrigante”, é o motivo pelo qual isso foi pensado. Ora, como bom empreendedor, a rede de hotel sabe que essas águas estão com alto teor de poluição orgânica, ainda que não tenha sido feito o estudo da água, já que esse não seria o intuito dessa pesquisa. Mesmo considerando que tenha tratamento, do ponto de vista estético não deve ser visto com bons olhos o esgoto sendo despejado diretamente nas águas do rio (conforme a foto 23). Porém este só é visível na época da vazante, na cheia não é possível identificá-lo.



Foto 23 – Escoamento de esgoto do Tropical Hotel Manaus para o rio
Fonte: Guglielmini, Luiza - 12/2003.



Foto 24 – Marca do nível de subida das águas do rio na piscina do Hotel
Fonte: Guglielmini, Luiza – 02/2005.

E não vem a ser somente isso, Lefebvre (2001) nos indica o direito à cidade, direito de usufruto integral de todas as possibilidades que ela possa oferecer. Uma vez instalado no lugar, a torre do hotel provocou a privatização desta parte da praia, o que nos remete as leis do direito, que trabalham a área em questão primeiramente como domínio público.

Apesar de que Di Pietro (2004:566-567) aponta que a designação “bens do domínio

público” não seja perfeita, pois pode dar a idéia de bens cujo uso pertence a toda coletividade, e no entanto seu sentido pode admitir vários significados, dentre os apontados por esta autora, preferimos utilizá-la como forma de contrapor o regime jurídico dos bens de uso comum e de uso especial, submetidos ao direito público ou ao regime dos bens de domínio privado do Estado (bens dominicais), que é parcialmente público e parcialmente privado.

Muito embora a classificação adotada pelo Código Civil abranja três modalidades de bens, quanto ao regime jurídico existem apenas duas¹⁵. E em relação aos bens de uso comum e de uso especial, não existe diferença de regime jurídico, pois ambos estão destinados a fins públicos. Essa destinação pode ser inerente à própria natureza dos bens (como ocorre com os rios, estradas, praças, ruas) ou pode decorrer da vontade do poder público, que afetam determinado bem ao uso de sua administração para realizar atividade que vai beneficiar a coletividade, direta ou indiretamente.

Porém, necessitamos verificar o que reza a legislação nacional quanto aos bens públicos, pois ainda segundo Di Pietro (2004:564-565), no direito brasileiro a primeira classificação metódica dos bens públicos subsiste ainda hoje. É a que foi realizada pelo Código Civil de 1916 e se manteve quando pela Lei de número 10.406 de janeiro de 2002, se instituiu o Novo Código Civil¹⁶ que está em vigor desde 11/01/2003.

A nova classificação responde ao critério da *destinação* ou *afetação* dos bens: os da primeira categoria são destinados, por *natureza* ou por *lei*, ao uso coletivo; os da segunda ao uso da Administração Pública; os da terceira não têm destinação pública definida, razão pela

¹⁵ São bens do domínio público os de uso comum do povo e os de uso especial. Consideram-se bens de *uso comum do povo* aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração. Dentre elas, citem-se as ruas, praças, estradas, águas do mar, rios navegáveis, ilhas oceânicas. Os bens de uso comum do povo, de uso especial (da mesma forma os dominicais) repartem-se entre União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios (Di Pietro, 2004: 569-570). Ainda que Diniz (2003:114) relate que os bens de uso comum do povo, embora pertencentes à pessoa jurídica de direito público interno, podem ser utilizados sem restrição e gratuita ou onerosamente, por todos, desde que cumpridas as condições impostas por regulamentos administrativos, de acordo com a Lei 7.661/88, art. 9º, o que não impede que o poder público suspenda o uso por razões de segurança nacional ou do próprio povo usuário.

¹⁶ Ver incisos I, II e III do artigo 99 do Novo Código Civil.

qual podem ser aplicados pelo poder público, para obtenção de renda. É o caso dos terrenos de marinha (op. cit., 2004:564-566).

Mas nos termos do art. 99 inciso I, que dispõe sobre os bens públicos, já se observa um ponto comum – destinação pública – nas duas primeiras modalidades (bens de uso comum do povo e os de uso especial), que as diferencia da terceira, sem destinação pública¹⁷.

Uma outra classificação dos bens públicos é a que consta do Regulamento do Código de Contabilidade Pública da União, aprovado pelo Decreto n.º. 15.753, de 8/11/22, o qual, empregando no artigo 803 a mesma terminologia utilizada no art. 66 do Código Civil anterior, faz melhor distinção no art. 807, chamando os bens de uso especial de *patrimoniais indisponíveis* e, os dominicais, de *patrimoniais disponíveis*.

Desta, resulta maior clareza quanto à natureza alienável dos bens dominicais e a inalienabilidade dos demais, que são indisponíveis, ou por se destinarem ao uso coletivo ou por estarem destinados ao uso direto ou indireto da administração pública para consecução de seus fins. Classificação que se baseia no critério da natureza, patrimonial ou não, do bem (Di Pietro, 2004:566).

Então não resta a menor dúvida de que a área de beira rio é um bem público e que deveria ter permanecido sem a construção da torre do hotel que atinge um número limitado de pessoas, deixando à mostra a segregação social que exclui os que não podem pagar, e lhes rouba o direito a participar do movimento, da circulação nesta área que por princípio também lhe pertence.

Portanto, o cabedal jurídico sustenta ser essas áreas imóveis da União. São áreas dominicais, ou seja, áreas públicas que são do uso e domínio da União e que devem estar a

¹⁷ Sob o *aspecto jurídico* pode-se dizer que há duas modalidades de bens públicos:

1. os do *domínio público do Estado*, abrangendo os de uso comum do povo e os de uso especial;
2. os do *domínio privado do Estado*, abrangendo os bens dominicais, que segundo Cretella Júnior (1984:336) vem do vocábulo *dominical*, designando o tipo de coisa e bem que pertence ao *dominus*, senhor ou proprietário. Por isso, ele usa a expressão para designar “a parcela de bens que pertence ao Estado em sua qualidade de proprietário”.

sua disposição para eventual uso, e que então surpreende no caso apontado por estar sendo utilizado em uso restrito, pois agora para se chegar à ponta da praia que faz a enseada, o indivíduo necessita estar dentro do hotel, ele não tem mais o acesso pela areia da praia. Houve então uma retirada do direito da população em usufruir desta ponta de praia, ficando seu acesso um pouco mais limitado, conforme podemos verificar nas fotos 25 e 26 e na **imagem de satélite 05**.

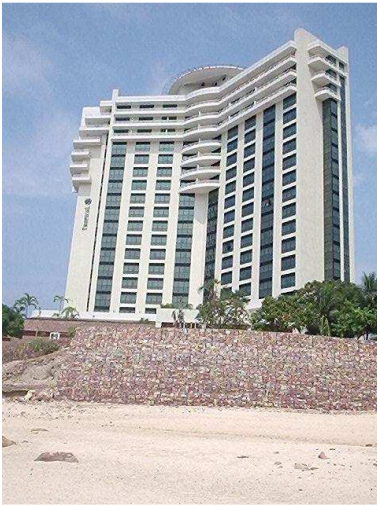


Foto 25 – Muro feito na área de praia para delimitar o acesso

Fonte: Guglielmini, Luiza – 06/2004.



Foto 26 – O muro de pedra se prolonga até encontrar a área da Marina do Hotel Tropical

Fonte: Guglielmini, Luiza – 02/2005.

Imagem de Satélite 05: Áreas de restrição da Ponta Negra

Ver arquivo (mapa5 areas livre acesso pn.pdf) no CD anexo.

Com isso, os que podem usufruem o rio como beleza cênica, ainda que dele não faça outro uso a não ser o de contemplação. Até o banho de rio é de alguma forma uma virtualidade. E os de menor poder aquisitivo, que até conhecem o fato da água talvez ter um índice alto de poluição orgânica, ainda assim, ficam sem alternativas, tendo que se banharem nestas mesmas águas.



Foto 27 – Acesso para se chegar até a Praia da Ponta Negra

Fonte: Guglielmini, Luiza - 06/2004.



Foto 28 – Acesso da Praia da Ponta Negra

Fonte: Guglielmini, Luiza – 02/2005.

Outro fator que em linhas gerais podemos perceber através da observação dos que a freqüentam, é que no passado, a praia da Ponta Negra era freqüentada por uma população que ia para o local com todos os apetrechos necessários para passar o dia. Há quem lembre que era inclusive o “lugar dos piqueniques”. No local, ainda na década de 1980, havia mesas de madeira que incentivavam as pessoas a levarem a própria comida enrolada em panos de prato. Importante dizer que isto foi observado em uma conversa informal com uma mulher que disse não ter mais coragem de trazer mantimentos por pura vergonha de mostrar aos outros, e ser interpretada como “alguém que não tem dinheiro para comprar comida no lugar”.

Isso é explicado pelas relações de troca como já foi visto, mas é bom lembrar que o Complexo Turístico que tinha o intuito de tornar a praia “mais humana”, na verdade fez com que vários bares se instalassem na área fazendo com que até o espaço de praia fosse de certa forma “vendido” (ver foto 29).



Foto 29 – Banhistas na praia da Ponta Negra vista do rio

Fonte: Guglielmini, Luiza - 07/2004.

Como os guarda-sóis agora pertencem ao proprietário do estabelecimento, para usufruir deles as pessoas tem que pagar ou ao menos consumir produtos do bar. E são essas relações que vão reinventando o lugar e sucumbindo cada vez mais a troca, esquecendo que seu motivo maior para existir poderia ser o uso, enquanto obra do vivido, em defesa de valores coletivos, e é nesse sentido que o conflito passa a estar presente no cotidiano.

Nisso também podemos ver brotar as diferenças que nascem da cidade legal que vem ser estruturada a partir de um ordenamento jurídico e aquela que a população vai realizando no cotidiano e que o poder público termina por contribuir para aumentar essas diferenças quando se omite. Com isso, a ocupação da beira-rio vai favorecendo a uma minoria, aprofundando ainda mais as diferenças sociais, sem que isso implique um controle do uso da terra urbana, de forma que a apropriação feita tenha um cunho mais democrático, e isto é mais fácil de ser identificado e visualizado no plano local, ou seja, na esfera municipal.

Sob a ótica lefebvreaana, pode-se notar que o papel do Estado na sociedade moderna vai ser o de subordinar a si próprio e a seus elementos, inclusive a cidade, a esse novo estilo, o urbano. Assim, a oposição entre o uso enquanto vida e a troca enquanto compra, venda e consumo dos espaços aumenta, o que nos remete a idéia de pensar nos lugares cada vez mais parecidos, mais homogeneizados por força de um planejamento que se impõe sobre o que de melhor poderia haver no local, a especificidade, a essência, a própria identidade, tornando

parecido, mas deixando rastros de que jamais será o outro.

A cidade ao se transformar no local da visibilidade, mais do que nunca é uma paisagem identificada pela verticalidade e gigantismo. A cidade agora é para ser vista, consumida visualmente... A imagem da cidade faz-se como um simulacro da própria cidade contemporânea, que é simultaneamente real e virtual, imagem e imaginário, mas ambas reais e concretas. É essa ambigüidade da cidade contemporânea que nos detém na questão em estudar o percurso de sua produção e reprodução (Ferrara, 2000:22).

O simulacro significa dizer que, ainda que tente ser uma Barra da Tijuca (R.J.) ou uma Miami (E. U. A.), a Ponta Negra jamais será, ainda que pareça, e ainda perde a oportunidade de construir um espaço que aproveite mais as relações de uso entre as pessoas e os grupos no sentido de Henri Lefebvre, somando isso à dádiva de estar diante de um rio majestoso, construindo suas bases numa simbologia tipicamente regional.

A visão do rio ao longe da praia da Ponta Negra nos remete ao pensamento de uma ilha de prédios (foto 30), e com eles as relações que estão permeadas de valores que nos levam a pensar na interpretação sobre como está se dando este uso e sobre os usuários que o utilizam.



Foto 30 – A ilha de prédios da Ponta Negra.

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

Mas tudo isto ocorre porque a cidade vai sempre manter relações com os elementos que a constituem e que terminam por compor a sua própria história. Se isso vir a mudar é porque a sociedade que a habita mudou, e essa transformação não é apenas resultado passivo de uma globalização social e suas possíveis modificações, pois a cidade vai depender também

das relações imediatas que se passam diretamente entre as pessoas. Isto vem a ser a ordem próxima, ainda que as ordens distantes, compostas pelas instituições que regem a sociedade, o Estado e até a Igreja, imponham os seus códigos jurídicos, formalizados ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes (Lefebvre, 2001:46).

Quanto mais a sociedade se torna complexa, menor é a faixa de espaço que é utilizado enquanto uso, ou seja, no sentido do coletivo. Isso resulta da troca que insere o espaço no mercado, pois nem todos têm condição de pagar. Nesse sentido, também a “festa” passa a ser vendida, entrando no circuito da mercadoria, e o que antes era diversão, se transforma em lazer, uma vez que passa a ser capturado pelo mercado, e isso vai reorientando os usos dos lugares.

É por conta disso que se faz necessário distinguir sobre o que vem a ser a cidade e o urbano, para percebemos que erroneamente são apontados como sinônimos. A cidade é o concreto, o fixo, aquilo em que se estabelecem os limites, é o espacial, o objeto definido, o particular, o específico. O urbano é a difusão dos valores, as atitudes, os comportamentos, o abstrato, que se caracteriza pela moda, pelos estilos e cotidiano. Enfim, é o modo de ser da sociedade que o vivencia, é a contemporaneidade (Carlos, 2003:24-28). No caso da pesquisa ora proposta procura-se verificar isso na Amazônia.

Portanto, narrar a cidade, aceitando o desafio de conhecê-la, identificá-la, a partir da imagem que a organiza, simbólica, eficiente e pública, faz com que o seu reconhecimento se revele nos espaços institucionais, através da percepção coletiva que consagra e faz circular valores, marcas, referências e identidades urbanas, apresentando o sinal do hábito, do cotidiano, enraizado na cumplicidade das crenças e valores constatados pela visão e registrado coletivamente, como uma simples fruição (Ferrara, 2000:77/120), e isto em Manaus pode ser verificado no rio de águas escuras, morada de Oxum, rainha das águas doces.

Tais apontamentos indicam que os dados levantados pela pesquisa não podem ser

vistos como incontestáveis. Todavia, se de um lado apontam limites, de outro, mostram as possibilidades de compreensão da cidade e do urbano.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Definido os quatro setores da pesquisa, passamos a etapa de coleta de dados e informações que as caracterizariam em seus aspectos populacionais, habitacionais e socioeconômicos, para que pudéssemos chegar ao foco auxiliar do mapeamento dos usos que era saber exatamente o significado que o rio adquire para cada agente de acordo com seus interesses na área.

Importante ressaltar que isso não teria sido possível caso a pesquisa não contasse com colaboradores voluntários que abriram mão de seu tempo para nos ajudar na aplicação dos formulários que auxiliam na caracterização da área, sendo esta uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de geografia, estatística e ciências sociais.

Para melhor administrar o tempo durante a coleta de dados, decidimos utilizar o período da manhã, tanto na área de praia, quanto nas residências, uma vez que nos finais de semana e feriados na praia, é quando há a possibilidade de se encontrar famílias inteiras no local, e nas residências quando poderíamos encontrar o responsável pelo sustento do lar, fosse ele homem ou mulher. No que concerne aos estaleiros, fomos em dia útil pela parte da tarde, pois era quando poderíamos falar com o responsável através de entrevista livre.

De posse das informações dos quatro setores definidos e do contexto pelo qual essa pesquisa foi realizada, apresentamos algumas implicações que surgiram durante o desenrolar da aplicação dos formulários¹⁸ (ver Apêndices), que foram elaborados com o objetivo de responder aos questionamentos da pesquisa e também para complementar as informações que não poderiam ser obtidas nos órgãos afins.

¹⁸ É um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ed. Revisada e ampliada. São Paulo:Atlas, 1991, p.212.

Trata-se de um formulário semi-aberto, no qual, a parte fechada se destinou a obter as respostas específicas em relação a aspectos sócio-econômicos e à infra-estrutura dos setores residenciais. A parte aberta visava a colher informações dos agentes sobre a forma pela qual o rio Negro é percebido por eles e seu possível significado.

Foram aplicados ao todo 120 formulários, com duas entrevistas livres, nos estaleiros que possibilitaram a entrada da pesquisadora. Embora somente no final da pesquisa tenha sido tomada esta decisão, o trabalho não ficou prejudicado, pois houve uma grande contribuição dos voluntários dispostos a ajudar na aplicação dos formulários.

Conforme o trabalho de Ribeiro Filho (1999: 87) também aqui, muitas das estratégias previstas para este levantamento se confirmaram, sendo que outras apontaram para rumos diferentes. Por isso se faz necessário esclarecer que basicamente a fonte para as informações foram os chefes de família, para se obter informação completa que correspondesse a sua realidade e que principalmente, nos permitisse saber desde quando residia no local e os motivos que o levaram a estar exatamente ali, próximo ao rio.

Em relação à receptividade do informante, podemos distinguir quatro momentos: o da área de praia, as residências de maior poder aquisitivo, as residências da classe menos favorecida e os estaleiros. No setor Ponta Negra muitos não demonstravam interesse pela pesquisa, perguntavam se era algum levantamento do governo, e simplesmente diziam não. Mas também havia os receptivos que vinham até os pesquisadores e na curiosidade de saber o que era, se ofereciam para serem entrevistados. Nas residências de alto status, recorro as palavras de Ribeiro Filho (1999:88):

as pessoas tinham algum receio em receber o pesquisador. Devido o aumento da violência e outros fatores sociais, a população de alto status encastela-se em suas residências, constrói muralhas e instala sistema eletrônico para aumentar a segurança da família e dificultar o acesso de pessoas estranhas, inclusive a do pesquisador. O interfone passa a ser a forma mais fácil de dizer não.

Quanto às residências menos favorecidas, no setor dos bairros de São Raimundo, Compensa e Santo Agostinho, em geral as pessoas foram muito receptivas em todos os

domicílios visitados, chegando inclusive, em algumas residências ao morador solicitar que o pesquisador adentrasse sua casa para ter a “sua” visão do rio. Os moradores faziam questão de responder ao formulário, enaltecendo as suas qualidades, bem como enumerando suas dificuldades enquanto moradores daquelas localidades.

Em relação às unidades portuárias, procuramos estabelecer uma estratégia diferenciada, pois fomos com o intuito de ter uma entrevista livre, sem a necessidade de preenchimento de formulários. Ainda assim, foi muito difícil conseguir entrar nesses estabelecimentos. Dentre todos que estão localizados na área de estudo, a maioria simplesmente ignorou a pesquisa com um não. Apenas o representante de um estaleiro nos recebeu, o de outro nos falou de sua portaria muito vagamente, e um terceiro não pôs empecilho em nossa entrada na empresa, mas nos exigiu a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tais como macacão, capacete, botas e protetor auricular. Essa preocupação com a segurança dos que estão na área de trabalho é até muito boa, ainda que seu maior receio tenha sido na verdade uma fiscalização repentina. Entretanto, vale ressaltar que este ainda possui uma estrutura bem incipiente, e talvez por se tratar de uma empresa pequena ainda permita o acesso.

Quanto ao setor institucional – área militar - somente foi possível através de levantamento bibliográfico. Em relação aos formulários, estes foram preenchidos concomitantes a entrevista pela autora desta pesquisa ou por um de seus auxiliares voluntários, pois desta forma evitaríamos possíveis dúvidas que pudessem surgir posteriormente por parte dos informantes, bem como para que não restasse nenhuma dúvida quanto ao levantamento sócio-econômico, além do que, isto permitiu maior interação entre as partes, o que invariavelmente fez com que surgissem informações para além do formulário.

Quanto ao processo de amostragem, optamos por uma metodologia que permitisse a rápida coleta de dados, para que fosse otimizado o tempo e o custo da pesquisa, sem perder o

índice de precisão de um levantamento que cobrisse toda a área de interesse. Trata-se da amostragem geográfica que Berry e Baker denominaram “amostra estratificada”¹⁹, na qual a área em estudo se subdivide em estratos, onde podem ser escolhidos aleatoriamente pontos de amostragem. Com isso, nos setores residenciais e na praia, foi selecionado de forma aleatória o número de residências que estivessem diretamente mais próximas ao rio, tomando o cuidado em cobrir a área de pesquisa espacialmente.

Com esses critérios estabelecidos, fixamos um número de formulários para cada setor da pesquisa, sendo considerado para tanto, o número de domicílios. Finalmente, foram aplicados 50 formulários na Ponta Negra, 20 na praia em um feriado, 20 em um dia de domingo (acredita-se que esses sejam dias de muita frequência no local) e 10 nas residências de alto status. Foram aplicados ao todo 70 formulários nas residências de baixo status, subdivididos em 10 no Santo Agostinho, 20 na Compensa e 40 no São Raimundo, de acordo com a área de ocupação destas em relação ao rio Negro, pois demos preferência para as primeiras casas que podem ser avistadas do rio. Totalizou-se assim, 120 formulários, e duas entrevistas livres.

As informações obtidas a partir dos formulários (ver Apêndices) foram sistematizadas e tabuladas em tabelas e gráficos apresentados no capítulo concernente e interpretadas segundo o cruzamento dos dados obtidos.

Vale dizer que os dados aqui obtidos não são absolutos e até possuem contradições entre si, pois foi detectado que ocorre alguma informação desencontrada por parte de alguns informantes, principalmente no que concerne à infra-estrutura na residência. Eles diziam, por exemplo, que possuíam luz elétrica provinda da rede, mas via-se claramente que se tratava de desvio ilegal. Porém, isto em hipótese alguma compromete o trabalho desenvolvido.

Outro limite que pode ser apontado pelos dados foi à dificuldade de entendimento por

¹⁹ Ver Brian J. L. Berry e Alan M. Baker. Análise Espacial: amostragem geográfica. (s/d).

parte de alguns informantes, principalmente os de baixa escolaridade, sobre o que seria o significado do rio, ainda que a intenção tenha sido a de simplificar ao máximo a terminologia, de forma que pudéssemos evitar tal problema. Ainda assim notou-se que os resultados encontrados tiveram uma tendência para aquilo que Merleau-Ponty (1999) e Ferrara (2000) entendem como percepção. Isso termina sendo uma característica muito forte para quem sabe ser analisado posteriormente, uma vez que esta possibilidade faz com que as análises tomem outra direção da adotada neste trabalho. Todavia não deixa de ser relevante, já que o comportamento das pessoas pode ser modificado pelas transformações espaciais.

Os procedimentos metodológicos acima estão calcados no pressuposto de que pensar o rio e a cidade na Amazônia e especificamente a beira do rio Negro e a cidade de Manaus, pressupõe a compreensão da cidade e do urbano. Carlos (1994), já apontava que pensar o urbano significa pensar também a dimensão do humano.

Importa aqui analisar o urbano considerando-o como condição geral do processo de reprodução do capital. Daí o espaço urbano passa a se reproduzir como capital fixo, e seu processo de produção funda-se nas relações de trabalho entre os homens e a natureza, enquanto uma relação que deve ser entendida em suas diversas faces: econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural e filosófica. É justamente na dimensão jurídica, que o processo de apropriação tem o controle enquanto propriedade privada. Isto se consolida na apropriação da ação real que guia a direção do processo produtivo e se difunde em todas as instâncias sociais, e depois, na apropriação do produto criado pelo capital. O que delineará os contornos e determinará as necessidades de produção, e em consequência da sociedade, é a forma como se dará à apropriação, o que em geral, ocorre com lutas e conflitos (Carlos, 1994:33).

Entretanto, se o espaço vem a ser condição, tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, ele também é produto, sendo assim, a materialização do trabalho humano. A

sociedade, ao produzir suas condições de vida, partindo das relações capital-trabalho, vai reproduzindo o espaço geográfico e com ele, uma forma de viver, pensar, sentir. Nessa rede de interações, a sociedade se torna criadora de si e de seu espaço (Ibid, 1994: 33).

O estudo busca demonstrar o modo como se dá à reprodução do espaço urbano atual, retrocedendo até o ano de 1967, quando da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), e, eventualmente recorrendo à historicidade dos bairros que compõem o contato da beira-rio, pois conforme Oliveira (2002b: 36), a história não pode ser neutra, isenta de valores, de opções ético-políticas.

Ao se discutir a natureza do espaço geográfico, questiona-se antes de tudo, o papel do homem em relação aos fenômenos geográficos, pois este além de parte integrante da realidade é também seu produtor.

Logo, importa considerar o ponto inicial desse processo que é a necessidade de reprodução da vida e conseqüentemente, da espécie humana, e com isso, o espaço produzido é uma reprodução do homem, o que nos leva a refletir sobre o processo de produção social, o tipo de trabalho realizado e o seu desenvolvimento. O que vem a tona é pensar de que modo se dão as relações sociais de produção numa sociedade capitalista e como essas relações têm rebatimento na produção do espaço, no caso específico o espaço urbano da cidade de Manaus e de modo pontual a beira-rio da área anteriormente citada.

Portanto, procuramos entender esse processo em suas incoerências e em seu dinamismo, pois nele o capital surge como uma relação social que se fundamenta nas lutas e contradições. Assim, buscamos redimensionar o lugar da natureza e da sociedade na análise ambiental, procurando inserir o homem não mais como elemento da paisagem, mas como produtor de sua existência, enquanto ser histórico e social, que possui com a natureza uma relação dialética, que tem na essência a perspectiva de que o trabalho enquanto ato essencialmente humano dá conteúdo à vida e cria a idéia de liberdade, não produzindo apenas

produtos, mercadorias, mas também a si mesmo, ao trabalhador, as relações sociais e o mundo, fundamentando-se na relação capital-trabalho.

Isto porque conforme Bourdieu (2000:10-15), são as relações sociais resultante dos símbolos, os instrumentos de “integração social”, que contribuem para reproduzir a ordem em que a cultura dominante na verdade vem a ser a da classe dominante, enquanto agente contribuinte para sua própria integração real perante as outras classes sociais, onde o seu poder simbólico se define transformando e legitimando suas posições ideológicas, conforme seus interesses.

CAPÍTULO 3.0

DO RIO À CIDADE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA.

Pensar a produção do espaço urbano é primeiramente requisitar o contexto no qual este está inserido, interpretando a própria sociedade em questão e sua organização espacial apontando para uma exterioridade. Por ser um processo aparente, depende da interpretação de quem observa o visível, por isso se faz necessário o resgate histórico, buscando compreender as espacialidades que eram possibilidades, mas que não se tornaram realidades, uma vez que a cidade se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem as constrói, contendo a vida, seus fragmentos e, estando permeada por emoções, imersa na dimensão do uso do espaço e do tempo, necessita tentar buscar o seu entendimento para além das aparências (Oliveira, 1995:155).

A cidade está para além do concreto, do físico, daquilo que está ao alcance da visão. Ela perpassa seus habitantes, inserindo significações ao dia-a-dia, emoções que vão dando sentido as formas, fazendo com que cada objeto que compõe a teia urbana seja repleto de sentimentos, pois ao olharmos para a cidade, não olhamos para ela toda, e sim para o que nos é possível enxergar (Schweickardt, 2000:133).

É exatamente por essa estreita relação que existe entre o sujeito e o objeto que precisamos definir a escala de tempo e espaço dos eventos, para que o fragmento espacial adquira significado para o sujeito, deixando de ser inerte, tal qual em nosso estudo, a Manaus dos ribeirinhos, da beira, dos beiradões com toda a pujança da vida amazonense²⁰.

Na Amazônia, temos a impressão de que esse movimento da beira-rio é visto somente nas pequenas cidades, pois “a memória se encontra nos construtores do espaço social que se está construindo, é o ‘processo de construir construindo-se’, essa reflexão do não acabado,

²⁰ Ver Jornal A Crítica 07/11/2004.

que dá para a cidade o lugar do vivido, que é um vivido fragmentado, no qual a memória não detém a ação de produzir o espaço e faz com que na cidade predomine o esquecimento e o desenraizamento” (Oliveira, 1995:157).

A pesquisa centra seu foco a partir do ano de criação da Zona Franca de Manaus (ZFM). Isto porque, conforme Ribeiro Filho (1999: 82), os crescimentos demográficos e espaciais ocasionados em Manaus que ocorreram principalmente nas décadas de 70 e 80, provocaram na cidade uma nova configuração urbana, em virtude do alto índice populacional e a expansão das periferias próximas e distantes.

Esses índices populacionais ocasionaram fluxos demográficos, bem como a demanda por novos projetos que fizesse com que a região despontasse novamente para o cenário nacional.

3.1 O ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA A PARTIR DA INTRODUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS: A ZONA FRANCA DE MANAUS (1967-2004).

De acordo com Corrêa (1987: 47-49), a rede urbana na Amazônia ao final da primeira metade do século XIX, é marcada por seu padrão espacial predominantemente ribeirinho, centrado no eixo do rio Amazonas sendo encabeçada por Belém²¹. Nesta época, a ocupação humana só se ampliaria a partir do *boom* da borracha, com a implantação de núcleos urbanos que revigorassem tanto a economia quanto a própria rede urbana na Amazônia, tendo a partir daí a sua inserção na divisão internacional do trabalho, em vista da produção regional da borracha, ter contribuído no ano de 1890 para a produção mundial com cerca de 90%, o que ocasionou a imigração de contingente populacional para a região, que em parte foi subsidiada pelo próprio Estado.

Durante a metade do século XIX, Manaus se transformou no empório regional e

²¹ Para isso ver a figura organizada por Corrêa (1991: 257).

centro de comercialização da borracha, fazendo surgir as primeiras preocupações com as regras urbanísticas, ambientais e de convivência, que eram ditadas até então pelos Códigos de Postura, periodicamente adaptados. Somente em 1892, por obra do então governador Eduardo Ribeiro, é que surge o primeiro plano urbano para Manaus, quando a cidade já estava na posição de principal pólo econômico da Amazônia, com clara intenção de prepará-la para um expressivo crescimento. Esse plano altera profundamente suas feições, sendo acompanhado por obras suntuosas, que somente atendiam aos interesses das elites. Então, a cidade assistia na última década do século XIX e na primeira do século XX, sucessivas reformulações de seu Código de Posturas, com o objetivo de introduzir novos e rigorosos procedimentos para o controle do crescimento urbano e policiamento dos costumes (Geo Manaus, 2002:30).

Em Manaus havia um grande excedente de acumulação, por conta do sistema de aviação que concentrava tanto o poder político quanto os investimentos públicos na figura do Estado, e os capitais privados, que alteraram a paisagem urbana com obras de melhoramentos urbanos. Entretanto, esses investimentos para organizar o espaço com infraestrutura, serviços e melhoramentos urbanos, cessam ao final da I Guerra Mundial, e “a euforia da borracha” encontra a sua primeira crise, seguida de uma estagnação econômica para a região, que repercutiria em sua rede urbana (Corrêa, 1987: 52-54), mas que finda deixando na paisagem as características suntuosas da minoria poderosa daquela sociedade, o que definitivamente contribui para a organização espacial do lugar na atualidade.

Ainda com a estagnação econômica, Manaus entre 1920 e 1960 continuou sendo um foco parcial de migrantes, criando núcleos tanto urbanos quanto rurais, mas que a partir de 1960 modificaria principalmente o padrão espacial dos núcleos urbanos, que até então possuía um caráter predominantemente ribeirinho (Ibid, 1987: 55-56). Contudo Moura (1990: 469), nos relata que a cidade de Manaus em particular buscava um outro ciclo econômico para a Amazônia, procurando aplicar a mesma dinâmica interna de acumulação e desenvolvimento,

conduzida e irradiada pelo Centro-Sul do país, enquanto pólo de desenvolvimento com políticas de incentivos fiscais, financeiros e jurídicos, aliadas aos interesses de consolidar o padrão de acumulação do capital.

Para que isso ocorresse na região, se fazia necessário estabelecer estratégias de construção de novas rodovias, o que a uniria com o restante do país, passando isto a ser prioridade. Corrêa (1987: 57) nos alerta que isso significou uma política de incorporação para as regiões Centro-Oeste e Norte, realizadas a partir da industrialização promovida em parte do Sudeste entre 1955-1960, fazendo com que as regiões mais desprovidas de infra-estrutura fossem na ocasião vistas como “fronteiras do capital”, o que a partir de 1960, demandou uma série de transformações que estariam relacionadas com a rede urbana na Amazônia, marcando o início de um novo ciclo econômico.

Frente a esses objetivos geopolíticos, que propagavam a ideologia de segurança e integração nacional ocorria o processo de produção do espaço na Amazônia a partir da criação da ZFM, com o Estado criando condições gerais que visassem atender às então novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região. Criou-se condições e re-estruturou-se diversos órgãos concernentes à administração pública nas três esferas de poder bem como por parte dos agentes produtores e gestores do espaço. Há a iniciativa por meio da ação, de uma nova forma de buscar o controle das crises sociais (Oliveira, 2000:150).

Então, dá-se um intenso debate político no Parlamento para decidir a área de abrangência do Plano de Valorização da Amazônia, com sucessivas ampliações da área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) até atingir cerca de 60% do território brasileiro, constituindo-se no que ficou posteriormente conhecido como Amazônia Legal. Mas, segundo Oliveira (2000:151-152) a tentativa desse dispositivo legal e a própria criação da SPVEA terminou obtendo modestos resultados, e a atuação Estatal na Amazônia só passou a ser mais representativa a partir da década de 60, com a SPVEA sendo

transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), viabilizando as condições para desenvolver as relações capitalistas na região.

Paralelo a isso, também ocorre o desdobramento da ação do Estado com a criação do Banco da Amazônia (BASA) em 1966, e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, abrangendo esta última, setores comerciais (zona de livre comércio) e industriais, com o distrito agropecuário (Moura, 1990: 469-470).

Assim, a figura do Estado aparece novamente como o grande responsável para dotar a região de infra-estrutura, e segundo Corrêa (1987: 57), seria ele também o avalista e repassador dos recursos provenientes do exterior sob a justificativa de que, por serem consideráveis os recursos, o tempo necessário para que houvesse o seu retorno não seria a pequeno e médio prazo, e que por isso, ele teria que socializar os custos.

Foi com o decreto-lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967 do presidente Castelo Branco, que se implantou a ZFM enquanto área de livre comércio de importação, exportação e incentivos fiscais especiais, com o objetivo de criar para o interior da Amazônia, centros industrial, comerciais e agropecuários que fossem dotados de condições econômicas que permitissem seu desenvolvimento por conta dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos, com prazo de duração inicialmente fixado em 30 anos (Benchimol, 1989:9) e recentemente prorrogado até o ano de 2023, se consolidando no cenário nacional²².

Com o estabelecimento das indústrias surge o Distrito Industrial, e a legislação vai auxiliar na conquista de terrenos totalmente urbanizados a preços baratos, para que o parque industrial se instalasse executando o beneficiamento e a produção de artigos eletro-eletrônicos, com administração direta e pouca contribuição do capital local (Souza, 1994: 163).

²²Ver Jornal do Commercio, 02 e 03/01/2005.

Nogueira (2000:118) observa que a implantação da ZFM produziu uma grave distorção territorial, uma vez que, ao contrário dos propósitos de irradiar o progresso para o interior do Estado, produziu uma concentração sem limites da atividade econômica, com Manaus sendo responsável por 99% da arrecadação tributária estadual, abrigando mais de 60% da população do Estado.

Ainda este autor (1999: 78-80) relata que foi a partir de então que o setor de transporte fluvial, principalmente o de cargas, foi também dinamizado, já que até o início dos anos 70 a cidade, que era abastecida pela navegação de cabotagem de longo curso, passou ficar mais atrativa para as companhias de transporte justamente quando as indústrias de artigos eletroeletrônicos se estabeleceram, recebendo benefícios fiscais, concedidos tanto pelo governo federal quanto pelo estadual, já que o modelo ZFM visava produtos que certamente escoariam para o Centro-Sul do país. Entretanto, como essas empresas tiveram grande dificuldade em escoar a mercadoria produzida devido à limitação natural que se impunha com a BR-319 inviabilizada, se viram obrigadas a incorporar gradativamente ao transporte rodoviários, o serviço de armadores fluviais como alternativa. Isso gerou uma expansão da frota fluvial, fazendo surgir diversas empresas que atuavam tanto no rio Amazonas como no Madeira, ligando Manaus a Belém e Porto Velho.

Ainda que possuísse uma natureza autoritária, o governo militar conseguiu impor os instrumentos necessários para integrar a Amazônia nos mercados nacional e internacional, para alcançar o objetivo de dotar a região com o necessário à consecução desta estratégia (Oliveira, 2000: 152-153), que em última instância preparava o espaço local para os grandes projetos que aqui seriam implantados.

Mas isso contribuiu significativamente para afetar a rede urbana na Amazônia, pois a criação da SUFRAMA em 1967, com a respectiva implantação do distrito industrial, ocasionou repercussões na rede urbana, rompendo com o tradicional padrão dendrítico através

das mudanças que foram feitas na esfera produtiva e nas relações de produção (Corrêa, 1987: 58).

Destaca-se a importância atribuída ao padrão espacial predominantemente dendrítico na Amazônia, pela organização espacial dos centros urbanos às margens dos rios, favorecendo a rede fluvial, até então assentada no extrativismo e no comércio. De acordo com a localização do centro, este poderia ter posição estratégica de controle de circulação do centro urbano em questão em um afluente, caso estivesse próxima à confluência de um tributário do Amazonas, como o caso de Manaus em relação ao rio Negro. Para Corrêa (1991:256), isto dava ao centro urbano uma certa superioridade em relação aos demais no que tange à economia, política e demografia, de modo que passava a possuir um controle da circulação regional.

Mas, desde a década de 1960, com as diversas transformações sendo realizadas em favorecimento da atividade produtiva, houve uma desestruturação na ocupação territorial e nas relações sociais de produção local, afetando e alterando a organização espacial urbana do Norte, através da ocupação espontânea e dirigida para essa região, com a abertura de rodovias que a integrariam com o Nordeste e Sudeste, e implantação de grandes projetos e com eles uma poderosa infra-estrutura de comunicações entre si, ocorrendo uma diversificação de produtos que modificaram o sítio, a paisagem e o padrão espacial urbano da rede de cidades amazônicas.

Em relação ao uso do rio, a exploração do serviço de transporte fluvial ficou a cargo de particulares, se verificando ainda uma desigualdade desde os agentes que possuem pequenas embarcações, e que realizam o transporte de pequenas cargas a distâncias curtas, na qual em geral o ofício é passado de pai para filho como os catraieiros no passado, até as grandes companhias de navegação que possuem ramificações em outros setores da economia (Nogueira, 1999: 47).

Mas ainda Nogueira salienta que foi a necessidade que fez com que a partir da década de 80 a alternativa rodofluvial fosse cada vez mais procurada, ocasionando a adaptação do modelo roll-on roll-off na Amazônia para o chamado “ro-ro-caboclo”, que seria o transporte fluvial de contêineres em navios, isto é, os caminhões e as carretas eram colocados sobre comboios de balsas impulsionadas por um barco potente chamado empurrador, passando a ser uma carga “unitizada”, o que não exigiria um grande número de carregadores, como a carga solta. Esse sistema evoluiu juntamente com a produção industrial e a crescente necessidade de abastecimento da cidade, e fez com que houvesse uma procura por melhorias nos serviços prestados aos clientes, principalmente os industriais, que se traduzia em diminuir o tempo do percurso entre Manaus, Belém e Porto Velho, e isto se constituiu no melhor período para os estaleiros locais (op. cit., 1999: 81).

A essa altura, a questão principal passa a ser a própria circulação física das mercadorias do Distrito Industrial. O tempo de rotação do capital investido deveria ser o menor possível, o que demonstrou a importância relativa dos meios de transporte, evidenciando que o tempo era uma questão primordial tanto para o transporte quanto para o capital, principalmente para este último. Com isso, para que houvesse uma maior eficiência à indústria, houve a integração rodofluvial, ou seja, transportadoras que vieram para a região e buscaram se adaptar às condições regionais, unindo o transporte fluvial ao rodoviário, fazendo com que as empresas de navegação investissem em equipamentos, material rodante / flutuante e infra-estrutura fixa mais avançadas tecnologicamente, o que resultou em comboios integrados mais potentes e mais velozes, bem como uma corrida à aquisição de parcelas da orla fluvial da cidade para a construção de portos particulares, em vista do não acompanhamento tecnológico do porto público e dos custos portuários (Nogueira, 1999:81-82/84-85).

Nogueira (1999:91-92) ainda relata que houve uma certa divisão da beira-rio pelas

empresas de navegação que passaram a atuar na Amazônia (Bertolini, Jonasa, Sanave), estimando que somente sobreviveriam quem dispusesse de maior eficiência, montando sua própria infra-estrutura que atendesse tanto no aspecto rodoviário quanto no fluvial. Das três apontadas por aquele autor, ainda encontramos em nossa área de estudo a Bertolini, que inicialmente no transporte rodoviário montou e consolidou suas estruturas fluviais na Amazônia (ver foto 31).



Foto 31 – Vista parcial da Empresa Transportadora Bertolini

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.



Foto 32 – Vista parcial da Companhia de Navegação da Amazônia

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

Também se encontra na área pesquisada a Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), que transporta derivados de petróleo, fruto da associação de armadores estatais como LLOYD Brasileiro (17,3%) e Petrobrás (27,6%) com as Linhas Brasileiras de Navegação LIBRA (54,41%), na região há 35 anos, mesmo não possuindo postos de revenda, sendo a sua contrapartida à BR feita de acordo com os lucros obtidos. É a maior empresa com capacidade instalada de transporte e frota própria, embora não seja a maior em volume transportado (ver foto 32). Também a empresa J. A. Leite e Cia, fundada em 1884, atuando primeiramente com regatão a bordo de dois vapores, conseguiu constituir uma frota de 16 empurradores e 18 balsas, mas apresenta uma enorme capacidade ociosa, tendo como alternativa o afretamento de seus equipamentos a outros armadores (Nogueira, 1999:105-106).

Quanto aos estaleiros com maior infra-estrutura, se encontra na área o estaleiro São João (ver foto 33), (é um dos mais antigos instalados na região desde 1937), trabalha com beneficiamento de rebocadores, balsas e extração de material para construção como

fragmentos de rochas, seixo e areia diretamente do rio. Também possui um porto que, de acordo com o Sr. João Roberto Moraes Coutinho, dá acesso livre para a população que chega, mesmo estando temporariamente fechado devido uma erosão.



Foto 33 – Placa do Estaleiro São João, indicando beneficiamento da SUFRAMA

Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.



Foto 34 - Vista parcial do ERIN, também beneficiado com incentivos fiscais

Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.

Temos também outro grande estaleiro que se encontra em uma parcela considerável da beira: o Estaleiro Rio Negro (ERIN) onde o responsável nos recebeu apenas na guarita e não liberou o acesso ainda que se tratasse de pesquisa (ver foto 34).

O Estaleiro Rio Amazonas (ERAM) se encontra instalado desde 1992 no mercado amazonense e atua basicamente em manutenção e construção de barcos, balsas, portos de embarque de passageiros, plataformas de cargas e outros equipamentos pesados de serviço náutico. Este é composto por um parque de três estaleiros: um em Itacoatiara e dois em Manaus, no bairro de Santo Antônio e na Compensa (ver foto 35).

Há um outro menor em relação à estrutura, que não possuía nenhum tipo de identificação e não se importou com nossa entrada, desde que utilizássemos Equipamento de Proteção Individual (EPI). Entretanto, esse “livre acesso”, poderá em pouco tempo estar modificado, basta imaginarmos que a guarita de entrada nem sempre será a fita indicada na foto 36.

Na verdade, o que se observa é que não há uma relação entre as inovações técnicas, o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida das populações locais, muito menos o respeito pela sua história, e isso para a Amazônia não pode significar

desenvolvimento sócio regional.



Foto 35 - Vista parcial do ERAM na Compensa

Fonte: Folder de Divulgação da Empresa – 2004



Foto 36 – Vista parcial da entrada de estaleiro com menor infra-estrutura na Compensa

Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.

De acordo com Nogueira (2000:109-110) importa atualmente enxergarmos a imagem divulgada da Amazônia Brasileira, que ainda é muito mais natureza que sociedade. Uma natureza cuja imagem ora é de preservação ora é de destruição, o que nos últimos tempos fez com que as diferenças parecessem sufocadas com a tendência homogeneizadora da economia, ocorrendo principalmente no espaço urbano uma seguida destruição-construção, cujo resultado sabemos ser a contínua e efetiva perda de valores e identidade local, restando apenas as pontas de resistência que tentam guardar as especificidades da sociedade do lugar.

É importante que se ressalte que essas relações de produção do espaço na Amazônia, de acordo com Becker *apud* Oliveira (2000: 158), na verdade dentre outras coisas, visava atender a uma afirmação do Estado Nacional, devido a forte atuação de empresas estatais cujas posturas vão além de uma empresa pública nacional, passando a atuar associadas a empresas estrangeiras e criando condições para a produção de espaços transnacionais dentro do território nacional, em projetos que atendem muito mais aos interesses externos do que às reais necessidades do País.

Oliveira (1995: 157-158) então nos alerta que, a aplicação da política desenvolvimentista para a Amazônia, além de produzir espaços e tempos diferentes dos então vividos por suas populações, que passaram a concebê-los por novos valores e novas funções, possibilitou a Amazônia como fronteira, ainda que tenha modificado seus hábitos e costumes

desde 1950 transformando consideravelmente a cultura, evidenciou que na verdade a Amazônia teve e tem como sua principal característica em sua relação homem-natureza, a degradação de ambos, tanto do homem como da natureza.

Isso decorre em parte da visão do espaço urbano enquanto valor de troca e não mais de uso, pois o espaço da troca quase sempre está desprovido do conteúdo histórico-social para ser vendido como mercadoria. E no caso da região em questão, se põe à venda a natureza, a floresta, o rio, por exemplo. E em se tratando do homem, os saberes tradicionais, a cultura indígena etc.

A sociedade da atualidade faz com que o espaço perca a dimensão da necessidade, tornando-se ela própria usuária, consumidora do espaço, por tratá-lo como uma mera mercadoria. Deve-se buscar essa compreensão para que se possa abranger a reorganização espacial da Amazônia e assim enxergar de que forma foi proporcionada sua inserção no período do grande capital na região, que sem dúvida correspondeu com a fragmentação de seu espaço, à nova dinâmica que representou e representa uma superposição tanto de ações como de fluxos (Trindade & Rocha, 2002: 15).

Esse resgate histórico se faz necessário para delinear os aspectos que proporcionaram a atuação de alguns usos na beira-rio de Manaus. A cidade sempre contou com suas vias fluviais para fazer a circulação de mercadorias, e isso é posto cada vez mais em evidência quando ocorre a inviabilidade de ligação rodoviária com outras áreas do País, o que nos sugere rapidamente uma explicação para o fato de termos a extensão da beira-rio repleta de estaleiros, companhias de navegação e portos privados, evidenciando o circuito da troca, retirando da população a sua simples visão, negando-lhes principalmente o acesso, e a possibilidade do usufruto do rio Negro para além da minúscula área de praia da Ponta Negra.

E mesmo tendo a ZFM passado por uma crise na década de 90, ainda é esse modelo que sustenta a região e sua economia, pois as empresas aqui instaladas passaram a buscar

mais incentivos em outros Estados, já que o prazo de término dos incentivos estava chegando ao fim. Mas com a recente prorrogação até 2023, novamente se assiste a um crescimento do parque industrial, no qual as empresas terão um prazo de pelo 18 anos para repor os investimentos realizados atualmente. Por parte do poder público também vem sendo feito esforços para adaptá-la ao conceito de sustentabilidade, chamando-a de Zona Franca Verde, referindo-se a utilização dos recursos naturais enquanto possibilidade de crescimento econômico e desenvolvimento social para a Amazônia.

3.2 A BEIRA-RIO DA CIDADE DE MANAUS DA JUSANTE DO RIO TARUMÃ AO IGARAPÉ DO SÃO RAIMUNDO

Do ponto de vista da organização do espaço interno da cidade, os bairros que são banhados pelo rio e que formam o contato na área em estudo compõem a zona Oeste da cidade de Manaus. Estes foram classificados pelo antigo Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática (IMPLAN: 1996, 55-56 / 58-59 / 71) da Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) no ano de 1996, através da Lei de Delimitação dos Bairros de Manaus nº. 287 de 23/5/1995.

Tabela 02: Área de superfície e a população dos bairros que compõe a área de estudo:

Bairros	Superfície (ha)	População (hab)
São Raimundo	115,32	17.495
Compensa	1.293,39	75.402
Santo Agostinho	209,00	10.036
Ponta Negra	2.350,45	1.351

Fonte: IMPLAN/PMM: 1996, 55-56 / 58-59 / 71.
Organização: Guglielmini, Luiza

3.3 A ARTICULAÇÃO DA CIDADE COM O RIO: SETOR SÃO RAIMUNDO, COMPENSA E SANTO AGOSTINHO

O bairro de São Raimundo

O bairro de São Raimundo, um dos mais antigos da cidade, apresenta o aspecto que

nos interessa, a ligação fluvial que possui com o rio Negro ao sul e a leste com o igarapé de São Raimundo, mantendo ainda o vínculo ribeirinho neste setor da cidade.

Segundo Alencar (1985:11), o bairro se constituiu em um terreno que pertenceu aos herdeiros Raimundo, Francisco e Maria, que doaram a terra à Arquidiocese de Manaus, que depois disso passou a aforar terrenos com cerca de 10 metros de frente e 60 metros de fundos. Àquela época se tratava de um bairro pobre com poucas residências, todas cobertas de palha e zinco com chão batido e paredes de taipa. Tendo pouco valor, os preços dos barracos oscilavam entre 200 a 500 réis por volta de 1930, totalmente isolados do Centro da cidade.

Este autor relata ainda que o bairro de São Raimundo até 1950 vivia isolado do resto da cidade, sendo a única via de acesso ao Centro, as pequenas embarcações cobertas com toldos de lona chamada de catraias, que faziam o deslocamento das pessoas entre o Centro e o referido bairro pelo igarapé do São Raimundo. Porém, havia uma ponte que dava acesso através do atual bairro de São Jorge ao Bombeamento. Foi por volta de 1949 que se deu início a obra de construção da estrada de São Raimundo, que o ligaria ao Centro da cidade, no governo de Leopoldo Amorim da Silva Neves, o que demandou um certo impulso para o povoamento daquelas margens, fazendo surgir também às primeiras casas do bairro da Glória (Alencar, 1985:55/57).

Este autor relata que, quando o bairro de São Raimundo ainda se ligava ao Centro pelo trabalho dos catraieiros, a beira-rio possuía uma grande influência não só para a vida social do bairro mas também para a economia local, pois durante a seca, dezenas de pessoas instalavam em tendas de lona, um pequeno comércio de melancia e melão que funcionava por 24 horas, isso por volta de 1945. A vida social do bairro à noite girava em torno das barracas, onde pessoas de todas as idades se reuniam até as 22 horas para comer melancia ao preço de dois tostões e conversarem demoradamente. Isto porque ao secar, a beira-rio do São Raimundo apresentava uma imensa praia, que deixava à mostra velhos navios de ferro na areia, sendo

definida a área dos banhistas, e do campo de futebol desde a frente da rua Central até suas proximidades. A beira-rio abrigava apenas algumas embarcações de pequeno porte, e as lanchas boeiras responsáveis por realizar o desembarque do gado, bem como o reabastecimento de víveres e combustível para os que iriam partir em outra viagem.

Aos domingos e feriados, o estaleiro rudimentar que funcionava na praia não funcionava. Havia uma certa consciência de que o lazer da população só seria completo caso fosse livre do incômodo cheiro forte do breu e do pixe. Daí que as tendas dos carpinteiros nesses dias eram substituídas por barracas que vendiam a melancia. Quanto às moradias nas proximidades do barranco, havia poucas palafitas, e na verdade, as que lá estavam eram pertencentes às lavadeiras do bairro, ou pequenos comerciantes que faziam quiosques e mercearias. Havia também em um trecho de praia um curral feito de madeira roliça extraída do próprio bairro e sem qualquer beneficiamento, que ia até o rio, se estendendo até o Matadouro Municipal por onde passavam o gado que vinha nas lanchas boeiras que chegavam do Baixo Amazonas daquela região ou vindos da Bolívia. (Alencar, 1985: 88-89).

As casas da praia tinham pequenas pontes feitas de tábuas que as ligavam às do barranco, que a população aproveitava durante a cheia abrigando as canoas e os banhistas que procuravam se abrigar dos ventos com amarras nos esteios e durante a vazante do rio. Nos domingos e feriados, durante a noite, muitos residentes do bairro pescavam de “tarrafa” ou linha comprida, garantindo o almoço do dia seguinte, com peixe fresco ou dos demais dias com peixe salgado. Com isso, a praia de São Raimundo nos domingos e feriados, com exceção do Dia de Finados, era reservada aos banhistas (Ibid,1985: 89).

Atualmente, ainda que se destaque por suas palafitas, o bairro de São Raimundo não tem seu uso exclusivamente residencial, uma vez que também abriga um estaleiro quase artesanal (ver fotos 37 e 38), sendo que este possui uma produção mais reduzida, em relação aos outros grandes estaleiros e comércios. Para se chegar no lugar onde está a produção

primeiramente se passa por meio das residências até alcançar a escada que dá acesso à descida até os barcos. Tudo no lugar tem um aspecto bem rudimentar, até a sede do próprio estaleiro.

Portanto, além do uso residencial da população de menor poder aquisitivo, há na beira-rio de São Raimundo um comércio incipiente, um Estaleiro com o mesmo nome do bairro, há também o porto de São Raimundo que atraca as balsas que fazem a travessia para o município de Cacau Pirêra / Iranduba, e ainda as marinas particulares. Então o bairro apresenta um uso misto.



Foto 37 – Estaleiro rudimentar no São Raimundo
Fonte: Guglielmini, Luiza - 11/2004.



Foto 38 – Construção de barcos do Estaleiro São Raimundo
Fonte: Guglielmini, Luiza – 08/2004.

A área de porto do Sistema de Navegação de Portos e Hidrovias (SNPH), pela qual atravessam diariamente as pessoas para os municípios de Iranduba e Manacapuru se encontra em estado sofrível, uma vez que o atracadouro não passa de uma simples rampa, sem ter na verdade nenhum tipo de conforto para a população que necessita dos serviços, e as balsas se encontrarem em estado precário e sujo (ver fotos 39 e 40).



Foto 39 – Vista parcial da balsa chegando ao porto de São Raimundo
Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.



Foto 40 – Vista parcial do atracadouro da balsa no porto de São Raimundo por parte do usuário
Fonte: Guglielmini, Luiza – 11 /2004.

Apesar de que as residências que se encontram nesta área do bairro, ou seja, mais próximas do porto da balsa, são bem melhor estruturadas, e devido ao intenso movimento de pessoas, as casas passam a ter também a função de comércio, o que talvez garanta uma renda extra fazendo com que até mesmo as palafitas possuam melhores condições, com casas de alvenaria e algum conforto. Pode-se mesmo observar que algumas pertencem a pessoas com uma renda melhor, que poderiam até estar em outra área da cidade, como nos edifícios da Ponta Negra, mas que se identificam com o bairro de São Raimundo por ter sempre vivido nele ou em suas proximidades. Por esse motivo, não abrem mão de continuar no bairro, pois o que importa mesmo é estar próximo ao rio, e aqui o caráter de contemplação é mais visível²³.

O bairro da Compensa

De início, a história do bairro da Compensa se reporta às terras dos sítios Flores e Caxias. O primeiro ficava sob a responsabilidade do Sr. Oscar Borel na ausência de seu dono, o segundo lhe pertencia. Temos nesse bairro, como marco de construção, a antiga Estação de Bombeamento da Manaós Improvements Ltda, então responsável pelo abastecimento de água da cidade de Manaus, que de acordo com Figueiredo (2003:20-21) foi construída na Ponta do Ismael, por ser este o nome do primeiro morador daquela localidade, sendo sua inauguração oficial registrada pela Companhia de Saneamento de Manaus (COSAMA) em 1907²⁴, atual Águas da Amazonas (ver fotos 41 e 42).

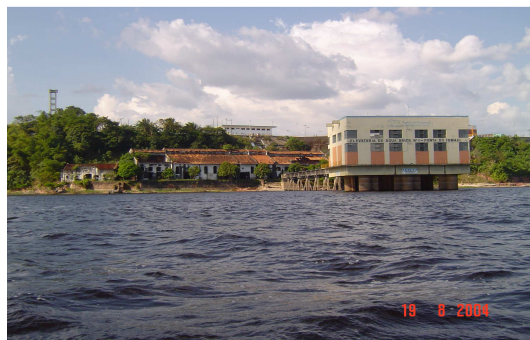


Foto 41 – Reservatório de levantamento de Água Bruta, atual Águas do Amazonas, na cheia
Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.



Foto 42 – Vista do Reservatório a partir da Comunidade da Ponta do Ismael na vazante
Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.

²³ Ver Jornal A Crítica 31/10/2004.

²⁴ O autor indica Melo, Regina In.: História do Saneamento de Manaus, 1991.

Este autor nos reporta ainda que a segunda grande empresa a ser construída próximo a Ponta do Ismael foi a empresa de Madeiras Compensadas da Amazônia – Cia Agro Industrial Compensa, que também funcionava como serraria, inaugurada em 14 de agosto de 1959, como propriedade da família IB Sabbá, sendo no ano de 1995 vendida a um grupo de empreendedores chineses (Figueiredo, 2003:23). Todavia, foi esse núcleo de trabalho o principal atrativo para que outras pessoas buscassem se localizar próximo a seus locais de trabalho, instalando-se nas terras limítrofes a esta propriedade.

Porém, com o falecimento do patriarca da família Borel, em 13 de junho de 1968, a então viúva Sra. Maria do Nascimento Borel e sua família não conseguem conter o grande conflito social que se instala em suas terras, que segundo a pesquisa de Figueiredo (op. cit, 2003:24), em parte seria por conta dos ribeirinhos que moravam em áreas de risco, os que foram expulsos da Cidade Flutuante e, migrantes que chegavam do interior do Amazonas e de outros Estados. A partir disto, é que o bairro da Compensa passa a ser estruturado.

Após anos de conflitos, já na década de 70, as terras foram desapropriadas, e ainda as que a viúva conseguiu negociar (cerca de 400 lotes), não chegaram a ter o pagamento total, já que seus ocupantes eram pessoas humildes, sendo que no ano de 1976, para que houvesse um controle desses lotes, é criada a Associação dos Moradores da Compensa (AMC) fundando-se assim a Vila dos Ribeirinhos. É a partir de 1971 que novamente nas áreas limítrofes as terras da família Borel, ocorre a instalação dos estaleiros Estanave, ERIN e São João, todos em funcionamento até os dias atuais, que paulatinamente foram aumentando sua área de balsas com embarcações que na verdade retiraram o lugar de diversão dos moradores e da população em geral que se dirigia a essa localidade, conforme já constatava Figueiredo (2003:27-28/30/34/42).

Como já foi relatado, o bairro da Compensa divide a área da beira rio em duas comunidades, a Meu Bem Meu Mal, e a Ponta do Ismael (ver fotos 43 e 44).

Também neste bairro encontramos a 4ª Divisão de Levantamento (DL) do Exército, que estando ao lado da propriedade da Empresa Águas da Amazônia, restringe e até proíbe o acesso de boa parcela da beira rio neste bairro (ver imagem de satélite 06 e foto 45).



Foto 43 – Comunidade Ponta do Ismael na época da cheia

Fonte: Guglielmini, Luiza – 08/2004.

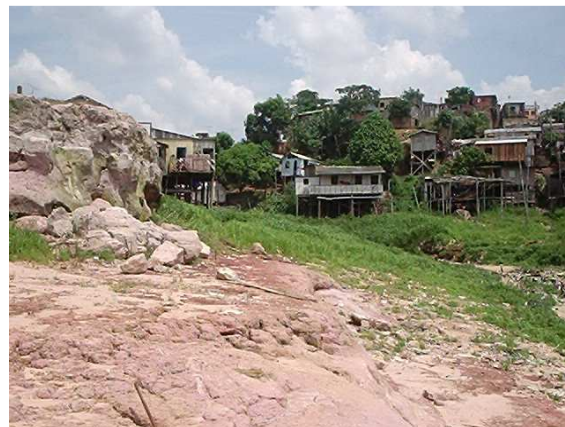


Foto 44 – Comunidade Ponta do Ismael na época da vazante

Fonte: Guglielmini, Luiza – 01/2005.



Foto 45 – Vista parcial da 4ª. DL na época da cheia

Fonte: Guglielmini, Luiza - 08/2004.

Imagem de Satélite 06: Área Institucional do Exército na Compensa

Ver arquivo (mapa6 area militar compensa.pdf) no CD anexo.

O bairro de Santo Agostinho

No acervo da Biblioteca Pública do Estado foram encontrados arquivos de jornal que falam de alguns bairros de Manaus. Dentre os pesquisados, encontramos duas matérias, uma do Caderno Cidades do Diário do Amazonas e outra do Jornal do Comércio, que tratam do surgimento do bairro Santo Agostinho, porém ambos estavam catalogados sem suas respectivas datas.

O bairro de Santo Agostinho nasceu por acaso de um aglomerado humano desordenado, quando alguém conhecido por Negro Isaac, um crioulo pernambucano que morava em casa alugada resolveu construir uma barraca no meio da mata. Com isso seus parentes também se mudaram para o local, construindo suas tôscas moradias com madeirame velho e aproveitando os recursos naturais do local. Constituindo de trabalhadores de baixa renda um aglomerado humano estabelecido de qualquer forma, no qual os mais carentes advinham na época, da Vila Marinho.

Tendo nascido em plena efervescência do golpe militar, em pouco tempo começava a se erguer outras construções mais sólidas e, num ano, não eram poucas as famílias que ali tinham suas residências, muitas das quais cercadas de algum conforto.

Segundo relatos do Sr. Manoel Rocha, presidente da Associação dos Taxistas do Amazonas, na época à frente da Diretoria do Conselho Comunitário ao jornal Diário do Amazonas, a violência policial foi extrema na época da ocupação da área. Todavia, os trabalhos religiosos de base, através da formação de grupo de jovens, clube de mães e de esportes, consolidaram o atual bairro do Santo Agostinho, através de uma “frente” que levou aos moradores água, posto médico local e escolas, entre outras conquistas sociais, apoiados pelo então arcebispo metropolitano de Manaus, Dom Milton Corrêa, que deixou orientações que foram postas em prática pelo Conselho Comunitário, tais como moderação e organização.

Na época do governo municipal de Manoel Ribeiro, o bairro era um aglomerado de

casas construídas que não obedeciam às normas do Código de Obras do Município, mas em todo o caso fazia parte do cronograma em vigor, pois se acreditava que “o fato de Manaus estar crescendo desordenadamente, contar com um barraco aqui outro ali, em nada alteraria a sua estrutura” e assim o Santo Agostinho a duras penas se consolidou.

3.3.1 ANÁLISE DE DADOS OBTIDOS A PARTIR DOS FORMULÁRIOS APLICADOS NO SETOR SÃO RAIMUNDO, COMPENSA E SANTO AGOSTINHO.

A partir de sua pesquisa realizada em São Paulo com o rio Pinheiros e suas margens, no intuito de fazer com que as pessoas em seu cotidiano pudessem apreender aspectos sutis da realidade diária, buscando uma estratégia flexível e objetiva em uma área de grande desenvolvimento imobiliário e empresarial, Ferrara (2000:39/52) relata que a partir de categorias associativas, buscou-se entender através de percentuais as que ocorriam com maior incidência em todos os pontos das margens do rio percebido. Isto é, como o rio vinha sendo incorporado na paisagem para cada usuário, compondo seus hábitos de visibilidade, através da simples frase “fotografe o rio”, e as pessoas fotografavam o oposto, deslocando o seu horizonte perceptivo dando-lhe as costas, deixando claro que todo o resto é mais atraente.

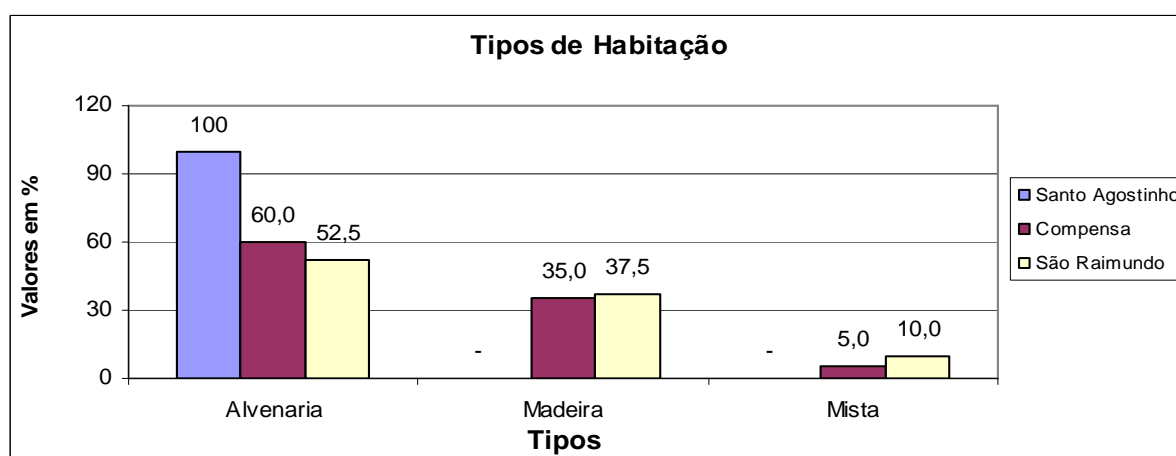
Aqui, se buscou entender os agentes a partir dos formulários e a reação dos moradores foi quase sempre de alegria e orgulho do rio Negro. Isto demonstra que realmente há um íntimo e indissociável paralelo entre as cidades e seus rios, devido à riqueza material e cultural que possuem, por talvez darem apoio topográfico fluvial, organizando os lugares urbanos demarcados por eles, emoldurando-os e agasalhando-os, ao passo que eles acompanham o seu fluxo e orientam o olhar que se aproxima da cidade, lhes dando uma fluidez na visibilidade (Ferrara, 2000:27).

Tabela 03 – Descritivo do tipo habitacional da área de estudo.

Habitação	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Alvenaria	10	100	12	60,0	21	52,5
Madeira	-	-	7	35,0	15	37,5
Mista	-	-	1	5,0	4	10,0
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 01 – Gráfico descritivo da Tabela 03.



Ao analisarmos os tipos de habitação encontrados no setor Santo Agostinho, Compensa e São Raimundo, verifica-se que apesar de se tratar de uma área na beira do rio, o que nos levaria a pensar que possivelmente a grande maioria de residências seria de madeira, houve uma grande surpresa em encontrar-se um número maior de casas de alvenaria, ou seja, esses lugares já estão mais consolidados. Ainda que aparentemente resida nas localidades uma população de menor poder aquisitivo, esta procura em seu entendimento “melhorar” o seu lugar, conforme o gráfico acima.

Também foram encontrados na área onde foi efetuado o estudo, um número elevado de casas de madeira em estado precário, nas quais os moradores possuem idade avançada e moram com crianças, em geral netos.

Vale ressaltar que no bairro do Santo Agostinho as residências não possuem contato direto com o rio devido os estaleiros e as transportadoras ali instaladas, sendo que os formulários foram aplicados na rua detrás, a mais próxima do rio, o que não acontece na

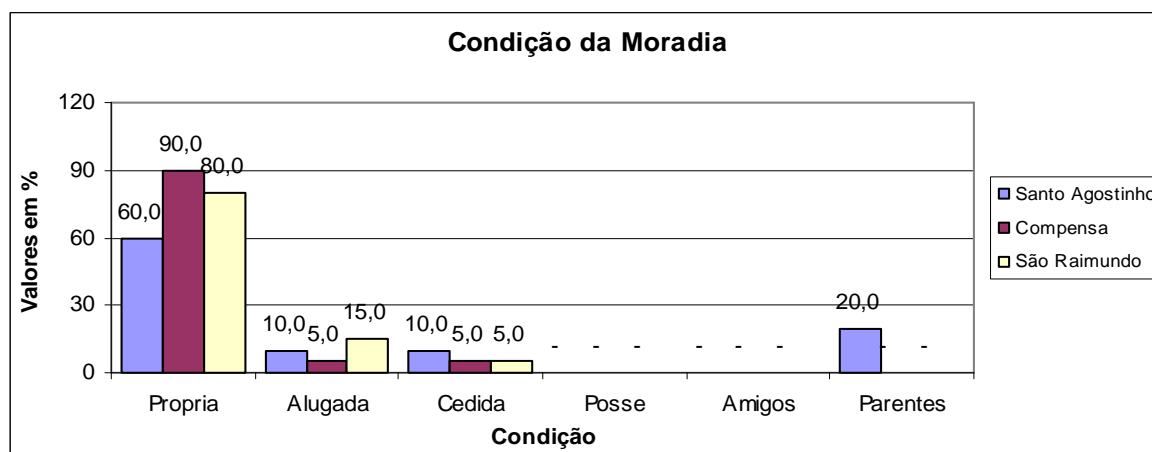
Compensa e no São Raimundo, onde as casas estão em contato direto com o rio, o que facilita a construção de casas de madeira em palafitas.

Tabela 04 – Descrição da condição de moradia.

Condição	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Própria	6	60,0	18	90,0	32	80,0
Alugada	1	10,0	1	5,0	6	15,0
Cedida	1	10,0	1	5,0	2	5,0
Posse	-	-	-	-	-	-
Amigos	-	-	-	-	-	-
Parentes	2	20,0	-	-	-	-
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 02 – Gráfico descritivo da Tabela 04.



Em relação as moradia neste setor, encontrou-se um maior número de casas próprias, consolidando o fato de se tratarem de pessoas de idades avançadas e moradores antigos, e segundo seus relatos, foi onde eles conseguiram comprar e principalmente terminar de pagar para morar e por isso não gostam nem da idéia de mudar para outro local da cidade, ainda que seja relevante o número de casas alugadas. Nesse caso pode ter ocorrido exatamente essa mobilidade para outro bairro ou outra casa em melhores condições e /ou localizações no mesmo bairro, alugando suas casas anteriores.

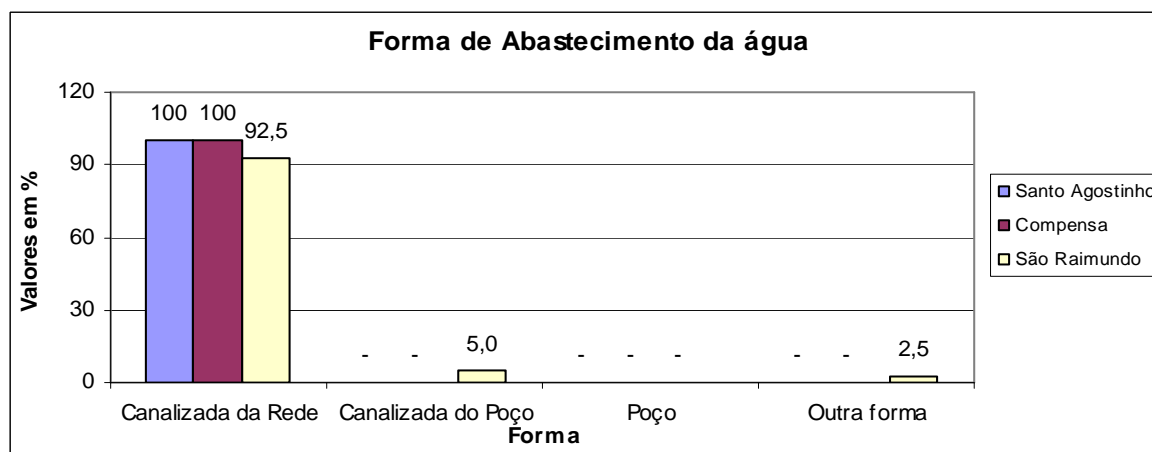
As casas cedidas em geral são oriundas de empresas que as fornecem para seus empregados residirem mais próximo ao local de trabalho. Em alguns casos é cobrado um valor simbólico pela ocupação, não chegando a ser um aluguel.

Tabela 05 – Descritivo quanto à forma de abastecimento de água.

Abastecimento	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Canalizada da Rede	10	100	20	100	37	92,5
Canalizada do Poço	-	-	-	-	2	5,0
Poço	-	-	-	-	-	-
Outra forma	-	-	-	-	1	2,5
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 03 – Gráfico descritivo da Tabela 05.



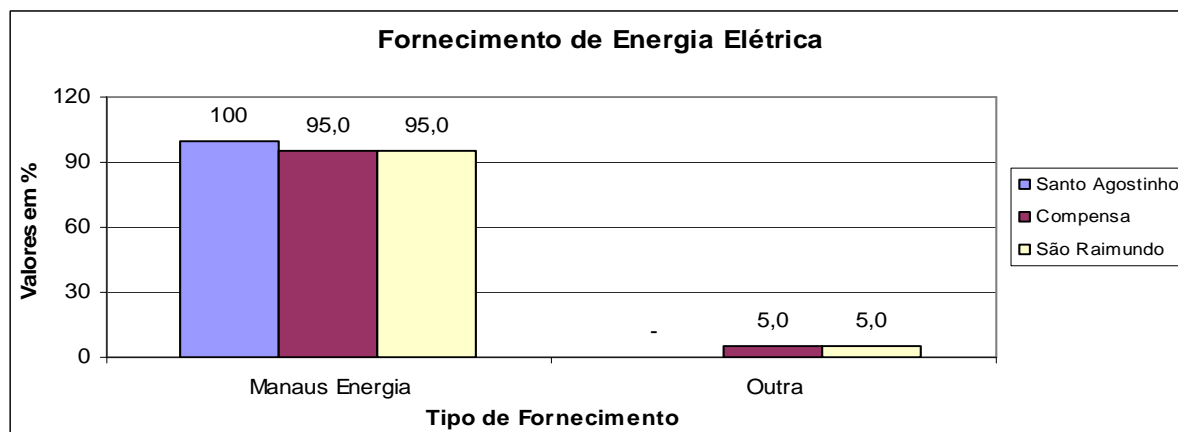
Apesar de haver bastante reclamação em todo o setor em relação ao abastecimento de água, notou-se que em quase todas as residências ocorre a canalização de água da rede, ainda que os serviços sejam precários, pois muitas vezes com a falta de abastecimento, faz-se necessário para essa população recorrer à água do rio para fins domésticos. Por isso a constante reclamação com o uso da beira pelos estaleiros, pois os mesmos não têm o cuidado com os resíduos como ferros, pregos, soldas. Inclusive existe perigo de choque elétrico, já que estes são utilizadas na construção ou manutenção dos barcos, sendo jogados na beira do rio. Nos bairros do Santo Agostinho e da Compensa, todos possuem água canalizada da rede.

Tabela 06 – Descritivo quanto à forma de abastecimento de Energia Elétrica na área em estudo.

Energia Elétrica	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Manaus Energia	10	100	19	95,0	38	95,0
Outra	-	-	1	5,0	2	5,0
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 04 – Gráfico descritivo da Tabela 06.



Como podemos observar através dos dados, 100% dos moradores do Santo Agostinho disseram possuir abastecimento direto da concessionária, e nos bairros do São Raimundo e da Compensa, 95% dos moradores alegaram ter energia da concessionária, sendo que apenas 5% afirmaram ter o “gato” como forma de abastecimento, fato este que pôde ser confirmado através do depoimento da líder comunitária que reclamou da não-fiscalização da concessionária de energia no trecho do bairro da Ponta do Ismael e Meu Bem Meu Mal, pois como a rede clandestina é imensa, sobrecarrega o transformador de luz fazendo com que este queime, bem como os eletro-eletrônicos de algumas residências, prejudicando os outros moradores que pagam energia.

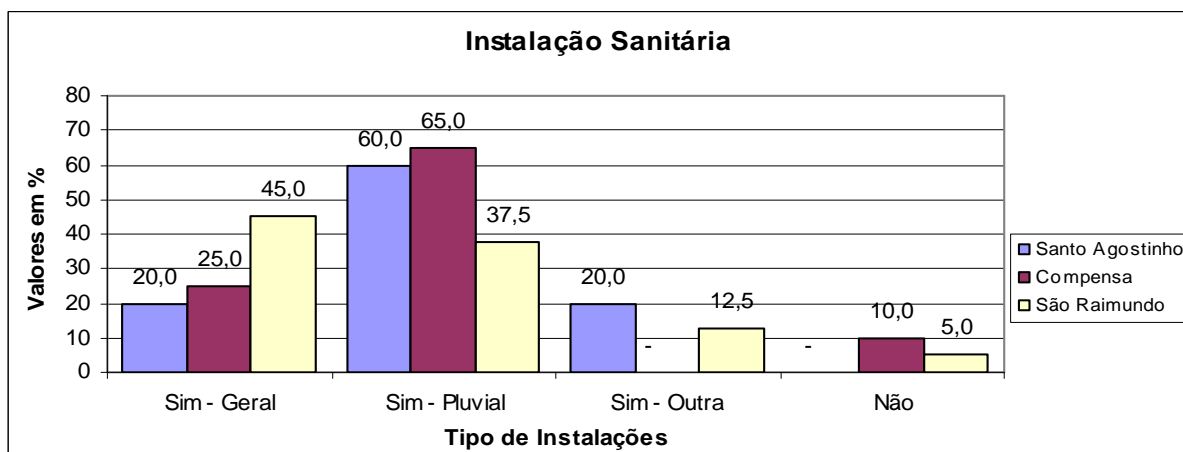
Além disso, eles encontram dificuldades e uma certa resistência por parte da concessionária para pagar os eletro-eletrônicos danificados. Importante que se diga que apenas um morador na Compensa e dois no São Raimundo assumiram ter energia clandestina, talvez os outros não assumam a ligação clandestina por vergonha ou medo de denúncia.

Tabela 07 – Descritivo quanto à forma de instalações sanitárias da área em estudo.

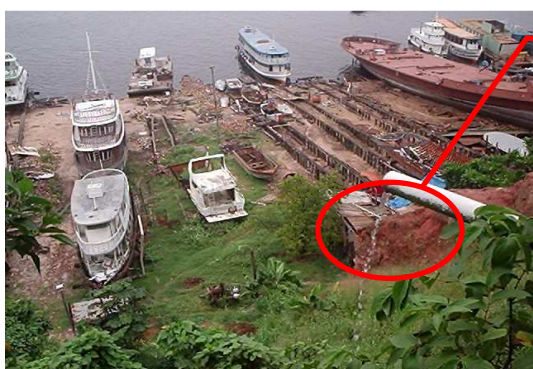
Instalação Sanitária	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Sim – Geral	2	20,0	5	25,0	18	45,0
Sim – Pluvial	6	60,0	13	65,0	15	37,5
Sim – Outra	2	20,0	-	-	5	12,5
Não	-	-	2	10,0	2	5,0
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 05 – Gráfico descritivo da Tabela 07.



Quanto à instalação sanitária, apesar de alguns admitirem terem-na através da rede geral ou do tipo pluvial, o que pode ser observado na área é que quase sempre todos os canos de escoamento da água servida vão diretamente para o rio sem receber nenhum tipo de tratamento (ver foto 46), fato este que também é visível no setor da Ponta Negra em relação aos bares e edifícios, ainda que esses últimos afirmem realizar o tratamento da água servida antes do despejo ser feito no rio. Outra forma encontrada foi a do tipo fossa / sumidouro, comum neste setor da pesquisa.



Nesta área é jogado pó de serragem pelo estaleiro.

Foto 46 – Cano de esgoto de uma das residências do bairro de São Raimundo.

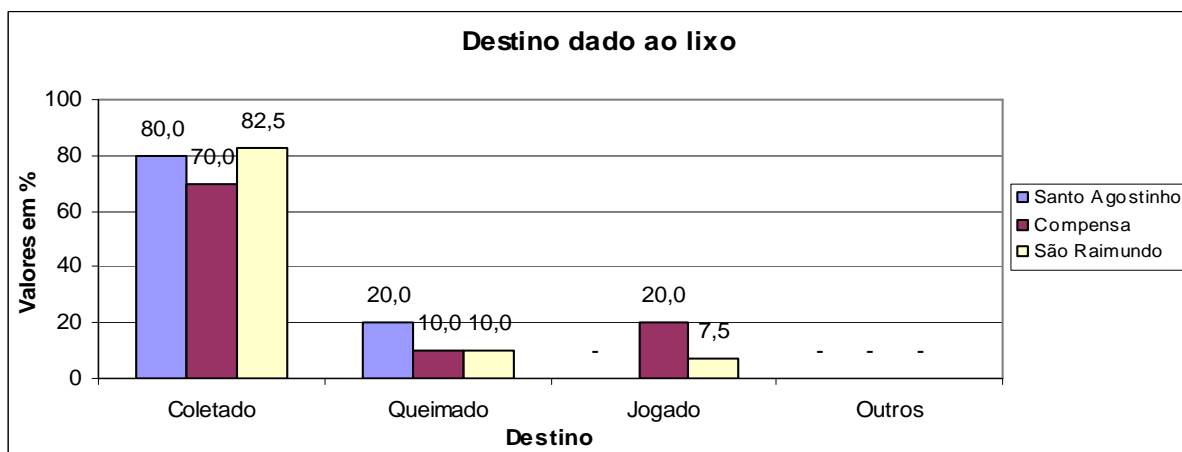
Fonte: Guglielmini, Luiza - 01/2005.

Tabela 08 – Descritivo quanto à forma de destino dado ao lixo.

Destino do Lixo	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Coletado	8	80,0	14	70,0	33	82,5
Queimado	2	20,0	2	10,0	4	10,0
Jogado	-	-	4	20,0	3	7,5
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 06 – Gráfico descritivo da Tabela 08.



Em geral o carro coletor recolhe o lixo nos bairros do Santo Agostinho (80,0%), Compensa (70,0%) e São Raimundo (82,5%). Mesmo que tenha havido reclamações de que o sistema de coleta é muito precário, ela existe, pois tivemos a oportunidade de entrevistar um trabalhador que presta este serviço, mas como há um grande fluxo de lixo acumulado nas residências, o número de vezes que o carro coletor passa nos locais pesquisados torna-se insuficiente, necessitando que este serviço seja realizado com mais frequência, para melhor conservação da limpeza na área.

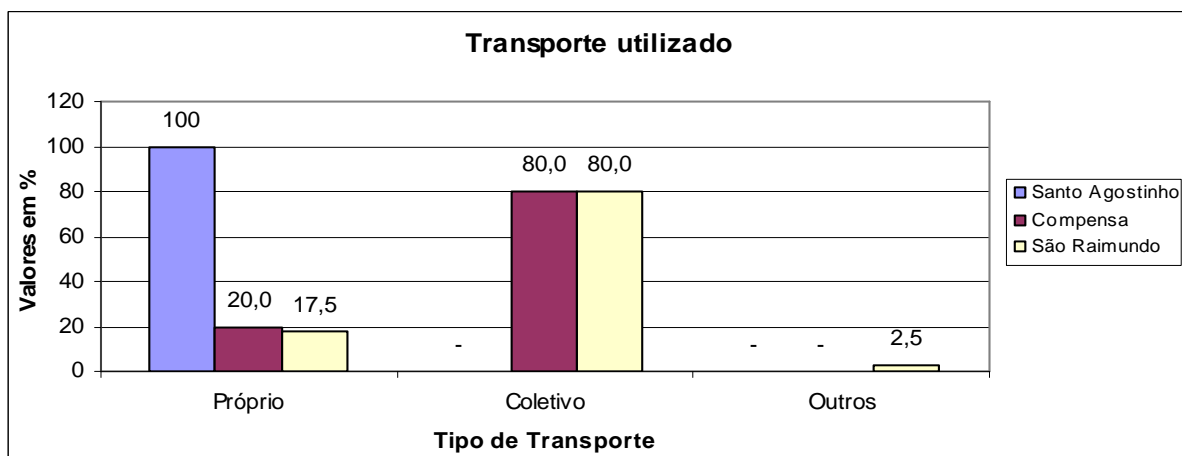
Entretanto, em alguns trechos do setor, tal como na comunidade Meu Bem Meu Mal, onde o carro coletor não tem acesso direto às casas, por este ser feito através de becos e pontes, as pessoas têm que se deslocar até a rua mais próxima, e nesse caso os moradores declararam que algumas vezes o lixo é queimado ou jogado diretamente no rio.

Tabela 09 – Descritivo quanto ao transporte utilizado pelos moradores da área em estudo.

Transporte	Santo Agostinho		Compensa		São Raimundo	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Próprio	10	100	4	20,0	7	17,5
Coletivo	-	-	16	80,0	32	80,0
Outros	-	-	-	-	1	2,5
Total	10	100	20	100	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 07 – Gráfico descritivo da Tabela 09.



Conforme o gráfico 07 foi identificado que o bairro de Santo Agostinho é bem mais estruturado e isto se torna evidente em relação às moradias pesquisadas que são relativamente melhores, sendo inclusive de alvenaria.

Estas residências não possuem contato direto com o rio devido os estaleiros e transportadoras tomarem conta de toda a beira, o que nos forçou a realizar o levantamento nas que se encontravam mais próximas deste, as primeiras casas após os estaleiros.

Nesta área foi onde se verificou que 100% dos moradores possuem transporte próprio, seja carro ou moto, mas houve a lembrança de dizer que a área era bem servida em relação ao transporte coletivo. Alguns moradores ressaltavam inclusive que o ônibus possui a rota indo direto ao centro da cidade.

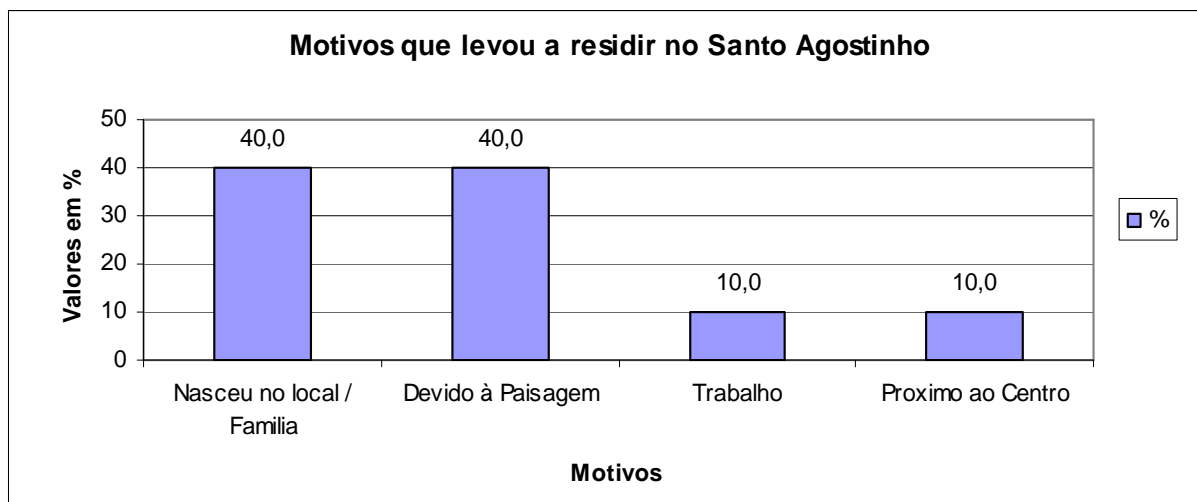
Na Compensa e no São Raimundo, a maioria dos moradores (80,0% em cada bairro) utiliza o transporte coletivo para se locomover.

Tabela 10 – Descritivo quanto aos motivos levaram a residir no Santo Agostinho.

Motivos que levou a residir	Qtde	%
Nasceu no local / Família	4	40,0
Devido à Paisagem	4	40,0
Trabalho	1	10,0
Próximo ao Centro	1	10,0
Total	10	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 08 – Gráfico descritivo da Tabela 10.



No bairro de Santo Agostinho, dentre os motivos que levaram a residir na área, em geral foi porque as pessoas se originaram no bairro, sendo a família um forte motivo para continuar no local (40,0%). Em seguida temos a paisagem (40,0%) como um componente diferencial para a moradia, sendo que a paisagem apontada em todos os formulários se refere sempre à beleza natural e cênica que o rio oferece.

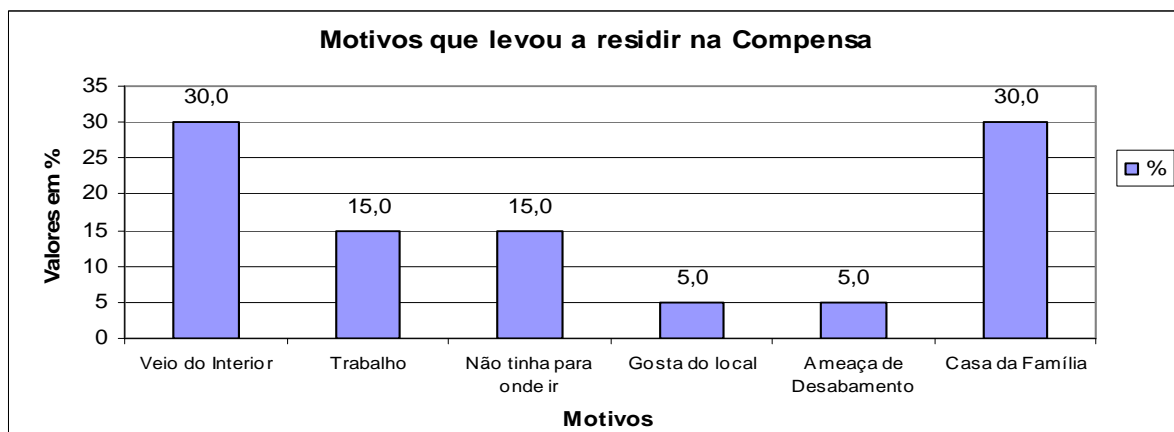
Um outro fator que surgiu nesta área pesquisada foi à proximidade do trabalho (10,0%), quase sempre de pessoas que trabalham nos estaleiros ou como pescadores e a proximidade ao centro da cidade (10,0%) como um fator positivo para residir no bairro.

Tabela 11 – Descritivo quanto aos motivos levaram a pessoa a residir na Compensa.

Motivos que levou a residir	Qtde	%
Veio do Interior	6	30,0
Trabalho	3	15,0
Não tinha para onde ir	3	15,0
Gosta do local	1	5,0
Ameaça de Desabamento	1	5,0
Casa da Família	6	30,0
Total	20	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 09 – Gráfico descritivo da Tabela 11.



No bairro da Compensa o fator mais preponderante também é a família (30,0%). Os moradores assumiram sua origem no bairro e alguns destes relataram que, mesmo tendo se mudado após a idade adulta, retornaram para o local por terem herdado a residência.

Outro motivo forte foi à migração proveniente do próprio interior do Amazonas (30,0%), para que os filhos pudessem continuar os estudos. Apesar de que nesta área da pesquisa ocorreram 03 pessoas que assumiram ser proveniente do Estado do Pará e terem vindo em busca de emprego, alegando não terem para onde ir (15% no gráfico 09).

Um outro motivo que surgiu e nos causou uma forte impressão foi à existência de 03 pessoas que ainda trabalham com catraias e estão no local por isso, pelo trabalho (15% no gráfico 09). Vale ressaltar que a ameaça de desabamento que ocorre neste gráfico 09 (5%) é referente a moradia anterior no Santo Antônio, por esse motivo as pessoas se mudaram para a Compensa.

Os que disseram que gostam do local, quase sempre justificam que foi onde puderam comprar um terreno mais barato e montar a sua residência.

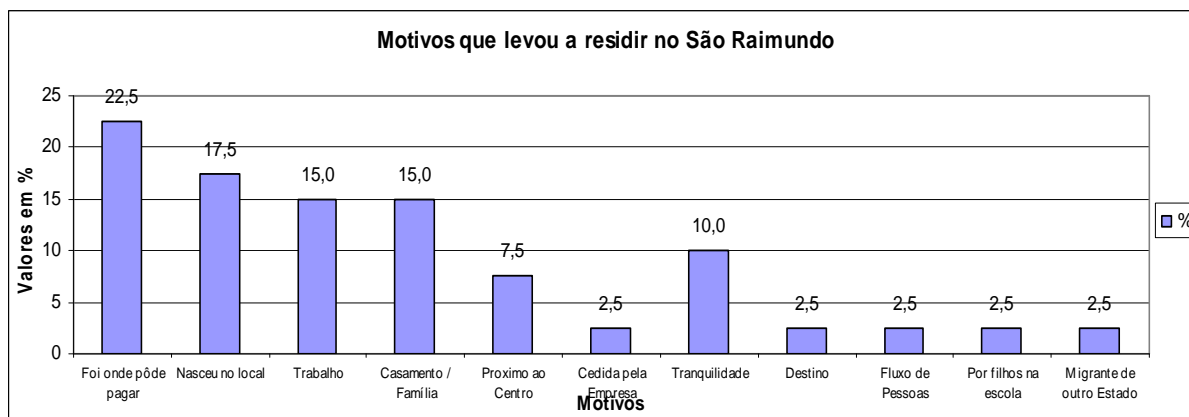
Tabela 12 – Descritivo quanto aos motivos levaram a pessoa a residir no São Raimundo.

Motivos que levou a residir	Qtde	%
Foi onde pôde pagar	9	22,5
Nasceu no local	7	17,5
Trabalho	6	15,0
Casamento / Família	6	15,0
Próximo ao Centro	3	7,5
Cedida pela Empresa	1	2,5

Tranquilidade	4	10,0
Destino	1	2,5
Fluxo de Pessoas	1	2,5
Por filhos na escola	1	2,5
Migrante de outro Estado	1	2,5
Total	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 10 – Gráfico descritivo da Tabela 12.



No bairro de São Raimundo o motivo mais preponderante foi o preço dos terrenos, que sendo mais baratos foi onde às pessoas puderam pagar (22,5%), seguido do local onde nasceu, se criou e quase toda família reside ainda hoje (17,5%). Alguns alegaram que estão no bairro por terem se casado e ficado onde a esposa já residia (15,0%). O trabalho (15,0%) também ocorreu com frequência razoável, por serem estivadores, carregadores, pescadores, marítimos (aqueles que trabalham viajando), comerciantes, e por isso necessitarem estar próximo ao rio, bem como o fato de estarem próximo ao trabalho no centro da cidade (7,5%).

Importante notar que a tranquilidade (10,0%) que o bairro inspira também foi percebida. Em geral os que residem há mais tempo no local alegaram se tratar de um bom bairro, onde o grande fluxo de pessoas (2,5%) principalmente na área da balsa traz “vida” ao local.

Vale ressaltar que aqui aparece 01 migrante do Estado do Pará (2,5% no gráfico 10) que alegou ser esta cidade melhor estruturada, sendo o bairro de São Raimundo onde conseguiu um lugar mais barato para ficar. Também houve quem dissesse ter ido para o São

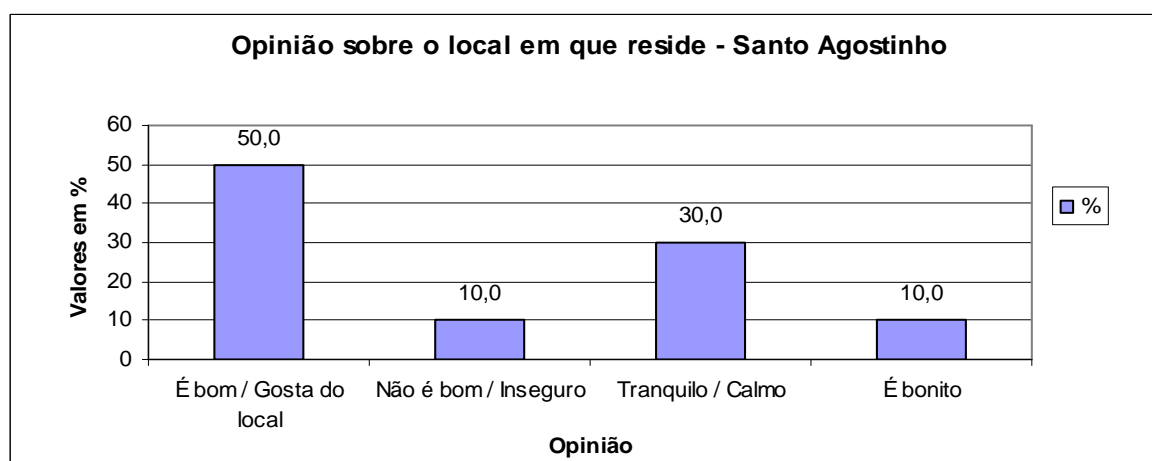
Raimundo para os filhos estudarem (2,5%), que tenha sido o destino (2,5%) e por estar numa casa cedida pela empresa onde trabalha (2,5%).

Tabela 13 – Descritivo quanto à opinião sobre o Santo Agostinho.

Opinião sobre o Local	Qtde	%
É bom / Gosta do local	5	50,0
Não é bom / Inseguro	1	10,0
Tranquilo / Calmo	3	30,0
É bonito	1	10,0
Total	10	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 11 – Gráfico descritivo da Tabela 13.



Em geral os moradores do bairro do Santo Agostinho alegaram gostar do local (50,0%) pois a vizinhança se respeita, por ser tranquilo (30,0%), um lugar bom por possui uma boa infra-estrutura e não ocorrerem conflitos, devido também a natureza da área se encontrar “preservada”, deixando-o bonito (10,0%). Apenas uma pessoa disse não gostar do bairro, por ser inseguro e ter “galera”.

É bom ressaltar que essa natureza “preservada” apontada nos formulários, na verdade se trata do fragmento florestal que se encontra dentro da área do estaleiro ERIN, e ainda que não tenham acesso a essa natureza (floresta/rio) nesta área do setor, as pessoas se referiam ao estaleiro como sendo algo bom, por ter permitido esta “preservação”, ou seja, caso este não estivesse na área talvez o Santo Agostinho não possuísse mais essa “natureza” (ver foto 34 no início deste capítulo).

Tabela 14 – Descritivo quanto à opinião sobre a Compensa.

Opinião sobre o Local	Qtde	%
É muito bom	4	20,0
É bom	13	65,0
Não é bom	3	15,0
Total	20	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 12 – Gráfico descritivo da Tabela 14.



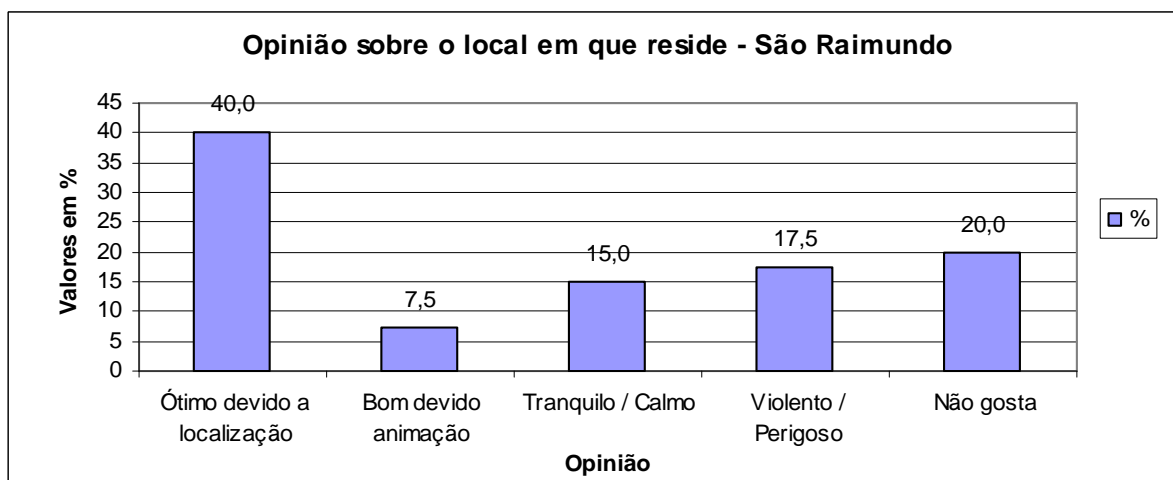
Os moradores da Compensa alegam ser bom (65,0%) e gostar do lugar em que residem porque é ventilado e porque eles próprios fazem a lei (caso surja um marginal rondando próximo às casas onde os formulários foram aplicados, esses moradores alegaram se reunir para “dar cabo” do mesmo). Por isso é seguro, tranqüilo, não há inimigos, é próximo dos serviços básicos, principalmente de escolas. Ainda que outros tenham ressaltado que não é bom (15,0%) justamente pelo alto índice de drogas e violência, ter muito barulho à noite, muito lixo, desleixo por parte do poder público com uma área de risco. Os que disseram que o local é muito bom (20,0%) foi devido trabalharem com frete de pessoas, ou seja, catraieiros, bem como a utilização da água do rio na falta do abastecimento da rede, ainda que tenham ressaltado a falta de segurança.

Tabela 15 – Descritivo quanto à opinião sobre o São Raimundo.

Opinião sobre o Local	Qtde	%
Ótimo devido a localização	16	40,0
Bom, devido animação	3	7,5
Tranqüilo / Calmo	6	15,0
Violento / Perigoso	7	17,5
Não gosta	8	20,0
Total	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 13 – Gráfico descritivo da Tabela 15.



Os moradores disseram em sua maioria, gostar de residir no São Raimundo devido à localização (40,0%), por ser próximo ao Centro, o que favorece para que o deslocamento seja realizado a pé, por ser próximo do local de trabalho, de escolas, ter a proximidade dos serviços básicos e um bom transporte público, ou seja, trata-se de um bairro tranquilo (15,0%), ventilado e familiar, com policiamento até as 23:00 horas.

Vale ressaltar que na área da balsa, alguns moradores alegaram gostar do movimento de carros e de pessoas no local por trazer animação para o bairro (7,5%), e estes não são necessariamente comerciantes.

Outros reclamaram do barulho e do movimento intenso provocado pela fila de carros que se forma para embarcar na balsa, afirmando não ver a hora da ponte Manaus - Cacau Pirêra ficar pronta para isto acabar. Por isso 20% dos moradores que participaram dos formulários afirmaram não gostar do local também por não ter serviços básicos no próprio bairro, como a demora do transporte coletivo e as queimadas das serragens promovidas pelos donos das carreiras.

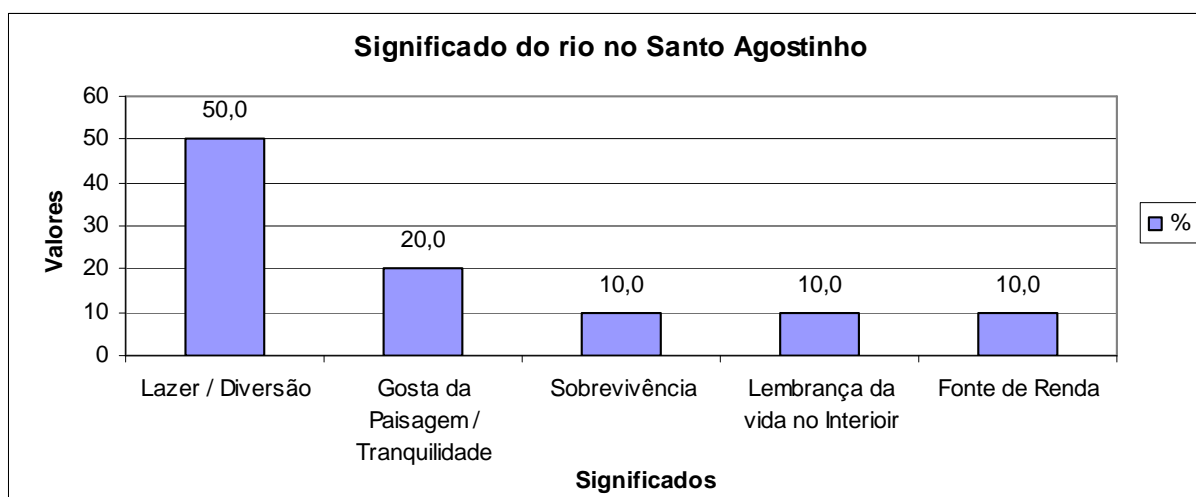
Alguns moradores o compararam com o bairro da Glória, que possui supermercado, cartório, lotéricas, delegacia, posto de saúde, etc. sendo que esses serviços não existem no São Raimundo, também o aumento da violência que o deixou perigoso (17,5%).

Tabela 16 – Descritivo quanto ao significado do rio para os moradores do Santo Agostinho.

Significado do rio	Qtde	%
Lazer / Diversão	5	50,0
Gosta da Paisagem / Tranquilidade	2	20,0
Sobrevivência	1	10,0
Lembrança da vida no Interior	1	10,0
Fonte de Renda	1	10,0
Total	10	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 14 – Gráfico descritivo da Tabela 16.



No Santo Agostinho o significado do rio que mais apareceu durante a coleta de dados foi o lazer e a diversão (50,0%) seja na forma do banho de rio ou das brincadeiras que podem surgir na praia durante a época da vazante. Dentre esses moradores, alguns disseram que gostam de olhar a areia da praia surgindo, pois traz a lembrança da vida no interior (10,0%).

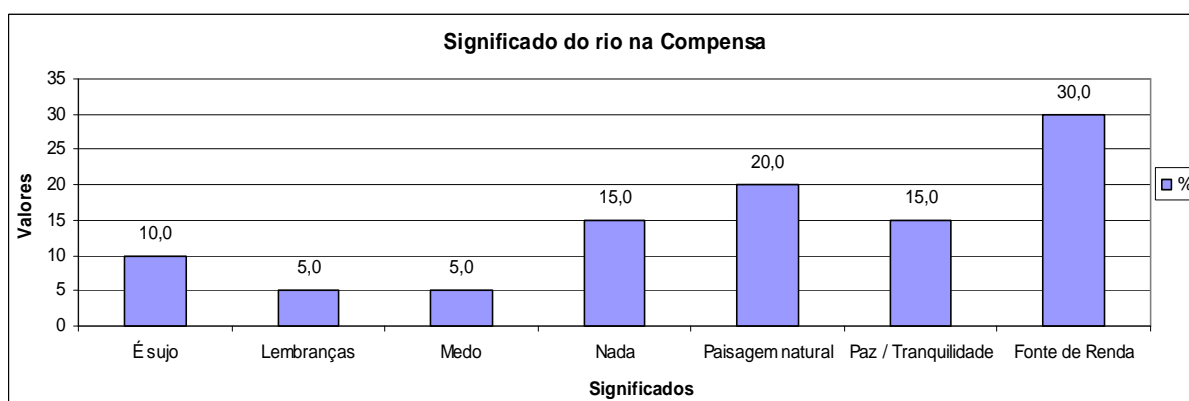
Em seguida a paisagem (20,0%) aparece como responsável por transmitir paz, tranquilidade, livrar do stress diário etc. O que também ocorreu foi o rio enquanto fator de sobrevivência (10,0%), pois ainda temos pessoas que necessitam da pesca ainda que tenham de atravessar para pegar o peixe, mas o rio passa a ter um significado de trabalho, fonte de renda (10,0%) e até de subsistência para o consumo do alimento.

Tabela 17 – Descritivo quanto ao significado do rio para os moradores da Compensa.

Significado do rio	Qtde	%
É sujo	2	10,0
Lembranças	1	5,0
Medo	1	5,0
Nada	3	15,0
Paisagem natural	4	20,0
Paz / Tranquilidade	3	15,0
Fonte de Renda	6	30,0
Total	20	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 15 – Gráfico descritivo da Tabela 17.



Em geral na Compensa o rio tem para maioria significado de remuneração, ou seja, fonte de renda (30,0%), pois é através dele que ganham o sustento as pessoas que ainda são catraieiros ou pescadores, e o fato de estarem próximo do rio termina favorecendo na falta do abastecimento da água encanada, ainda que tenham consciência de que o rio é sujo e tem muito lixo. Para outros, o rio adquire o significado de beleza, um bem de Deus, e que apesar do mau cheiro dos esgotos é muito bonito. Essa paisagem natural (20,0%) surge enquanto elemento mais significativo da área, sendo valorizada pelos moradores. O rio também transmite através da contemplação, paz de espírito, tranquilidade (15,0%), conforto para alma pela proximidade com a natureza, sendo o responsável pelo esquecimento das preocupações diárias, um passa-tempo gratuito.

Dos moradores da Compensa, 10,0% disseram que essa parte da frente da cidade que está em contato com o rio Negro não é tão bonita como a do bairro do Educandos, devido o lixo, o descaso com o lugar e a sujeira que é deixada pelos estaleiros tanto no período da cheia

quanto no de vazante do rio, pois é possível encontrar na área resquícios de óleo diesel, ferro retorcido, as balsas além das bóias que demarcam suas áreas permitidas, etc., e isto faz com que eles fiquem impossibilitados de utilizarem o rio e a praia como diversão gratuita, pois como alguns moradores mesmo ressaltaram, “os portos estão adquirindo diferentes donos”, fazendo com que paulatinamente os moradores tenham e continuem deixando de utilizá-los.

Também é importante dizer que para alguns, estar próximo ao rio adquire a conotação de memória, isto é, faz com que as lembranças do lugar de onde a pessoa veio reapareça (5,0%), e eles em geral vêm do interior.

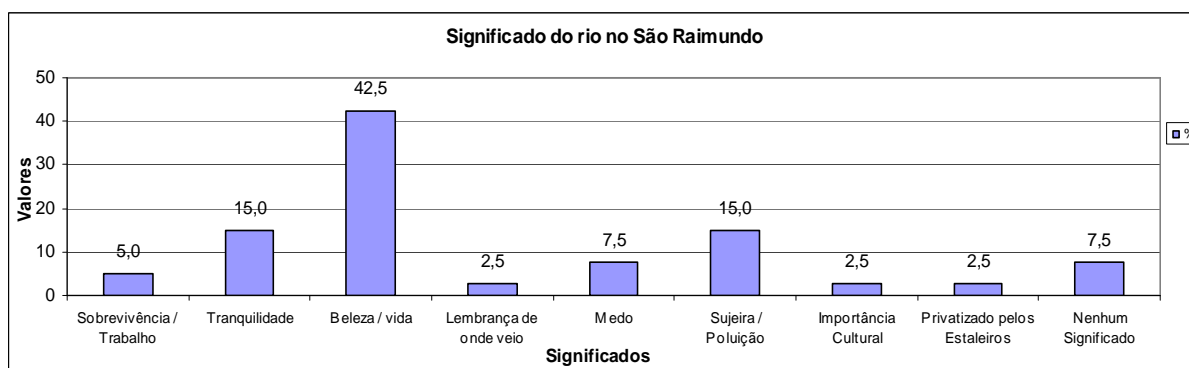
Há ainda aquele morador que disse que, apesar de gostar de contemplar o rio, em hipótese nenhuma chega perto dele por ter medo da água muito escura (5,0%), e ainda aqueles que não conseguem ter nenhuma relação com o rio, para os quais ele é irrelevante (15,0%).

Tabela 18 – Descritivo quanto ao significado do rio para os moradores do São Raimundo.

Significado do rio	Qtde	%
Sobrevivência / Trabalho	2	5,0
Tranqüilidade	6	15,0
Beleza / vida	17	42,5
Lembrança de onde veio	1	2,5
Medo	3	7,5
Sujeira / Poluição	6	15,0
Importância Cultural	1	2,5
Privatizado pelos Estaleiros	1	2,5
Nenhum Significado	3	7,5
Total	40	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, janeiro de 2005.

Gráfico 16 – Gráfico descritivo da Tabela 18.



No São Raimundo a natureza prevalece como aspecto principal do lugar, seja quanto a sua beleza ou em relação à fonte de vida que ele é (42,5%). É constante também apontá-lo como tranquilidade (15,0%), o barulho das águas, o sopro do vento no final de tarde, o movimento dos barcos, a admiração, a reflexão, a esperança, a alegria, o gostar de olhar. Sentir e perceber o rio ocorre com mais frequência para os moradores do São Raimundo, apesar de que aqui também encontramos situações em que se ouviu que o rio não possui nenhum significado (7,5%).

Há a referência clara de que o rio foi e continua sendo privatizado pelos estaleiros (2,5%), pois o poder público termina sendo conivente com a situação por não haver fiscalização para saber se eles estão fazendo a limpeza necessária. Esta foi uma reclamação constante por parte dos moradores desta área, declarando que quando eles jogavam o lixo direto pelo “barranco” para o rio, eram constantemente visitados pela fiscalização. Agora que já há certa consciência de que não devem jogar lixo, para prevenir desabamentos, eles observam a sujeira que é deixada pelos estaleiros na beira-rio, inclusive pó de serragem (ver foto 46 por detrás do cano de água), que segundo eles é queimado, prejudicando a saúde dos que estão próximos ocasionando problemas respiratórios. Com isso, os estaleiros não permitem a boa utilização da área por parte dos moradores como tradicionalmente faziam, e que ainda pode ser vista na área do bairro que está próxima a Cervejaria Miranda Corrêa.

Também se encontra o fato da identificação com o rio enquanto um importante elemento cultural (2,5%), mesmo que para alguns ele não passe de um lugar sujo e poluído (15,0%). Também aqui houve os que disseram ter medo do rio (7,5%) por ser escuro e por alagar as casas na cheia.

Há aqueles que têm o rio como fonte de trabalho e sobrevivência (5,0%), como pescadores e / ou carregadores, fazendo o transporte de pessoas, utilizando a própria água do meio do rio para o consumo, pois sabem que na beira a água e o pescado que pegam têm

gosto de óleo diesel, e faz mal a saúde.

É importante que se diga que na aplicação dos formulários, verificamos três situações, a do agente que falou diretamente para atender aos questionamentos, a observação “in loco” da pesquisadora ou de um membro de sua equipe e as realidades concretas ao longo da área pesquisada, que é aquilo que existe no real. Embora os formulários tenham sido apontados conforme a amostragem estratificada de Barry e Backer (s/d), esses três fatores nos levaram a verificar que os dados não são absolutos, por assumirem contradições ao confrontarmos os mesmos, pois em nossa observação “in loco” ao interrogar os agentes, observou-se claramente essas contradições, tais como, apesar de todos terem dito que possuem abastecimento de luz direto da rede da concessionária de energia elétrica, em alguns trechos notou-se o emaranhado de fios que apontavam a clandestinidade do fornecimento, e mais, ainda que em alguns trechos o morador admitisse a coleta, podia-se observar bastante lixo jogado embaixo das casas do tipo palafitas e nas margens do rio, e isto é a contradição dos dados.

3.4 A ARTICULAÇÃO DA CIDADE COM O RIO NO SETOR DO BAIRO DA PONTA NEGRA

Inicialmente as terras da Ponta Negra pertenceram à família Loureiro, mas ao final dos anos 60, com o intuito de atrair investimentos para a área e evitar possíveis ocupações, ocorreu a venda dos lotes em que se encontra o Hotel Tropical e dos condomínios e a doação da área de praia para a Prefeitura Municipal de Manaus, onde atualmente encontra-se o Complexo Turístico, segundo o relato oral do Sr. Thales Menezes Loureiro.

Monteiro (1998:544) relata que a estrada de ligação do bairro da Ponta Negra com a cidade foi construída no governo do Sr. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo. Também nesta área encontramos um ambiente muito diverso, apesar da toponímia. O local na visão deste autor é uma via em declive e as suas duas pontas são orladas por mato, tendo também abrigado o faustoso Hotel Tropical, e no ano de 1995 mereceu novo embelezamento,

buscando se tornar no melhor ponto turístico da cidade:

A praia da Ponta Negra é o principal ponto turístico da capital amazonense, localizado a esquerda do rio Negro, um dos tradicionais centros de lazer da comunidade manauense, sem dúvida, um dos belos cartões postais da cidade. Sua orla fluvial, projetada por um dos arquitetos mais respeitados da Amazônia, Severiano Porto, valoriza os recursos paisagísticos e oferece aos visitantes toda a infra-estrutura para a prática de recreação e esportes, com campos de futebol de areia, quadras de vôlei, pistas para skate, corrida, caminhada e ciclovia arborizada, contando também com um anfiteatro que serve de palco cultural para apresentações artísticas locais, nacionais e internacionais (PMM, 1996: s/p).

Entretanto, Fonseca (2004) em sua publicação recente reunindo vários artigos de sua coluna no Jornal do Commercio (Manaus), nos esclarece suas impressões sobre o calçadão e a área de praia na Ponta Negra bem como os reflexos sociais existentes que já no ano de 2000 podiam ser salientados²⁵.

Por ser utilizado por um número considerável de pessoas, ele relata que as caminhadas diárias são acompanhadas de um ambiente que além de limpo e aprazível, é protegido por policiais militares que garantem a segurança, sendo o calçadão o local de lazer, atividades culturais, etc. Mas ao descer para andar na areia da praia e lembrar do tempo em que a classe de maior poder aquisitivo usava o local com evidentes traços imitativos de Copacabana, como ele mesmo salienta “não vai muito longe”. O autor fica decepcionado, pois observa que as escadas que dão acesso à praia possuem um terrível último degrau, com um desnível muito grande, tornando impossível uma pessoa com mais idade conseguir descê-lo, e mais, este ambiente ainda “guarda umidade e cheiro da sua subalterna condição de banheiro público na noite anterior”.

Faz menção que a areia guarda resquícios de tudo quanto é tipo de lixo que se puder imaginar. Desde plásticos, vidros quebrados, restos de comida, objetos de oferendas, excrementos de cachorros, maços e pontas de cigarros, garrafas e latas de bebida, frascos de bronzadores, etc., que findam dando a praia um aspecto feio, sujo, perigoso e fétido. Sendo que em alguns de seus trechos, os muros de contenção que resguardam as encostas iniciam

²⁵ Artigo publicado na página 07 do Caderno de Ciências e Tecnologia do Jornal do Commercio, edição de 27/11/2000 – Manaus.

processo de desabamento, com as rochas tipo jacarés pontiagudas, sinalizando risco para os banhistas. Sem falar nos canos de esgotos que despejam na areia um líquido mal cheiroso, que o autor observa como sendo provável esgoto cloacal, proveniente dos bares ou talvez dos luxuosos prédios que dominam a paisagem do lugar. Também é comum a presença de urubus sobre a praia atraídos pelo lixo jogado pelos freqüentadores e donos dos bares (Fonseca, 2004:291-292).

Com isso se observa nitidamente uma grande diferença entre o calçadão (parte alta) da Ponta Negra e a praia (parte baixa) sendo evidente que os dois ambientes são freqüentados por pessoas de padrões sociais, econômicos e culturais muito diferentes.

O bairro de São Jorge é importante no histórico do bairro da Ponta Negra porque propiciou a ocupação da área institucional ocupada pelo Exército (Amazonas, 1985:19-20), especificado aqui como Setor Institucional – Área Militar.

3.4.1 ANÁLISE DE DADOS OBTIDOS A PARTIR DOS FORMULÁRIOS APLICADOS NO SETOR PONTA NEGRA

Em geral para o setor Ponta Negra se dividiu a aplicação dos formulários entre os freqüentadores da praia e os moradores dos edifícios, uma vez que não houve o acesso para os condomínios horizontais.

Quanto aos primeiros, os que freqüentam, buscou-se indagá-los a respeito dos bairros e respectivas zonas de onde se deslocam, o meio de transporte mais utilizado (ver tabela 19) e a freqüência com que vão até a praia nos fins de semana e nos feriados.

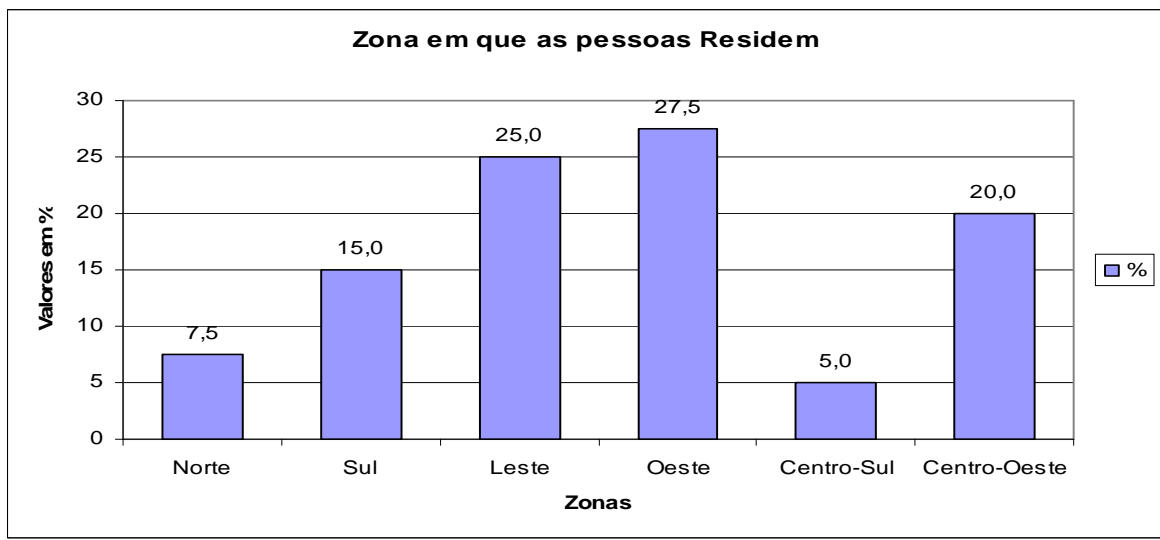
Tabela 19 – Descritivo quanto à frequência que vai a Ponta Negra e ao meio de transporte utilizado para chegar até lá .

-	Local de origem dos frequentadores		Meio de Transporte usado			Frequência que vai a Ponta Negra		
	Zonas	Qtde	%	Tipo	Qtde	%	Freq.	Qtde
Norte	3	7,5	Carro	2,0	66,7	Anual	3,0	100,0
			Ônibus	1,0	33,3	Mensal	-	-
			Moto	-	-	Semanal	-	-
			Outros	-	-	Outros	-	-
Sul	6	15,0	Carro	2,0	33,3	Anual	2,0	33,3
			Ônibus	3,0	50,0	Mensal	2,0	33,3
			Moto	1,0	16,7	Semanal	1,0	16,7
			Outros	-	-	Outros	1,0	16,7
Leste	10	25,0	Carro	5,0	50,0	Anual	1,0	10,0
			Ônibus	5,0	50,0	Mensal	2,0	20,0
			Moto	-	-	Semanal	5,0	50,0
			Outros	-	-	Outros	2,0	20,0
Oeste	11	27,5	Carro	3,0	27,3	Anual	2,0	18,2
			Ônibus	6,0	54,5	Mensal	-	-
			Moto	1,0	9,1	Semanal	5,0	45,5
			Outros	1,0	9,1	Outros	4,0	36,4
Centro-Sul	2	5,0	Carro	2,0	100,0	Anual	-	-
			Ônibus	-	-	Mensal	2,0	100,0
			Moto	-	-	Semanal	-	-
			Outros	-	-	Outros	-	-
Centro-Oeste	8	20,0	Carro	1,0	12,5	Anual	3,0	37,5
			Ônibus	4,0	50,0	Mensal	-	-
			Moto	-	-	Semanal	3,0	37,5
			Outros	3,0	37,5	Outros	2,0	25,0
Total	40	100	-	40	-	-	40	-

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, dezembro de 2004.

As zonas que apareceram com maior percentual na pesquisa foi a Oeste (27,5%) seguida da zona Leste (25,0%). Em relação à zona Oeste, os bairros que mais apareceram foram o São Jorge e a Compensa, por se encontrarem nas imediações, e no caso da Compensa, seja porque conforme suas próprias queixas, os moradores tenham “perdido suas áreas de praia” para os estaleiros.

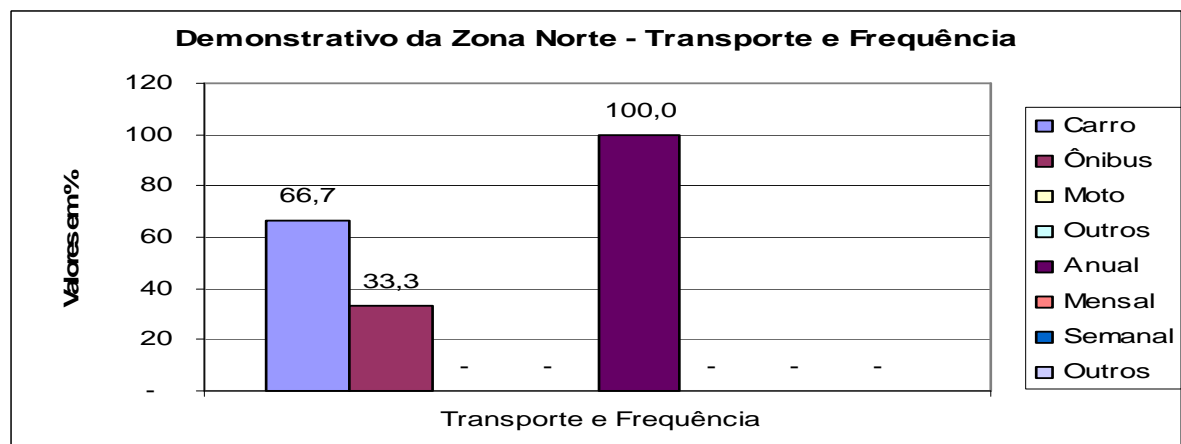
Gráfico 17 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto ao local de origem.



O curioso é a zona Leste, onde aparecem os bairros Amazonino Mendes, Jorge Teixeira e Zumbi dos Palmares. Os moradores quase que atravessam a cidade para ir até a praia. Isto também pode ser esclarecido em relação ao não pagamento, diferente dos que residem mais próximo, mas que, por possuírem um certo status, não a freqüentam por terem clubes e lanchas disponíveis para se refugiarem no próprio rio Negro, em área distante dali.

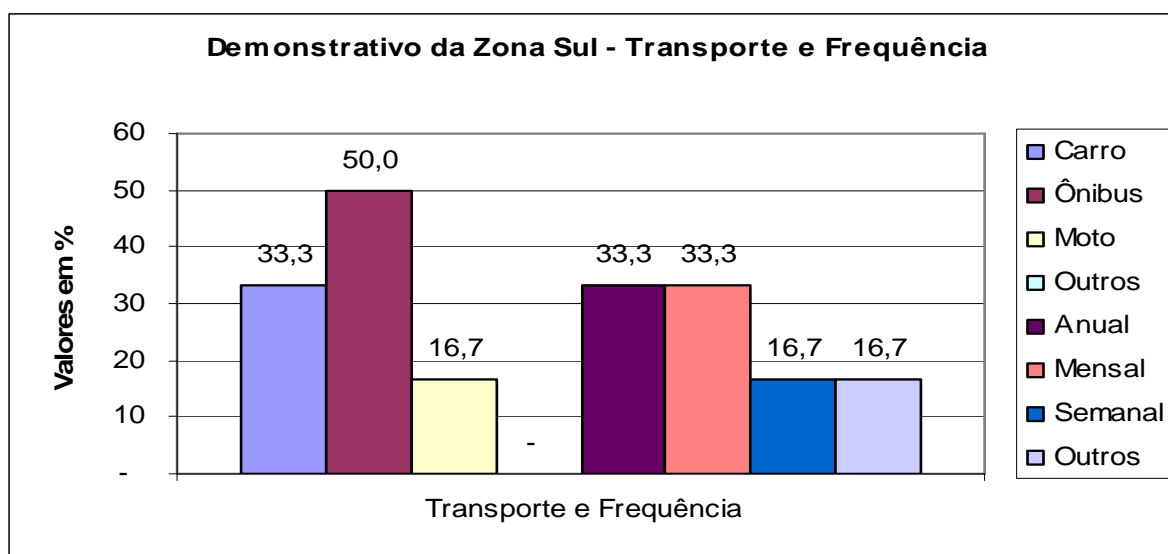
Esta também pode ser a explicação a respeito do que ocorreu com a zona Centro-Sul, por se tratar de bairros de classe média alta. No que concerne ao meio de transporte mais utilizado na zona Norte (ver gráfico 18), os entrevistados vão pelo menos uma vez por ano na praia (100%) e em geral utilizam automóveis (66,7%) e ônibus (33,3%).

Gráfico 18 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à freqüência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da Zona Norte.



Os frequentadores que residem na zona Sul (ver gráfico 19) vão em parte pelo menos uma vez por ano (33,3%) enquanto outra parte declarou que vai mensalmente (33,3%), sendo que o meio de transporte mais utilizado que ocorreu nesta área foi o ônibus (50%), os demais frequentadores possuem veículo próprio tais como carro (33,3%) e moto (16,7%).

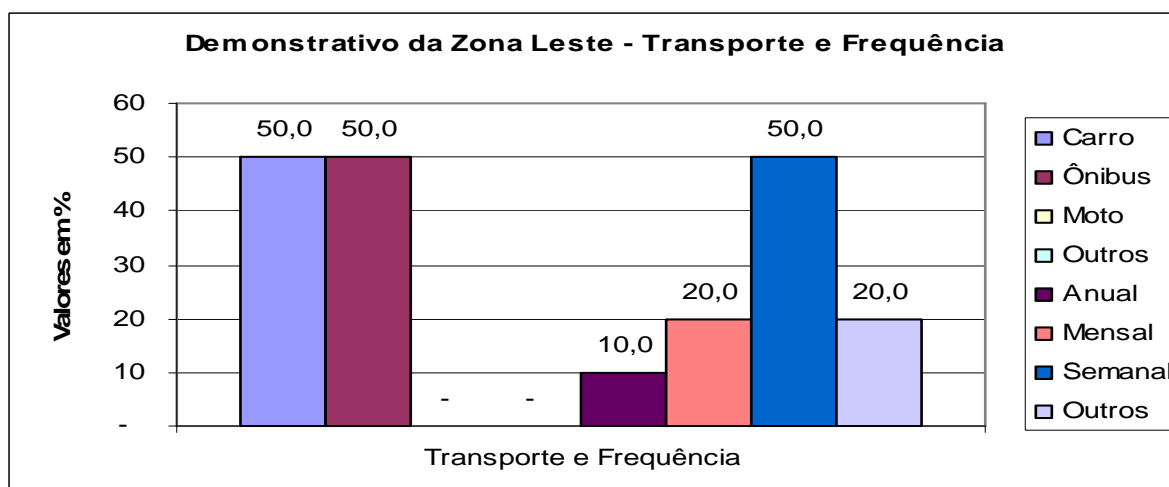
Gráfico 19 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir a Ponta Negra dos moradores da Zona Sul.



Os que residem na zona Leste (ver gráfico 20) mesmo tendo no Puraquequara diversos balneários dando para o rio Amazonas, como o “Remanso do Boto”, um dos mais frequentado nesta área, no qual só é possível entrar mediante o pagamento de uma determinada taxa cobrada individualmente, seja para quem vai de carro ou a pé para entrar, já que para quem vai de barco não é cobrado nada, estes mesmo assim frequentam semanalmente a praia da Ponta Negra (50,0%).

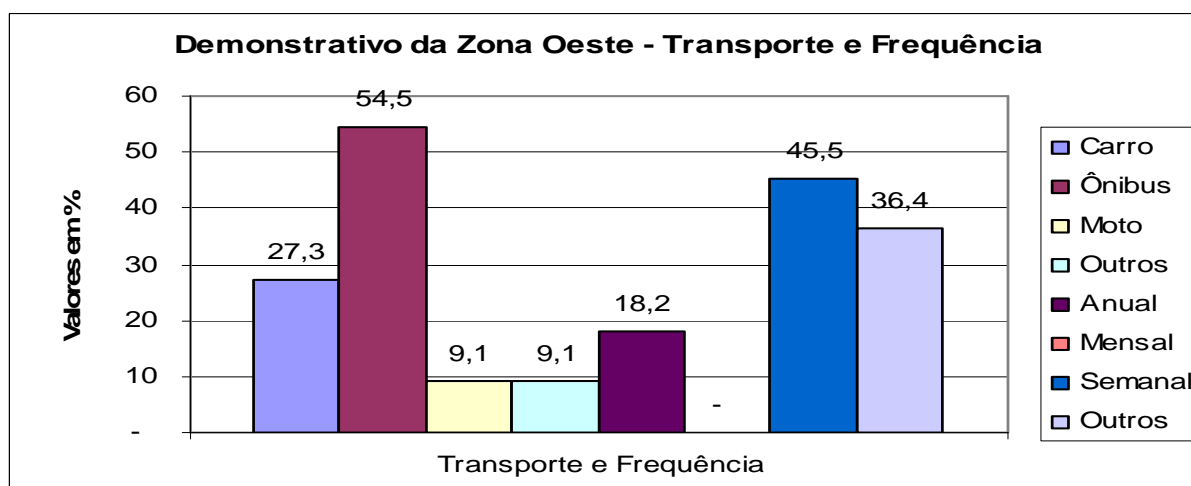
Uma parcela vai de carro (50,0%) e outra de ônibus (50,0%). Isto é, ainda que seja uma zona com bairros periféricos, os que possuem mais condições financeiras por possuírem carro, ainda preferem ir até a Ponta Negra, mesmo que signifique um gasto maior devido o consumo de combustível (ver gráfico 20).

Gráfico 20 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir a Ponta Negra dos moradores da Zona Leste.



Os que são da zona Oeste (ver gráfico 21) e frequentam a praia vão semanalmente (45,5%), seguido daqueles que vão em média de seis em seis meses (36,4%), e se enquadram na categoria de outros. Sendo que a maioria utiliza o ônibus como meio de transporte (54,5%).

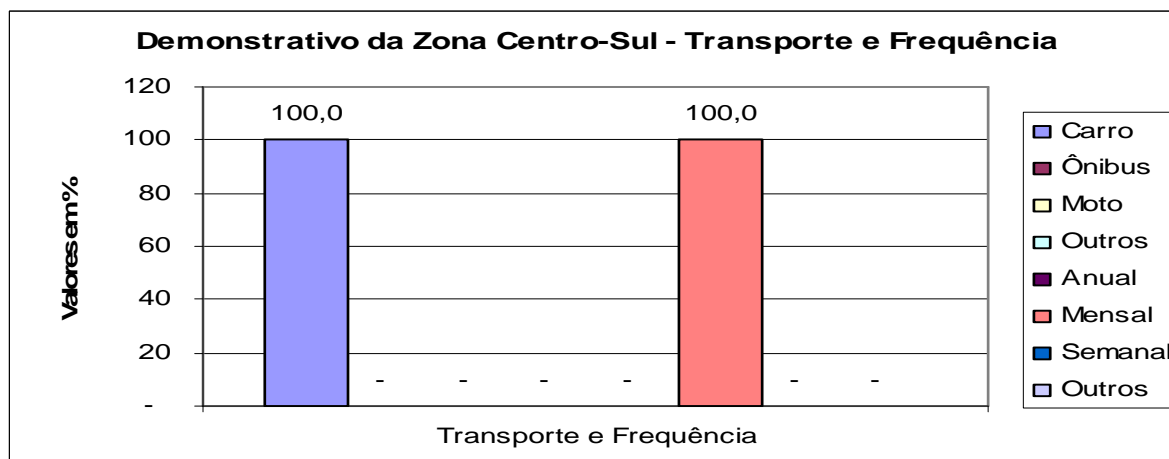
Gráfico 21 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da Zona Oeste.



Os que se deslocam da zona Centro-Sul (ver gráfico 22), em geral aparecem nesta pesquisa como indo mensalmente para a praia da Ponta Negra (100,0%) para praticar esporte, como caminhar no calçadão, andar de bicicleta na ciclovia etc. e utilizam o carro como meio

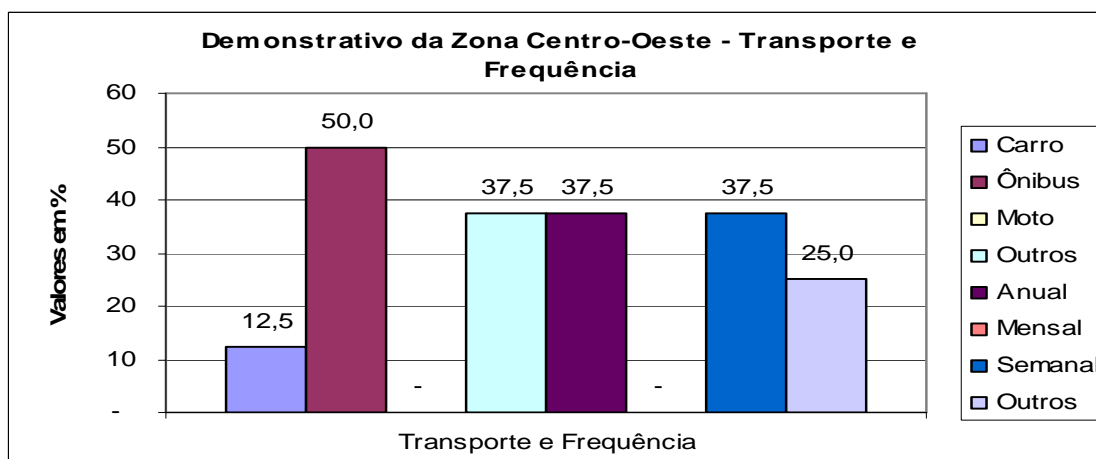
de transporte (100,0%).

Gráfico 22 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da Zona Centro-Sul.



Em relação aos que se deslocam da zona Centro-Oeste (ver gráfico 23), em geral, uma parcela vai pelo menos uma vez por ano (37,5%), enquanto outra vai semanalmente (37,5%), utilizando o ônibus (50,0%). Sendo que 37,5% se deslocam com outros meios de transporte como bicicleta, carona com terceiros ou até mesmo nos carros da empresa de onde trabalham.

Gráfico 23 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à frequência e o meio de transporte usado para ir à Ponta Negra dos moradores da Zona Centro-Oeste.



De acordo com o gráfico 24, observaremos de modo geral nas zonas, dentre todos os meios de transporte, o mais utilizado pela população para chegar até a Ponta Negra é o ônibus (47,5%), e conforme o gráfico 25, as pessoas em sua maioria frequentam semanalmente a

praia (35,0%).

Gráfico 24 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto ao meio de transporte usado para ir a Ponta Negra de forma geral.

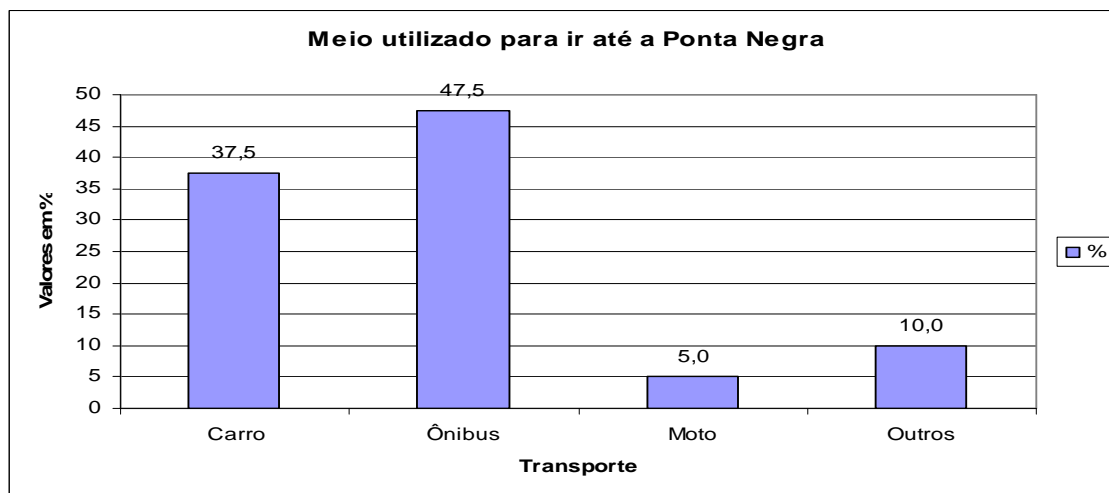
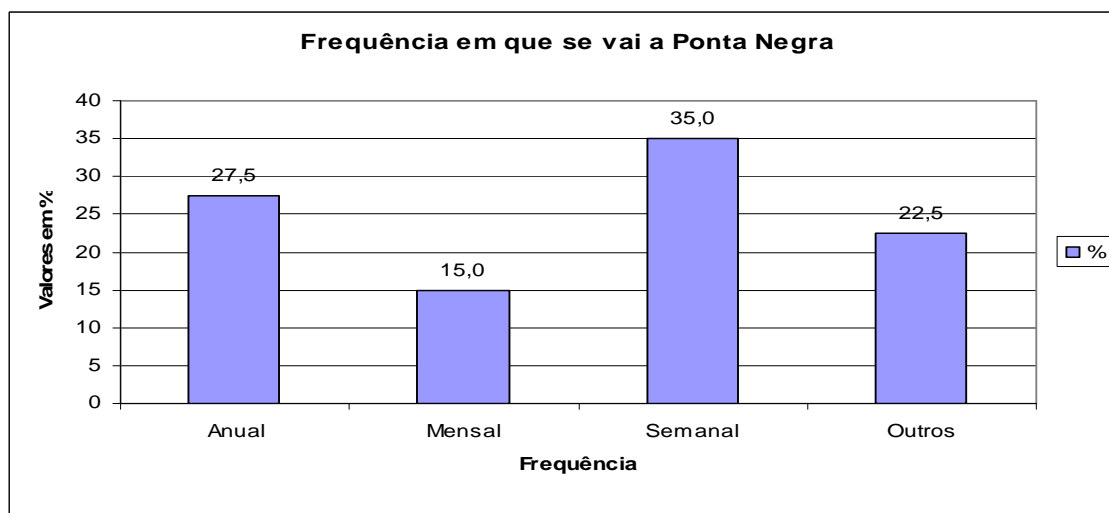


Gráfico 25 – Gráfico descritivo da Tabela 19 quanto à frequência dos que vão à Ponta Negra de forma geral.



Buscou-se falar com os moradores dos edifícios, que em geral migraram da zona Centro-Sul, mais especificamente dos bairros do Vieiralves e Adrianópolis, na faixa de tempo entre dois a sete anos. Para estas pessoas aplicou-se somente as perguntas abertas, para saber o que era mais interessante no local e o significado do rio, e essas foram tabuladas juntamente com as respostas dos frequentadores.

O rio aparece como o principal motivo que os levam para lá (40,0%), seguido da paisagem (30,0%), sendo que esta ocorre sempre como uma referência à natureza, ou seja, a beleza cênica do local, tanto para os que frequentam quanto para os moradores (ver tabela 20 e gráfico 26).

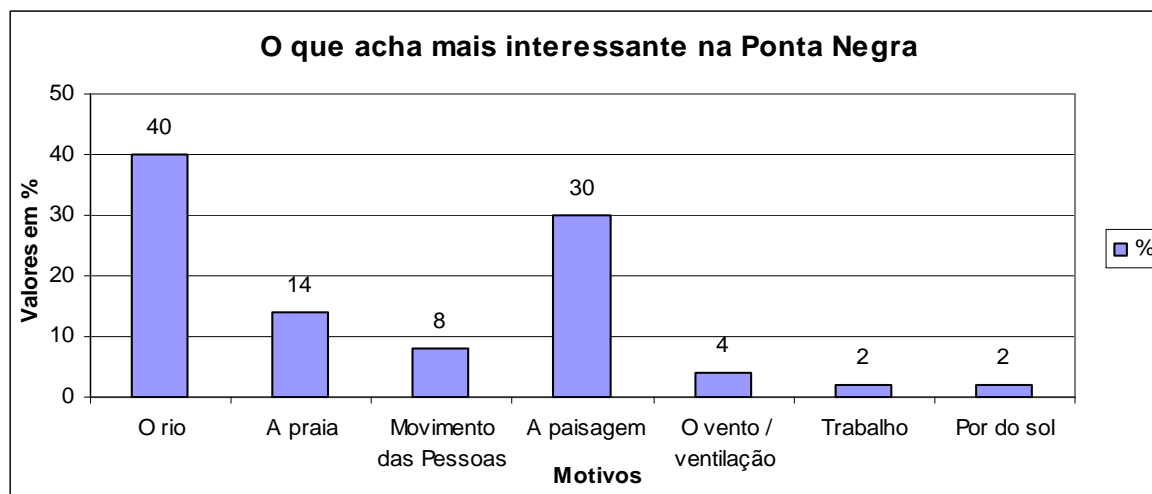
Tabela 20 – Descritivo quanto o que as pessoas que frequentam a Ponta Negra acham interessante no local.

Interessante na Ponta Negra	Qtde	%
O rio	20	40,0
A praia	7	14,0
Movimento das Pessoas	4	8,0
A paisagem	15	30,0
O vento / ventilação	2	4,0
Trabalho	1	2,0
Por do sol	1	2,0
Total	50	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, dezembro de 2004.

Dos que disseram ser a praia (14,0%) fez-se relevância ao fato de que só vão até lá na época da vazante do rio, pois quando este se encontra cheio deixam de frequentá-lo por não terem onde ficar, e por não gostarem do ambiente dos bares, a única opção que ocorre (ver gráfico 26).

Gráfico 26 – Gráfico descritivo da Tabela 20.



Em relação ao significado do rio, o que mais ocorreu foi o de paz, equilíbrio (38,0%)

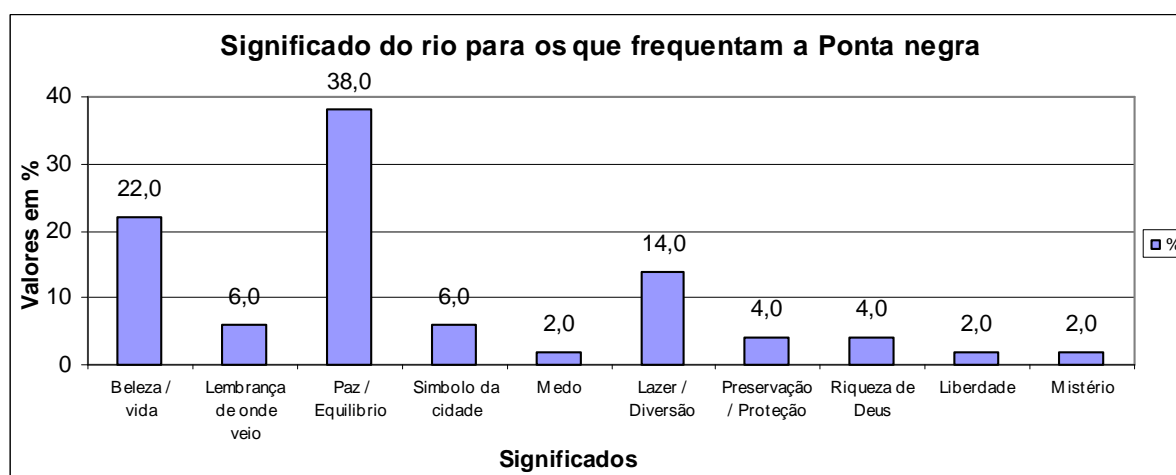
que conforme explicações das próprias pessoas, seria o ver, sentir, ouvir o barulho das águas enquanto tranqüilizante natural contra o stress urbano. Este ocorreu tanto para os moradores quanto para os que freqüentam (ver tabela 20 e gráfico 26), seguido de beleza e vida (22,0%). Essa questão do significado estar associado à vida, segundo eles, implica no que ela pode nos beneficiar em subsistência, ou seja, os peixes que podem sustentar as pessoas, a própria idéia de água potável, que pode ser utilizada para beber, etc.

Tabela 21 – Descritivo quanto ao significado do rio para as pessoas que frequentam a Ponta Negra.

Significado do rio	Qtde	%
Beleza / vida	11	22,0
Lembrança de onde veio	3	6,0
Paz / Equilíbrio	19	38,0
Símbolo da cidade	3	6,0
Medo	1	2,0
Lazer / Diversão	7	14,0
Preservação / Proteção	2	4,0
Riqueza de Deus	2	4,0
Liberdade	1	2,0
Mistério	1	2,0
Total	50	100

Fonte: Formulários preenchidos na pesquisa de campo, dezembro de 2004.

Gráfico 27 – Gráfico descritivo da Tabela 21.



Ainda em relação ao gráfico 27, apareceu na pesquisa quem fizesse menção ao fato de terem vindo do interior ou até mesmo de outros Estados como São Paulo, e o lugar lembrar o

seu (6,0%) por terem vivido a vida inteira próxima do rio, ainda que seja o Tietê.

E para dar ênfase ao que Villaça (2001) nos fala em relação à assimilação do novo símbolo para a cidade, “o dos ricos”, também houve quem se referisse à Ponta Negra como o símbolo maior da cidade de Manaus (6,0%).

O medo (2,0%) surge em relação à cor do rio e a impressão de infinitude que suas águas escuras transmitem, e o que pode haver dentro dela que se esconde dos olhos.

O lazer / diversão (14,0%) ocorre principalmente em relação ao famoso “banho de rio”. Bem como houve quem se orgulhasse do fato da área ter sido “preservada” e de certa forma ter “proteção” para suas riquezas naturais, o rio, o solo, as árvores, as rochas. E isto parece relevante para uma parcela da população que a frequenta, uma vez que no feriado de 08/12/2004, dia de Nossa Senhora da Conceição, pôde ser observado no local várias atribuições ao rio por parte dos umbandistas, nas quais eles preparam oferendas saúdam e invocam suas divindades com cânticos e atabaques (ver foto 47). E isto parece relevante quanto à importância da dimensão simbólica no mundo cultural dos seres humanos, conforme os ensinamentos de Cassirer (1994).



Foto 47 – Ritual umbandista na praia da Ponta Negra: o sagrado em meio ao profano.

Fonte: Guglielmini, Luiza - 12/2004.

O rio para eles adquire um significado diferente dos apontados no formulário, e apesar de não ter aplicado o documento a nenhum deles, após concluir os trabalhos a equipe ficou observando atentamente o que se passava. É claro que em nossa ínfima interpretação não

conseguiremos traduzir o que realmente pode estar por detrás dos atos daquelas pessoas, mas ficou evidente que aquele lugar do rio onde realizam seus rituais, é sagrado, onde o altar é uma pequena área de rochas que se encontra próximo à Prainha, onde se encontram remanescentes de mata ciliar, que tem o poder de transmitir energia e o próprio rio que os purifica, ao passo que é profano porque assim que o “banzeiro” alcança as oferendas e as leva para dentro do rio, então outras pessoas utilizam o mesmo lugar para tomarem banho de sol, cantarem com os amigos, beberem, brincarem com os outros sem maiores preocupações religiosas.

E é nesse sentido que ele se torna o lugar do sagrado para alguns e profano para outros enquanto lugar de pura diversão. Com isso, identificamos que cada lugar da beira-rio assume determinado significado para seus agentes e dentre todos os que foram pesquisados, verificou-se também aquele que traz em seu bojo uma carga simbólica (Bourdieu, 2000:10-15), conforme já apontado neste trabalho.

3.5 SETOR UNIDADES PORTUÁRIAS

Para os agentes que compõem este setor, conforme as duas entrevistas livres realizadas em dois estaleiros que se encontram na área de estudo e a observação de campo, na maior parte das vezes o rio é trabalho e sobrevivência, no sentido mesmo de negócio. Em geral esta deve ser a visão de todos os empresários que se encontram na beira-rio. Dificilmente o rio tem outra conotação que não esta, ainda que tenham se negado a prestar depoimentos a esta pesquisa.

Quanto ao seu aspecto jurídico, em relação à matéria ambiental no Brasil, temos a repartição de competência que obedece aos mesmos princípios que a Constituição adotou para a distribuição da competência em geral entre as entidades federativas. Todas as esferas de poder têm competência para legislar sobre a proteção ambiental, ocorrendo a competência material exclusiva, competência material comum, competência legislativa exclusiva e

competência legislativa concorrente²⁶.

Em relação as obrigações dos Municípios, a eles compete a proteção ambiental, reconhecida no art. 23, III, IV, VI e VII em comum com a União e os Estados, que outorga nesse dispositivo a competência para ações materiais, deixando-a no âmbito da execução de leis protetivas do que no de legislar sobre o assunto. Em relação às competências, é reconhecida também de forma suplementar, pois além de ordenar e proteger o meio ambiente, natural e cultural tem igualmente na norma do art. 30, II, a competência para suplementar a legislação federal e a estadual na matéria.

Compete aos Municípios promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano (art. 30, VIII). Outorga-se-lhes a competência para a Política de Desenvolvimento Urbano e estabelecimento do Plano Diretor (art. 182), e ainda a competência para promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Di Pietro, 2004:79-80).

Quanto às competências que cabe às entidades tanto de forma exclusiva quanto suplementar, encontramos a de servidão administrativa²⁷. Dentre as servidões que podem vir diretamente em decorrência da lei, temos a Servidão sobre Terrenos Marginais. Esta, compreende uma faixa de sete braças craveiras (15,4 metros) paralela aos rios navegáveis, contada a partir do ponto médio das enchentes ordinárias (Lei n°. 1.507, de 26/9/1867, art. 39; Decreto n°. 4.105, de 22/2/1868). Pelo Código de Águas (Decreto n°. 24.643, de 10/7/1934), a servidão destina-se, no caso, ao aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, bem como à utilização da navegação do rio (art. 29, § 1º). Além disso, nessa faixa é tolerado o uso de ribeirinhos, principalmente os pequenos proprietários, que os cultivem, sempre que o

²⁶ Para isso ver os artigos: 21; 22; 23; 24. 25,§ 1º e § 2º e 30, I e de III a VIII da Constituição Federal.

²⁷ Servidão administrativa é o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública (Di Pietro, 2004:145).

mesmo não colidir por qualquer forma com o interesse público (art. 11, §2º) (Di Pietro, 2004:148).

Compete aqui também esclarecer a verificação quanto aos diferentes tipos de uso que podem os bens possuir no regime jurídico, o uso comum e o uso especial. Porém em seus desdobramentos, buscamos assinalar apenas aqueles que de certa forma podem ser aplicados em relação à área de pesquisa.

Conceitualmente “uso comum” diz-se daquele uso que se exerce, em igualdade de condições, por todos os membros da coletividade. E como uso privativo, também chamado de uso especial, vem a ser aquele que a administração pública confere, mediante título jurídico individual, a uma pessoa ou grupo de pessoas determinadas, para que o exerçam, com exclusividade, sobre parcela de bem público. Pode ser outorgado a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, pois nada impede que um ente público consinta que outro se utilize privativamente de bem público integrado em seu patrimônio. O conteúdo de uso privativo é que vem a ser variável, podendo comportar faculdade de ocupação, poderes de transformação ou até poderes de disposição de uma parte da matéria, tal como aproveitamento das águas públicas ou extração de areia, caso que ocorre nos estaleiros instalados na beira rio de Manaus (Di Pietro, 2004:583/588).

Tem-se que a cessão também pode ser caracterizada desta forma, pois é ato de outorga de *uso privativo* de imóvel do patrimônio da União. Sendo que essa outorga necessita de autorização por meio de decreto do Presidente da República, e se faz mediante termo ou contrato, no qual se especificam as condições onde o uso é sempre gratuito. Podem sercessionários os Estados, os Municípios, entidades educacionais, culturais ou de finalidades sociais bem como as particulares (pessoas físicas ou jurídicas). Nesta última hipótese quando se tratar de aproveitamento econômico de interesse nacional, torna-se nula em caso de utilização em desacordo com as condições estabelecidas. Além disso, a cessão se faz sempre

por prazo determinado, conforme estabelece o §3º. do artigo 18 da Lei nº.9.636/98 (Di Pietro, 2004:596), caso este que se assemelhe ao que se verificou na Manaus do final da década de 60, quando se iniciou o grande plano de desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental:

A localização industrial em Manaus, durante a década de 70, com os projetos industriais sendo aprovados pelos organismos oficiais, alteraram completamente a estrutura da atividade industrial da cidade, passando a ser a sua principal fonte de geração de emprego e renda, melhorando a infra-estrutura de transporte, do aeroporto e das instalações portuárias (Branco,1991:244).

A cessão é sempre gratuita, por tempo determinado, e só pode ter por objeto bens dominicais, só podendo ser conferida para os fins definidos nos citados dispositivos da legislação federal. Dispensa autorização²⁸ legislativa e concorrência pública (Di Pietro, 2004:596).

É através do Decreto-Lei 9.760 de 05 de setembro de 1946, atualizada até 11.01.2001 que temos a disposição sobre os Bens Imóveis da União. Bem como outras disposições²⁹.

Temos os terrenos de marinha que segundo Meirelles (2003:522) foram outorgados a partir de um Aviso Imperial de 12 de julho de 1831 e é válido até hoje, define que são terrenos banhados pelo mar ou por rios navegáveis. De acordo com esse conceito, a área de estudo pertence ao domínio da União, e sua utilização inclusive para edificações, deve estar subordinada a autorização federal.

Entretanto, como bem nos alerta a Lei, terrenos de marinha são somente aqueles de rios navegáveis e seus acréscimos que são atingidos pela maré, caso que se observa para o rio Amazonas, resultado da união do rio Solimões com o rio Negro, tendo sua foz desembocando no oceano Atlântico no Estado do Pará. Para o que banha a cidade de Manaus na área estudada, rio Negro, isto não se aplica, pois este não é atingido pela maré. A ele se aplica

²⁸ Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade (Di Pietro, 2004:588).

²⁹ Ver artigo 1º, alínea a e b.

nomenclatura de “terrenos reservados”³⁰.

Meirelles (2003: 522,523) esclarece que tais terrenos pertencem aos proprietários das terras a que aderirem, na forma que o Código Civil estabelece³¹. Estes, devem ser interpretados como terrenos que podem possuir servidão pública ou administrativa, já que podem ser alocados enquanto terrenos reservados.

Os *terrenos reservados*, que surgiram com a Lei n°. 1.507, de 26/9/1867³², ficaram com essa denominação porque foram *reservados* para servidão pública de trânsito, conforme se constata pela redação do dispositivo (Di Pietro, 2004:604).

Como terrenos reservados, temos que são as faixas de terras particulares, marginais dos rios, lagos e canais públicos, na largura de 15 metros, oneradas com a *servidão de trânsito*, sendo esta *servidão*, *um ônus real sobre a propriedade alheia*. Esta servidão pública ou administrativa³³ se destina a possibilitar a realização de obras ou serviços públicos pela Administração, no que tange ao interesse de melhor utilização das águas, do aproveitamento de suas riquezas e de seu policiamento. Por ventura as terras particulares que são atingidas por essa *servidão administrativa* não passam para o domínio público, nem ficam impedidas de ser utilizadas por seus proprietários, desde que nelas não se façam construções ou quaisquer outras obras que possam prejudicar o uso normal das águas públicas, ou impeçam seu policiamento pelos agentes da Administração.

A servidão visa deixar livres as margens das águas públicas para o policiamento pelos agentes de Administração. Por isso, caso ocorra desapropriação, indeniza-se as terras que são

³⁰ A expressão “fora do alcance das marés” é importante para distinguir os terrenos reservados dos terrenos de marinha; se o terreno marginal ao rio estiver sob influência das marés, ela entre no conceito de terreno de marinha dado pelo artigo 13 do Código das Águas. Aos que são banhados por correntes navegáveis fora do alcance das marés, se denomina de terrenos reservados, conforme art. 14 do Código das Águas (Decreto 23.643/1934).

³¹ Meirelles indica Alfredo Valadão, *Direito das Águas*, 1931, p. 137.

³² Ver artigo 39.

³³ Ver Decreto n°.4.105, de 22/2/1868, que faz referência a essa servidão pública, definindo-se no artigo 1º, § 2º. O conceito também consta no art. 14 do Código de Águas (Decreto n°. 24. 643, de 10/7/34) em Nunes (1980).

reservadas. Entretanto, para que ocorra essa servidão, se faz necessário que incida apenas sobre propriedade privada, pois a Administração não institui servidão sobre os seus próprios bens, limitando o seu uso (Código de Águas, art. 11, §2º) a benefício de futuras obras e serviços públicos que possam vir a depender dessas terras marginais para sua realização. A faixa reservada que se impõe não se destina ao trânsito ou à utilização por particulares. A reserva é feita para obras e serviços públicos e para o trânsito dos agentes da Administração no desempenho de suas funções, o que significa dizer que ela deve ter servidão para o poder público. (Meirelles, 2003:524).

A diferença é que os terrenos de marinha e seus acrescidos (art. 30) sempre pertencerão a União, mas os terrenos reservados, conforme estabelecido no Código das Águas art. 31 pertencem aos Estados, caso se por algum título não pertencerem ao domínio federal, municipal ou ainda particular. Mas em seu parágrafo único haverá a determinação de que esse domínio sofrerá idênticas limitações às de que trata o artigo 29, ou seja, a servidão pública para aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, bem como para utilização da navegação do rio, conforme os ensinamentos de Di Pietro (2004:604-605), o que pode ser atribuído para a área da beira rio onde estão localizados os estaleiros e as companhias de navegação.

O art. 11 do mesmo código vai legislar sobre a natureza dos bens, determinando os que são públicos *dominicais*, se não estiverem destinados ao uso comum, ou por qualquer título legítimo não pertencerem ao domínio particular, os terrenos de marinha e os *terrenos reservados* nas margens dos rios de uso comum, bem como o dos canais, lagos e lagoas da mesma espécie.

Todavia conforme seus estudos, Di Pietro (2004:605-606) esclarece que os terrenos reservados podem ser *bens públicos* ou *bens particulares*, e que sempre se presume as terras como propriedade pública, mas que isto se explica devido à própria história das terras no

Brasil: todas pertenciam à Coroa. Essa presunção se desfaz nos casos concretos em que particulares demonstrem que receberam essas terras por concessão (aforamento) do poder público. Nesse caso, serão bens particulares: se a concessão foi feita antes da Lei nº.1.507, de 1867, tais terrenos estarão livres de servidão. Se a concessão foi feita posteriormente, estarão onerados com a servidão de trânsito instituída por essa lei, visando ao aproveitamento industrial das águas e de energia hidráulica, bem como utilização da navegação do rio.

3.6 SETOR INSTITUCIONAL - ÁREA MILITAR

Enquanto um agente produtor deste espaço, a instituição militar ressalta que se encontra na área por uma questão de “segurança nacional”, mas conforme Di Pietro (2004:616) somente podem ser consideradas áreas indispensáveis à segurança, as que estiverem localizadas na faixa de 150 km de largura em áreas de fronteira, ou seja, paralela à linha divisória terrestre do Território Nacional, o que não é o caso desta no rio Negro.

Mas o artigo 91 §1º, inciso III da Constituição, dá ao Conselho de Defesa Nacional, competência para “propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente nas faixas de fronteira e nas relacionadas com a preservação e exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”, e supõe-se ser esse o real motivo de grande parte da beira rio estar sob os domínios do Exército, uma vez que ocorre exploração do recurso hídrico e geomorfológico da área, dentre os serviços oferecidos pelos empresários que lá se encontram.

Mesmo o rio sendo uma questão de segurança, isto provavelmente é aplicado não como um resguardo de fronteira, mas em relação à utilização e beneficiamento dos recursos naturais da área por parte dos empresários lá instalados.

Capítulo 4.0

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O USO DA TERRA-ÁGUA URBANA

A interação do urbanismo com o direito, é imprescindível para a inclusão social e para que o planejamento urbanístico seja uma realidade “real” e não “uma realidade de papel”, sendo produto das transformações sociais, técnicas e jurídicas que os assentamentos humanos estão sofrendo nos últimos tempos na busca de uma sustentabilidade. A nova função do direito é a de enfrentar os desafios e oferecer princípios, instrumentos normativos, políticas do poder público e da coletividade para que possam atuar, em conjunto, no meio social e no domínio privado, ordenando a realidade no interesse da coletividade, pois as normas urbanísticas têm, entre si, pura conexão em razão de seu objeto específico: a ordenação dos espaços habitáveis ou da sistematização do território objetivando atender as funções básicas do homem: habitação, trabalho, lazer e circulação, previstas na Carta de Atenas (Séguin, 2002:17/24).

4.1 A BEIRA-RIO DA CIDADE: O LEGAL X O REAL

Nos termos da Constituição de 1988 (art. 1º e 18) o Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, possuindo a união de coletividades políticas autônomas (art. 18), o que permite a existência de *órgãos governamentais próprios e a posse de competências exclusivas em cada esfera de poder, que são autônomos* quanto as suas competências (Silva, 2004:71-72).

À União resta a supremacia no que tange a proteção ambiental, cabe-lhe a incumbência da Política Geral do Meio Ambiente (lei 6.938/1981) bem como a elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território (art. 21, IX), a competência exclusiva para instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e para definir critérios de outorga de direitos de seu uso (art. 21, XI) e a competência

exclusiva de legislar sobre *águas* (art. 22, IV). É importante ressaltar que mesmo sendo de sua propriedade, muito embora tenham sido incluídas entre seus bens, as *águas superficiais* ou *subterrâneas, fluentes, emergentes* e em *depósitos*, os Estados só podem administrá-las nos termos da legislação federal pertinente (Silva, 2004:76).

Em matéria de meio ambiente, os Estados nos termos do art. 23, III, IV, VI e VII, têm competência comum com a União e os Municípios possuindo competência *legislativa suplementar* de normas gerais estabelecidas pelo governo federal nos termos do art. 24, VI, VII e VIII, e seu §2º, tal como as leis de política e diretrizes gerais expedidas pela União na forma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), sobre a lei que dispõe a respeito da criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental³⁴ (Silva, 2004:78-79).

Os terrenos que formam a área de contato do rio Negro e a cidade de Manaus são considerados como terrenos reservados por terem suas águas³⁵ uma oscilação sazonal e resultarem de formação aluvial, isto é, através do acúmulo de areias ou outros materiais como cascalhos que vão se depositando ao longo das margens, fazendo-lhes seus acréscimos em consequência das sucessivas cheias.

A União foi dada à atribuição de “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso” (art. 21, XIX). Entretanto, isto não impede os Estados de estabelecerem normas sobre o policiamento de suas águas, visando a sua proteção, de acordo com o art. 24, inciso VI da Constituição e o art. 6º do Código de Águas.

E em relação aos rios que pertencem aos Municípios, nada diz a Constituição, ficando revogado o art. 29 do Código de Águas na parte em que a eles atribuíram as águas situadas “em seus territórios, respeitadas as restrições que possam ser impostas pela legislação dos

³⁴ Lei 6.902, de 1981.

³⁵ Quanto às águas, de acordo com o Código das Águas Decreto (nº. 24.643, de 10/7/1934) podem ser classificadas em quatro categorias: a) águas públicas; b) águas comuns; c) águas particulares; d) águas comuns de todos.

Estados” (Di Pietro, 2004:617-618).

Por isso mesmo não ferem a Constituição Federal todo o cabedal jurídico a respeito da Legislação Ambiental do Estado do Amazonas, a Política de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas (Lei 2.712 de 28/12/2001), nem tão pouco o Código Ambiental do Município de Manaus (Lei 605 de 24/07/2001), todos visando o adequado aproveitamento e proteção contra poluição, erosão, exploração inadequada, destinação dos recursos públicos para serviços de proteção e gerenciamento das águas.

Para Silva (1990: 32), o simples processo de elaboração das leis orgânicas no campo de ação das Constituintes Municipais, revela uma busca pela autonomia municipal que pode atribuir maior justiça social para as cidades, o que resultaria numa ampliação da participação popular.

Isto porque o homem, ao tentar dominar a natureza, busca modificá-la para que ela atenda melhor aos seus propósitos e conforto humano. Com isso, criador e criatura atuam em simbiose, e o homem vai construindo a cidade, que vai contextualizá-lo e influenciá-lo, numa fetichização do espaço modificado (Séguin, 2002:34-35).

Como bem ressalta Coelho (2001:19), para se compreender melhor as análises espaciais, principalmente as que concernem aos impactos ambientais, é preciso incorporar a estrutura de classes, para se perceber quem realmente se apropria dos benefícios das atividades econômicas, cujos custos são divididos por toda sociedade.

Por serem as cidades sistemas abertos, com uma dependência profunda e complexa a fatores externos, plenos de instabilidade e previstos, a compreensão e extensão dos impactos urbano-ambientais dependem, sobretudo, do modelo de desenvolvimento urbano e de padrões de diferenciação social. São assim classificadas, como sistemas abertos, devido a “segunda lei da termodinâmica (a lei da entropia), na qual todo sistema fechado está condenado à desintegração, à dispersão. Porém, um sistema aberto é capaz de renovar energia, sendo capaz

de se auto-organizar, de se autodefender”.³⁶

Optou-se também em recorrer aos três primeiros princípios do Direito Ambiental para melhor analisar o que vem ocorrendo na beira-rio e seu uso diferenciado em relação a alguns agentes ali instalados, a fim de oferecer dados que propiciem uma melhor compreensão do modelo de ocupação da terra urbana na área em estudo.

Machado (2002:45/47) sobre os Princípios Gerais do Direito Ambiental³⁷, esclarece que o primeiro diz respeito à sadia qualidade de vida, e o segundo ao acesso equitativo aos recursos naturais. Dentre os bens que integram o meio ambiente temos a água, o ar e o solo, enquanto recursos que devem satisfazer as necessidades comuns de todos os habitantes da Terra, para que então seja adequado pensar o meio ambiente enquanto um “bem de uso comum do povo”.

A equidade deve orientar a fruição ou o uso da água, do ar ou do solo, para dar oportunidades iguais diante de casos iguais ou semelhantes. Dentre as formas de acesso aos bens ambientais Machado (2002:48) destaca pelo menos três: o acesso visando ao consumo do bem (captação de água, caça e pesca), acesso causando poluição (acesso à água ou ao ar para lançamento de poluentes, e acesso ao ar para emissão de sons) e por fim o acesso para a contemplação da natureza.

Temos o terceiro princípio que é o usuário-pagador e poluidor-pagador, que objetiva fazer com que os custos não sejam arcados nem pelos poderes públicos, nem por terceiros e sim pelo que utiliza. Machado (2002:51-52) esclarece que o primeiro, usuário-pagador contém o segundo, poluidor-pagador, isto é, a obrigação que tem o poluidor de pagar a poluição que pode vir a ser causada ou que já tenha ocorrido. Entretanto, isto não pode ser visto como uma punição, pois mesmo que não haja nada ilícito no comportamento do

³⁶ Ver COELHO, Maria Célia Nunes. In. Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Antônio Teixeira Guerra & Sandra Baptista da Cunha (organizadores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001:33.

³⁷ Princípio utilizado por este autor como alicerce ou fundamento do Direito.

pagador, ele pode ser implementado.

Com isso, para que se torne obrigado a pagar pelo uso do recurso ou pela poluição causada, não há necessidade de ser provado que o usuário e o poluidor estejam cometendo faltas ou infrações, basta apenas que o órgão que pretende receber o pagamento prove que efetivamente há o uso do recurso ambiental ou de sua poluição. E ainda que haja uma licença, autorizando de forma administrativa a poluir, segundo as normas de emissão regularmente fixadas, isto não isenta o poluidor de pagar pela poluição por ele efetivada. Isto é justificado pois:

O uso gratuito dos recursos naturais tem representado um enriquecimento ilegítimo do usuário, pois a comunidade que não usa do recurso ou que o utiliza em menor escala fica onerada. O poluidor que usa gratuitamente o meio ambiente para nele lançar os poluentes invade a propriedade pessoal de todos os outros que não poluem, confiscando o direito de propriedade alheia (Machado, 2002:51).

Esta é uma opção para as cidades que cada vez mais enfrentam problemas ambientais, principalmente os de cunho hídrico, e poderia ser um instrumento utilizado em Manaus por parte do poder público para atender aos apelos dos moradores da área da pesquisa em respeito a todo o tipo de poluição provocada pelos estaleiros.

Ainda que Marcondes (1999:64) nos aponte a existência da legislação ambiental de proteção aos mananciais hídricos metropolitanos desde a década de 1970, esta ainda não passa de um modelo teórico que implica em uma ocupação desejável a bacia que se pretende proteger, por meio da aplicação de dispositivos e disciplinando o uso, este último derivando da legislação urbanística, de forma a montar um sistema institucional de controle do espaço.

Como bem aponta esta autora (1999:105), uma vez instituído, se recorreria a conceitos que poderiam nortear a regularização de favelas e edificações, tais como o de *áreas saturadas* para os bolsões que necessitassem de regularização, e de *compensação ambiental* que nada mais é que a troca realizada a partir da regularização de conjuntos verticais desde que houvesse a doação de áreas verdes inclusive das taxas de uso do solo ultrapassadas, segundo

os critérios adotados pela lei, ampliando também o sistema de bonificação para a manutenção destas áreas verdes, estendendo seu uso a classes de baixo poder aquisitivo.

Recorreu-se à Constituição do Estado do Amazonas, aos documentos oficiais, como a Lei Orgânica do Município de Manaus, o Plano Diretor Urbano e Ambiental, e o Relatório Ambiental Integrado de Manaus, uma avaliação urbano-ambiental integrada da cidade, realizada com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de Secretarias da Prefeitura Municipal, tal como a SEDEMA, dentre outras.

Através do Geo Manaus (2002:21-22/31), obtivemos o levantamento que aponta como um dos principais problemas econômicos, a macrocefalia que a capital sofre em relação aos outros 61 municípios que compõem o Estado do Amazonas, pois em decorrência disto, temos o acúmulo de um passivo socioambiental na cidade nas mesmas proporções, o que ocasionou a drástica redução na qualidade de vida de maior parte da população, tendo isso um reflexo direto nas condições de saúde, higiene e moradia.

O maior deles é o lançamento in natura da maior parte dos esgotos domiciliares de Manaus nos corpos d'água da cidade. As ocupações ao longo dos igarapés São Raimundo, Educandos e do Quarenta na década de 90 ainda representam o maior problema urbano, juntamente com as inúmeras causas ambientais que crescem acompanhando o crescimento populacional e a ocupação desordenada do solo, a destruição das coberturas vegetais, a poluição dos corpos d'água e a deficiência de saneamento básico (op. cit, 2002:60).

Ainda que no início da década de 70 tenha ocorrido uma preocupação em avançar nos já superados instrumentos de controle e planejamento urbano existentes em Manaus, através da Lei nº. 1213/75, o Plano Diretor Local Integrado de Manaus (PDLI) é consagrado para “atender as necessidades da população e da cidade nos próximos 20 anos”, devendo ser revisado em 1995. Como complemento a Lei nº 1214/75 foi editada, para regulamentar as diretrizes gerais estabelecidas no Plano Diretor no que tange ao uso e ocupação do solo

urbano, bem como fixando critérios de parcelamento da terra. Mas com o passar de vinte anos, a cidade sofreu profundas mudanças, devido a dinâmica econômica, o que ocasionou transformações que não foram acompanhadas pelo Plano. Então, a Lei Orgânica do Município de Manaus editada em 1990, reafirmou a necessidade de dotar a cidade com novos instrumentos que garantissem um crescimento equilibrado, estabelecendo que o Plano deveria se manter atualizado a cada 10 anos (Geo Manaus, 2002:38-39).

Todavia, o que foi observado, é que principalmente após a década de 70, houve um certo relaxamento no cumprimento das normas urbanísticas e edilícias previstas no PDLI bem como legislação complementar em vigor desde meados da década de 70. O Plano desempenhou papel significativo apenas nos primeiros anos do processo de expansão urbana logo após a instalação da Zona Franca e do Distrito Industrial. Porém a ausência de um planejamento e melhor ordenamento do solo urbano, juntamente com a perda do controle do crescimento da cidade, propiciou a ocorrência de diversos problemas ambientais urbanos (Geo Manaus, 2002:21).

De acordo com a estruturação da Política Urbana no Estado do Amazonas, a Constituição Estadual (promulgada em 5 de outubro de 1989) em seu Capítulo X, seção II Art. 136 que trata sobre o desenvolvimento urbano, assegurando em todos os municípios a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais e econômicas da cidade, de forma que satisfaça a qualidade de vida e bem-estar de seus habitantes, sendo suas funções sociais esmiuçadas no §1º deste mesmo artigo e garantidas como direitos de todos os cidadãos³⁸.

Em seu art. 137, §1º inciso I, a Constituição obriga os Municípios com mais de vinte mil habitantes a elaborarem um Plano Diretor, enquanto instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana.

³⁸ Direitos assegurados a todos no Art. 136 em seu §1º: o acesso à moradia, transporte público, comunicação, informação, saneamento básico, energia, abastecimento, saúde, educação, lazer, água tratada, limpeza pública, vias de circulação em perfeito estado, segurança, justiça, ambiente sadio, preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural (Stone & Cavalcanti, 1999,91).

A Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN), promulgada em 1990, foi elaborada em consonância com os novos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que elevou os Municípios brasileiros à categoria de entes federativos, aos quais couberam novas atribuições relativas à proteção e à recuperação do patrimônio ambiental, natural e construído.

A Carta Municipal não somente definiu um conjunto de normas básicas e diretrizes para a proteção do meio ambiente, como estabeleceu sua articulação com os instrumentos voltados para o desenvolvimento urbano, avançando assim no entendimento associado das questões urbanas e ambientais.

A revisão do PDLI não foi efetivada, apesar dos esforços da Administração Municipal. Entretanto, nos últimos cinco anos da década, foram editadas mais de uma dezena de leis e decretos, complementados por inúmeras resoluções normativas, que estabeleceram novos conceitos e parâmetros para o direcionamento do crescimento urbano de Manaus. Somente em 2001 a Prefeitura Municipal logrou produzir um novo Plano Diretor Urbano Ambiental para a cidade, que incluiu a atualização de instrumentos para a gestão territorial do Município e seu planejamento (Geo Manaus, 2002:130).

A notoriedade é que a cidade real que é administrada pelo poder público, está bem distante do plano idealizado pelas leis urbanísticas em qualquer instância. Isto porque a dinâmica que deve existir na função social entre a cidade e cidadania, aparecem de forma explícita em todas as instâncias de poder, quanto ao direito ao uso social comum e a igualdade de acesso a equipamentos e serviços públicos. No entanto, a prática desta cidade que vai se construindo no cotidiano, é a de uma cidade que aparece enquanto criação de um Estado coercitivo que busca através da “justiça garantir aos que tudo tem e coibir os que nada tem”³⁹, isto porque vemos a cidade continuar sua existência sem se preocupar com uma prática que

³⁹ Expressão utilizada pelo juiz e mestre em Direito Ambiental Paulo Fernando Feitoza em conversa informal.

mantenha um equilíbrio entre o crescimento econômico aliado à conservação da natureza. Pelo contrário: a exploração dos recursos naturais continua cada vez mais sujeita aos direitos privados de propriedade que aos direitos de apropriação comum.

E apontamos isto porque, apesar do Código Florestal (Lei 4.771 de 15/09/1965) discorrer em seu Art. 2º que as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d' água serem de preservação permanente, é algo que não foi respeitado na beira-rio de Manaus⁴⁰, mesmo que a lei possua quase quarenta anos e seja anterior a ocupação que ocorreu em grande parte da área estudada. O que se observa é que, ainda que tenham surgido novas leis para dar conta de toda a preocupação gerada em torno do meio ambiente urbano, é que estas também continuam sem cumprimento, o que convém responsabilizar duplamente o poder público em qualquer de suas instâncias, caso este alerta não seja considerado.

O exemplo que se impõe é o da Lei nº 10.257/2001, que disciplina o Meio Ambiente Construído ou Artificial, previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal (CF), exigindo uma abordagem jurídica.

É notório que desde a publicação desta Lei, mais conhecida como Estatuto da Cidade, ocorrem três dilemas que segundo Séguin (2002:1-2) necessitam de verificação: o direito à, da e na cidade, no qual o primeiro conclama a existência de um sistema de normas, princípios e políticas públicas, o segundo se constitui pelas exigências da própria cidade que reclama obras e serviços para que possa continuar a existir, e, finalmente os direitos do cidadão, que no meio urbano, há que se reconhecer são diferenciados, ainda que em termos ambientais, os espaços urbanos não sejam auto-suficientes, dependendo de recursos externos e fazendo com que a vida seja um permanente sistema de trocas (escambo). É impossível admitir que a cidade perca sua dimensão humana, virando um formigueiro onde as pessoas se agitam num

⁴⁰ A exceção se faz somente no fragmento florestal que se encontra dentro da área institucional do Exército, e que ainda assim proíbe o acesso da população.

espaço mal-ocupado, excludente e destituído de solidariedade.

A cidade não pode perder de vista seu caráter antropocêntrico e a visão de que é o local onde as pessoas tenham oportunidade de atingir o pleno desenvolvimento, garantidos os direitos humanos, tal como a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), entre usos que possam vir a provocar algum impasse, a semelhança do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) conhecido desde a Lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), com o objetivo de avaliar os efeitos do empreendimento na vida da população. O EIV, dependendo da lei municipal que o crie, buscará evitar que uma obra prejudique a qualidade de vida do seu entorno, considerando a opinião dos vizinhos⁴¹, e deve ser executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

Silva (1990:33) diz que, o que aparece na linguagem dos direitos urbanos nos leva a um profundo questionamento em relação às desigualdades espaciais dessa cidade construída historicamente pelas sucessivas intervenções e reformas no planejamento urbano por parte das elites e tecnocratas dominantes. Esse cabedal de direitos urbanos se levados a uma aplicabilidade, fazendo com que a lei seja interessante e interessada aos setores oprimidos da sociedade, produziriam sim, uma sociedade e por conseqüência uma cidade mais justa, na qual todos, desde o mais simples cidadão, tenha o sentimento de pertencimento a sua cidade.

Caso isto não seja levado em consideração, fará com que, de acordo com Leff (2002:86/93), as normas jurídicas continuem sancionando condutas individuais que geram efeitos nocivos para o ambiente, sem a definição do campo dos novos direitos coletivos que reorientam as formas de produção e apropriação dos bens comuns da natureza, conjugando o objetivo de conservar os recursos naturais, com a participação da coletividade na gestão de

⁴¹ Conforme Séguin (2002: 41-42/44-45) sob o enfoque jurídico, vizinhos são os imóveis que sofrem influências recíprocas e não apenas aqueles que fazem divisa ou têm fronteiras em comum. Devendo constar no EIV avaliação de adensamento populacional, necessidades de equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, a paisagem urbana, se trata de patrimônio natural e cultural, dentre outros.

seu ambiente para que se construam maneiras diversas de um desenvolvimento sustentável.

E como bem nos indica Oliveira (2003b:62) apesar da Amazônia ribeirinha ter tido suas espacialidades quase sempre impostas, é relevante o reconhecimento de que este processo ainda que intenso, não é homogêneo, e que há sempre resíduos das relações pretéritas enquanto sinais de resistência.

O que deve prevalecer é a função social da propriedade e não a sua utilização somente enquanto fonte de lucro. Caberia ao poder público coibir o uso especulativo como reserva de valor, bem como outros abusos e distorções, de forma a garantir o uso social da propriedade da terra urbana, legitimando uma nova legalidade e a partilha da cidade por todos os seus cidadãos, para que a justiça ambiental seja disseminada.

Como demonstra Lynch (2001:62-63) uma sociedade governada por princípios de justiça ambiental implica na capacidade das burocracias estatal e municipal em tratar de uma larga lista de problemas já identificados, muitos dos quais estão localizados em bairros mais pobres, mas significa em um nível intra-urbano, que se tenha vontade política, para mensurar e controlar a poluição (seja ela qual for) não só dos pobres, mas também dos ricos na cidade, de forma que se faz necessário aprofundar na contribuição da legislação municipal de Manaus para verificarmos o quanto ainda podemos perder no “real” aquilo que nos assegura o “legal”.

4.2 DA NATUREZA DA CIDADE À CIDADE DA NATUREZA

A capacidade de enxergar e lutar não decorre da história social que a condiciona, mas da essência humana, comum a todos os indivíduos (Santos, 1987:100).

A princípio é relevante que se diga que além do que dispõe o art. 231 da Constituição do Estado, o Art. 296 da Lei Orgânica do Município de Manaus, promulgada em 05/04/1990 (Texto atualizado até a Emenda a LOMAN n° 34 de 29/04/2003 D.O.M. 07/05/2003), assegura que a Ponta Negra, dentre outras áreas e os igarapés localizados dentro do município, são áreas de interesse ecológico, tendo o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus, criado mediante o Art. 129 da Loman em seu Capítulo II Seção I, Art. 10 alínea a,

garantido a elaboração do Plano de Proteção das Margens dos Cursos d'Água bem como um de saneamento e drenagem, constituindo estes um programa que visaria a proteção do patrimônio natural, uma vez que a orla do rio Negro, demais cursos d' água e fragmentos florestais urbanos em Manaus constituem patrimônio natural da cidade (art. 8º, Cap. II Seção I Loman).

O Capítulo I do Plano Diretor Urbano e Ambiental em sua seção II que trata das Macrounidades Urbanas transforma a orla do rio Negro na zona Oeste em somente uma Unidade de Estruturação Urbana (UES), segundo § 2º inciso I, sendo que esta UES por força do §3º fica subdividida em quatro áreas. Ainda que o cabedal jurídico discorra sobre esta com sendo uma faixa contínua ao longo do rio Negro, apontando usos diversificados em diferentes pontos de contato com a malha urbana e um forte apelo nas atividades de navegação, esta menciona um incentivo a revitalizar a área, proteger os recursos naturais e valorizar a paisagem por meio destas UES⁴²: “*Ponta Negra, CMA, Compensa e São Raimundo*”.

Essas UES são então consideradas como áreas que devem receber prioridade em seu tratamento de intervenção urbana (Capítulo IV, Seção I, Art. 79 § 1º e incisos I e V).

Esse macroplano busca qualificar e valorizar toda a extensão da orla que consta na área urbana, garantindo o acesso público e a proteção das margens, tanto do rio Negro quanto do rio Amazonas. Fato este que atualmente seria inútil, uma vez que com a exceção da área de praia da Ponta Negra, todo o resto da beira-rio está tomado, com o acesso dificultado e algumas vezes até proibido, como já apontado.

Logo, o que se observa é que mesmo sabendo da intensidade de ocupação da área, o poder público institui a mesma como área de preservação permanente e de prioridade para reestruturação da cidade, como se agisse apenas para aparentemente ditar normas que pudesse

⁴² Buscar a descrição de cada UES no Anexo II da Lei n º 671/2002, bem como ver a lei n º 672 de 04/11/2002, que instituiu as Normas de Uso e Ocupação do Solo em Manaus, em seu Art. 6º da Seção II do Capítulo II, que dispõe sobre os tipos de ocupação existentes em cada UES, ambas no Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus.

num passo de mágica resolver as contradições existentes entre o confronto com a realidade⁴³.

O que ainda se agrava quando nos trabalhos de campo desta pesquisa se verificou que no setor formado pelos bairros de Santo Agostinho, Compensa e São Raimundo, ocorrem atividades econômicas que incomodam a vizinhança que reside no local (**ver imagens de satélite 07 e 08**).

Neste setor ocorreram reclamações quanto à poluição de toda ordem, através de lixo sólido (ferro retorcido) na praia (na cheia ou vazante) o risco é muito grande, até mesmo a queima de serragens, que provocam doenças respiratórias, principalmente nas crianças e nos idosos, a água suja por óleo diesel, o que impede enquanto fins de subsistência e até sua utilização para a diversão (o banho).

Isto vai de encontro com o que pedem os incisos II e V do Art. 43, Seção IV das Normas de Uso e Ocupação do Solo, que classifica as atividades que possuem fins econômicos, seja comercial, de serviços e industrial de acordo com o incômodo causado à vizinhança e o risco à segurança, respectivamente, demonstrando claramente que a recomendação de que se faça o EIV ou ainda EPIA⁴⁴ não é cumprida e burlando também o que é tratado pelo Art. 12 do Cap. I, Título III do Código de Obras e Edificações instituído pela Lei nº 673 de 04/11/2002 no Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus, enquanto instrumentos complementares de controle urbano de impactos urbanísticos ou ambientais significativos. Entretanto todas as atividades que estão na área de pesquisa parecem ter sido normalizadas através de seu enquadramento no Anexo X da Lei nº 672/2002, contemplando atividade do:

Tipo 3:

Uso Comercial / Serviços e Industrial

Industrial: fabricação de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos.

Tipo 4:

Uso Comercial: máquinas, aparelhos e equipamentos de grande porte.

⁴³ Para isso consultar os artigos 14 e 15 da Seção III no Capítulo II, que faz relevância aos Corredores Urbanos da Zona Oeste da cidade.

⁴⁴ Cap. VIII, Seção I Art. 99 e Seção II Art. 104 do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus nos termos do que pede o Estatuto da Cidade.

Imagem de Satélite 07: Área de restrição no São Raimundo

Ver arquivo (mapa7 area de restricao -sr.pdf) no CD anexo.

Imagem de Satélite 08: Área de restrição na Compensa

Ver arquivo (mapa8 area de restricao compensa.pdf) no CD anexo.

Uso Serviços: serralheria.

Tipo 5:

Uso de Serviços: transportadora; fundações, estruturas e concreto impermeabilização e demais serviços similares.

Uso Industrial: construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes

Atividades Especiais: heliportos, portos marinas, terminais de passageiros e cargas

Isto é, parece que o esforço foi feito para na verdade “legalizar” o que já existe e não para fazer justiça, uma vez que não foi e não é cumprida, até mesmo a margem de proteção de 30 metros, que a Norma de Uso e Ocupação do Solo institui no Art. 108 da Seção II do Cap. VIII⁴⁵, bem como os incisos I e II do Art. 86 do Capítulo II que tratam sobre as disposições gerais para edificação no Título III, que proíbe que qualquer tipo de construção avance sobre a superfície, espaço aéreo, ou subterrâneo daquilo que for espaço público, fato que não foi cumprido quando a área de praia foi tomada para construção da Torre do Hotel Tropical e ainda será conforme o folheto que anuncia um loteamento que garante a exclusividade da praia (ver figuras 05 e 06 no capítulo 1.0 e **imagens de satélite 09 e 10**).

Uma outra norma implica no respeito às condições urbanísticas e ambientais dos relacionamentos dos imóveis com a vizinhança, solicitando o não despejo de águas pluviais ou servidas inclusive nos espaços aéreos, e diretamente nos espaços públicos ou imóveis vizinhos, devendo a condução destes ser realizada através de dutos próprios à rede pública de drenagem ou para servidões oficiais internas quando existirem.

Na prática, o que se verifica é que em parte a orla do rio Negro está tomada por lixo, o que também é de responsabilidades dos moradores, já que alguns não esconderam durante o processo de levantamento de dados que realmente atiram seus lixos no rio. Em geral toda a orla possui as águas servidas escorrendo diretamente para seu caudal, mesmo que a Fiscalização da Postura (Art. 5º, Título II do Código de Normas de Uso e Ocupação do Solo) ao tratar dos logradouros públicos, relate em seus incisos II e V do Art. 43, Seção I do Título III, a recomendação à população o dever de cooperar com a Prefeitura na conservação e

⁴⁵ Art. 108 – Em todos os cursos d’água localizados na área urbana e de transição será adotada faixa de proteção marginal mínima de 30 metros contados de cada margem da maior enchente durante o período em que o Plano de Saneamento e Drenagem ainda não tiver sido implantado.

Imagem de Satélite 09: Cotas do rio Negro na Ponta Negra

Ver arquivo (mapa9 cotas do rio negro pn.pdf) no CD anexo.

Imagem de Satélite 10: Cotas do rio Negro no São Raimundo

Ver arquivo (mapa 10 cotas do rio negro sr.pdf) no CD anexo.

limpeza dos mesmos, proibindo a derivação das águas servidas e atirar resíduos e detritos de qualquer natureza nos mesmos.

Também é bom que se diga que de acordo com os dados do Geo Manaus (2002:80-81), devido à grande quantidade de pessoas que freqüentam alguns trechos do rio Negro, principalmente nos finais de semana, isto faz com que se tenha a necessidade de saber se as condições de balneabilidade são apropriadas para o uso, o que força a Prefeitura Municipal de Manaus, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEDEMA) em conjunto com o Conselho Municipal de Vigilância Sanitária (COVISA), a coletarem periodicamente nos locais de maior freqüência da população, essas condições de balneabilidade das águas das praias fluviais e de alguns balneários públicos, através da medição da intensidade de coliformes fecais em suspensão nos corpos d'água, emitindo pareceres sobre as possibilidades de recreação de contato primário nesses locais, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução n° 20/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

As principais praias do rio Negro sob monitoramento, dentro da cidade de Manaus, dentre outras, foram a Ponta Negra (na direção do Hotel Tropical, rampa do Bar Itapoã, escada do Anfiteatro, Anfiteatro e Prainha) e o Porto de São Raimundo⁴⁶.

Quanto às informações da empresa concessionária Águas do Amazonas que também constam no Geo Manaus (2002:60), a cidade é abastecida de água por meio de três sistemas: o principal, os isolados e os mistos. Sendo que o principal possui uma produção e tratamento de água a partir de duas estações, e uma se encontra situada na Ponta do Ismael, bairro da Compensa, a qual a captação é realizada diretamente do rio Negro.

Mas este documento salienta que:

Apesar do controle de qualidade da água de abastecimento em Manaus ser de responsabilidades do Instituto de Proteção Ambiental do estado do Amazonas (IPAAM), este órgão não dispõe de informações a respeito dos procedimentos, a periodicidade e os resultados do controle realizado (Geo Manaus, 2000:60).

⁴⁶ Ver Tabela 4.4 Balneabilidade das Águas em Manaus no ano de 2001 e Mapa 4.2 Pontos de coleta para avaliação de balneabilidade das águas em 2001 em Geo Manaus, 2002: 80-81.

Quanto ao sistema de esgotos em Manaus, este é formado por rede coletora, coletores-tronco, estações elevatórias e Estações de Pré-Condicionamento (EPC) localizados no bairro do Educandos e um emissário subfluvial que se inicia nessa estação. Após o tratamento na EPC deste bairro, os efluentes são lançados no rio Negro, através de emissário subfluvial, com percurso seguindo pelo fundo do Igarapé do Educandos até o local da disposição final.

Todavia, a rede de coleta existente na cidade se encontra dispersa ou agrupada em diferentes pontos, como áreas que abrangem conjunto habitacionais, loteamentos ou em alguns bairros inteiros, o que não forma um sistema contínuo. Sendo que nas áreas onde não existem rede coletora, são utilizadas fossas e sumidouros nas residências e fossa/filtros anaeróbicos nos conjuntos habitacionais. Mas que em geral, toda a cidade, mesmo nas áreas próximas ao centro, ocorrem lançamento de efluentes domésticos nas ruas e nos vários igarapés que cruzam Manaus⁴⁷ (Geo Manaus, 2002:61).

Em relação ao destino do lixo produzido na cidade, segundo este relatório (2002:63), a maior parte é coletada pelo órgão responsável, mas que um volume significativo ainda é queimado ou lançado em terrenos baldios e corpos d'água, segundo os dados da CPRM e da Defesa Civil Municipal, fornecido aos técnicos que elaboraram o Geo Manaus. Estes indicam que quase todos os igarapés que cortam a área urbana estão com suas águas poluídas, dentre eles o igarapé do São Raimundo, da Bolívia e do Tarumãzinho, sendo que os dois últimos são tributários principais do Tarumã-Açu, que tem a sua jusante inserida neste estudo, por se tratar de um tributário do Negro.

Ainda há a ocorrência de alagamento das áreas ocupadas por chuvas intensas, inclusive com riscos de desabamento presente em alguns pontos. Dentre os bairros mais atingidos estão o da Compensa e do bairro de São Raimundo, bem como toda a beira do rio Negro. Isto é sempre um tormento aos moradores quando ocorrem as inundações dos trechos

⁴⁷ Ver Mapa de Sistema de Saneamento de Manaus na página 62 do Geo Manaus (2002).

mais baixos da área urbana, pois todos os anos durante as cheias fluviais, principalmente os moradores dos bairros que estão localizados às margens dos cursos d'água sofrem as conseqüências, aparecendo novamente dentre outros, o de São Raimundo e Compensa como os mais atingidos (Geo Manaus, 2002:70/74).

Conforme constatamos nos trabalhos de campo da pesquisa, este realmente se constitui num dos principais problemas ambientais da cidade na atualidade, pois é no período das cheias que os riscos ambientais aumentam para os que se encontram nessas áreas. De acordo com o Geo Manaus (2002:112/114), a vazão das águas nas cheias do rio Negro na cidade, mesmo não atingindo cotas mais elevadas, cuja freqüência é de cinco anos, é responsável por impactos negativos nas áreas ribeirinhas da cidade, em razão do grande contingente populacional que habita terrenos suscetíveis à inundação. E os moradores continuam, ainda que a Defesa Civil da Prefeitura de Manaus tenha constatado que considera como principais áreas sujeitas a inundações as que estão situadas ao longo do rio Negro e nas margens de diversos cursos d'água da cidade.

Quanto aos riscos de deslizamentos do pacote, o Geo Manaus relata que em levantamentos recentes realizados pela Prefeitura Municipal de Manaus, em parceria com o Ministério Público do Estado do Amazonas e a Superintendência Regional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/AM), foram identificados quatro trechos suscetíveis a deslizamentos ao longo da terra urbana do rio Negro⁴⁸ (op. cit., 2002:86).

Logo, vemos que uma das poucas áreas pela qual a população em geral pode chegar até o rio, que é a área de moradias da população de menor poder aquisitivo, é também a que possui os maiores problemas urbanos – ambientais da cidade, ficando mais uma vez o direito ao “acesso” na cidade resvalado a um segundo plano por parte do poder público.

E este “direito à cidade” que se questiona na beira-rio, é:

⁴⁸ Ver a indicação da Tabela 4.5 e Mapa 4.4, que demonstra que dentro destes trechos foram pesquisadas 12 áreas de risco. (Geo Manaus, 2002: 87).

“o direito a não ser excluído da centralidade e de seu movimento!” (Lefebvre, 1999: 137)

Mas como bem nos aponta Silva (1990: 28), desde o final da década de 80 pode ser visualizado uma outra conjuntura para novos direitos à cidade, por aflorarem questões de justiça social, igualdade e liberdade que terminam por se articularem para dar fôlego às demandas de participação social efetiva e democrática no que tange a gestão das cidades, com destaque para os movimentos sociais urbanos que passam a ter novas relações com os níveis institucionais de poder, principalmente com o legislativo. Cabe, é bem verdade, esclarecer que essas relações são o centro para o construto de direitos que abarquem a justiça social.

Para essa discussão se faz necessário novamente apontar o tempo fluido em que vivemos na atualidade, que segundo a autora citada, vem ser “aberto à interrogação constante”.

Importa reter a idéia de que a sociedade necessita ser autônoma, tendo consciência de que assim como reconhece que as leis e as instituições são resultados de seu próprio produto, ela bem pode corrigi-las e modificá-las, através de questionamentos constantes, rompendo então com a sociedade heterônoma, que sofre com a falta de informação, de cidadania, entregando-a à regulação estatal, transformando-a portanto em “estadania”, que termina por não reconhecer a diferença existente no outro, impondo limites e restrições, ordenando comportamentos e inclusive a liberdade de seus indivíduos (Silva, 1990: 29).

Entretanto, ainda esta autora nos relata que toda a dificuldade que se tem em criar um espaço público que não se confunda com o privado, tem razões de ser num passado escravocrata no qual as relações sociais eram tratadas com autoritarismo e arrogância. Isto ocasionou o não reconhecimento da diversidade dos outros e impossibilitou a sua plena institucionalização. E ainda que reconheça tais demandas, termina por incorporá-las por meio de mecanismo clientelista, através de políticas públicas que servem para fragmentar ainda mais e dispersar os movimentos sociais urbanos que venham à cena para reivindicar algo,

fazendo com que o acesso ao espaço político seja dificultado (Ibid, 1990: 29).

Por ter escolhido para si um modelo de desenvolvimento excludente e segregador, o espaço da cidade se fez hierarquizado pelas diferenças por meio de critérios e privilégios raciais, através dos planos de Reforma Urbana, definindo através da homogeneização, os lugares dos cidadãos e dos não-cidadãos, o que permaneceu nas práticas urbanas ao longo dos tempos, alimentando na cidade espaços extremamente desiguais, proporcionando na paisagem dois tipos de cidade, a da legalidade, que vem ser aquela “autorizada”, ou seja, a que está na legalidade por meios dos direitos urbanos, amparada na legislação urbanística, e a cidade da “clandestinidade”, aquela que temos no real, a que vem estar fora dos padrões de legitimidade no que concerne à legislação. Portanto é paralela, ilegal, a esta não está reservado o acesso aos direitos urbanos (Silva, 1990: 30).

Para podermos avançar para além desse Estado clientelista, que fragmenta e separa os movimentos sociais urbanos, é preciso que se invista e apóie o modelo “comunitário” que privilegie a igualdade entre “iguais”, e que se busque a eliminação das carências. Mas essa “deslegitimação” das diferenças termina dificultando a percepção da importância que possui os mecanismos de representação, que chamam para si, espaços de negociação que busquem instituir políticas que tragam outra manifestação às formas democráticas diretas e representativas, na qual esta representatividade e negociação possam adquirir outra centralidade (op. cit., 1990: 31-32).

Para Castoriadis *apud* Silva (1990: 32) a capacidade de escolher, julgar e participar que tem a população urbana na gestão da coisa pública, deve primeiramente passar pelo entendimento do que vem a ser liberdade, entendida aqui como “igualdade de participação de todos no poder”.

Os novos direitos devem constituir uma prática social, não se restringindo a normas jurídicas, pois aqui também se esboça um duplo papel do direito, aquele que convive com a

cidade clandestina enquanto práticas sociais, surgindo das lutas e ocupações coletivas da terra urbana, sendo por isso mesmo paralelo, vivendo em conflito com o direito oficial (Silva, 1990: 34).

Uma cidade mais justa levanta a questão da legalidade, que vem a ser um projeto de autonomia em um tempo público que se afirma justamente por ser indeterminado, buscando uma nova elaboração das leis, que primem por selecionar maiores princípios de igualdade e liberdade para todos. Isto permite engendrar através dos direitos, espaços públicos de expressão, discurso e ação, contribuindo para que haja nas cidades uma maior justiça social, por ser resultante de uma sociedade autônoma, como um projeto verdadeiramente democrático, ilimitado, aberto às possibilidades de modificação (Castoriadis *apud* Silva, 1990: 37-38).

Ao buscar unificar a competência técnica com o poder público, a imagem urbana, ainda que crie a tessitura de um só discurso autoritário, corresponde à sua assinatura institucionalizada sobre a cidade coletiva, garantindo sua própria estabilidade, que se acredita eficiente porque permanece, garantindo também a permanência e, nela a eficiência das resistências. E nesse sentido, esta imagem totalizada termina sendo o retrato do imaginário do poder que usa a cidade como resposta do seu devaneio, de uma ideologia assinada pelos poderes público e técnico, apreendida na medida em que se circunscrevem seus limites e justificativas. (Ferrara, 2000:129).

Todavia, mesmo nesta cidade que transforma espaços públicos e privatiza áreas com o auxílio da especulação imobiliária (ver figuras 07, 08 e 09), ocorrem os focos de resistência por parte da população local, que felizmente insiste em se fazer presente, mesmo que seja num simples banho de rio ao fim da tarde sob as graças do mais belo pôr-do-sol de Manaus em meio ao espelho das águas do rio Negro (ver figura 10).



Figura 07 – A Ponta Negra em 2000 iniciando o processo de transformação em “Barra Cabocla”
Fonte: Jornal A Crítica – 24 e 25/12/2000.



Figura 09 – Vista aérea da privatização da área da Ponta Negra na vazante
Fonte: Jornal A Crítica – 05/12/2004.

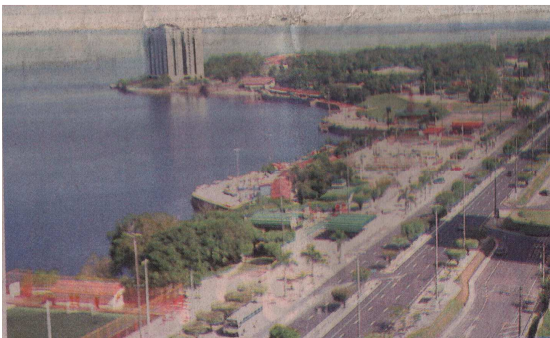


Figura 08 – Vista aérea da privatização da área da Ponta Negra na cheia
Fonte: Jornal A Crítica – 24/10/2004.



Figura 10 – A resistência da população frente a especulação imobiliária e a privatização da praia
Fonte: Jornal A Crítica – 24/10/2004.

CONCLUSÃO

Através da elaboração deste corpo teórico a partir da observação do objeto de estudo, buscamos aqui compreender as relações que vão se estruturando na cidade a partir da perspectiva da produção, imbuídas do espírito da concorrência, da negação da coletividade, em contraponto as que se constituem a partir do uso, da festa do povo.

Em geral, constatamos que a população tem o acesso limitado ao rio Negro através da praia da Ponta Negra, pois no restante da área, ele só se torna possível nas marinas existentes e no próprio porto de São Raimundo, que serve de ligação com municípios localizados no rio Solimões. Nas outras localidades, o acesso é restrito e em alguns casos proibido, por ser de uso exclusivo de hotéis, estaleiros, grandes empresas de navegação, portos privados, condomínios fechados, e a presença do próprio Estado, na figura dos poderes municipal, estadual e da área militar.

Por isso mesmo, o temário selecionado foi permeado pelos seguintes tópicos:

- Quais os usos que correlacionam as suas diferentes formas de ocupação que foram ocasionadas por períodos distintos?
- Qual o significado do rio para os diferentes agentes que se encontram na área de estudo?

Cabe ressaltar que os temas levantados não são independentes entre si. Ao contrário: verificou-se que ocorre sim, uma relação mútua entre eles, pois mesmo os usos que atuam na área da pesquisa possuindo diferenciações entre si, o rio é relevante para todos os agentes, seja como contemplação, subsistência, trabalho, segurança, etc. O que importa é verificar que as análises que agora se apresentam não exauam as possibilidades para que posteriormente sejam trabalhados outros temas de análise. Por isso mesmo é que houve a proposta de mapeamento desses usos que a terra urbana na área em estudo possui.

Mas, como a cidade é produto das pessoas na perspectiva Lefebvreana, também a

natureza que é mediada pelo mundo da simbologia vai sendo apropriada pelo mundo da mercadoria, e desta forma não podemos buscar a compreensão da natureza na cidade como algo natural, tem-se que tentar compreendê-la enquanto um metabolismo.

A sociedade que temos atualmente é, sobretudo urbana por deixarmos os costumes da vida atual cada vez mais abarcarem os antigos modos de vida, aqueles tidos com rurais, que fazem com que na cidade surjam pontos de resistência que aparecem enquanto resíduo, onde a natureza adquire um novo sentido. Até o tempo parece diferir nestas localidades. Um tempo mais lento do que aquele que está ao lado, no caso do grande capital, que aparece na forma dos estaleiros e das companhias de navegação.

Entretanto, não é possível se ter a compreensão da cidade sem a natureza, uma vez que se tem hoje a propagação da ideologia do desenvolvimento sustentável. Devemos buscar abstrair do plano ideológico e procurar o estabelecimento da idéia enquanto conceito que somente se estabelece, se estiver arraigado na perspectiva de ser um produto social, isto é, produto da sociedade, o que vai nos remeter a idéia de presente e de futuro.

Mas até essa questão conceitual de tudo estar se voltando para a sustentabilidade, termina por servir ao mundo da mercadoria, quando se estabelece o que vem a ser ou não parâmetro daquilo que se quer sustentável, pois isso implica uma quantificação. Mas a prática na verdade requer uma mudança nos padrões de consumo, em direção a uma prática social que procure mitigar o chamado impacto negativo.

A sustentabilidade deve sim primar por uma ética daqueles que estão por vir. Isso é o que realmente importa naquilo que se quer compatível com qualidade de vida, mas enquanto noção de conceito, ainda que se procure trabalhá-lo de forma perene, temos que ter em mente que ele vai estar atrelado a sociedade que temos agora e a que teremos futuramente.

Após a abordagem das leis, tanto em plano nacional como regional, verificamos que tanto na “beira” enquanto lugar dos pobres como na “orla” vista como o lugar dos ricos, vem

ocorrendo a transgressão do cabedal jurídico, com a apropriação dessas áreas enquanto propriedade particular.

Isto confronta nossa Carta Maior em seu art. 225, que assegura como bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida, um meio ambiente equilibrado, e a Constituição Estadual que em seu capítulo XI ao dispor sobre o Meio Ambiente, art. 230 inciso XI⁴⁹, indica que deve haver o controle das atividades que se localizem e promovam qualquer tipo de poluição às margens de cursos d' água.

Isto é relevante porque o povo em si não usufrui deste bem que é o rio, nem temos as áreas ao longo do rio Negro preservadas, ainda que ele tenha recebido um tratamento legislativo pelo novo Plano Diretor, as Normas de Uso e Ocupação do Solo e os Códigos de Obras/ Edificações e de Posturas, e que tenha sido considerado área de prioridade para a cidade, ela continua sem o tratamento adequado.

Ora, não se pode verificar o rio que banha a cidade como algo pontual, como aponta o Código Civil no art. 66, limitando como bem de uso comum os rios, mares, estradas, ruas e praças, enquanto elementos isolados, pois se trata de um conjunto. O olhar tem de sobrevir na diferença e ampliação do horizonte legal, que a Constituição no art. 225 insere quando diz que o meio ambiente, todo ele, é um bem de uso comum do povo, e que este é um conceito relacional, uma vez que pode incluir a área de entorno.

Entretanto conforme Leff (2002: 73/75) considerar o conflito socioambiental como um campo de lutas ecológicas distorce as relações que a defesa da “ecologia” mantém com as lutas pela autonomia cultural e pela democracia, ou ainda disfarça o caráter “ambiental” (e não meramente ecológico) de um movimento dos cidadãos em defesa de sua identidade coletiva (onde o problema de distribuição ecológica entre o uso privado e o uso comunitário do ambiente não se resolve através da negociação em torno de um conflito econômico-

⁴⁹ Ver Stone & Cavalcanti (1999, 143-144).

ecológico, com critérios técnicos de impacto ambiental e de custo-benefício). É necessário surgir movimentos sociais que integrem a resistência cultural como defesa de um estilo de vida, e a defesa do meio ambiente como um processo de reapropriação de seu entorno, e seu patrimônio de recursos naturais implica novos princípios de valorização da natureza, novas estratégias de reapropriação dos espaços e dos processos produtivos e novos sentidos que mobilizem e reorganizem a sociedade.

Definitivamente, a margem dos rios que não sofrem influencia da maré, conhecida como *terrenos reservados* necessita sim de um tratamento onde prevaleça a sua proteção, conforme o acervo legislativo que trata do assunto. Uma vez que isto na esfera municipal se encontra estruturado, devemos buscar o necessário para que a partir da particularização das leis, haja esclarecimentos que cada vez mais façam diminuir a diferença existente entre a natureza da cidade, que definitivamente não é cumprida e está longe do ideal, para a cidade que poderia ser a da natureza.

Portanto, esta pesquisa aceita e comprova a hipótese de que a estruturação das cidades na Amazônia teve desde sempre uma estreita relação com o rio, devido o padrão espacial organizado a partir do leque fluvial, sendo o rio um componente de relevância para as cidades amazônicas. Se considerarmos que estas são predominantemente ribeirinhas, podendo inclusive aparecer no imaginário da população enquanto elemento simbólico. Todavia, a produção do espaço urbano baseado no mercado, ao desprezar o rio enquanto dimensão do lugar, destrói a possibilidade do construto de uma cidade caracteristicamente local.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa que era analisar o uso do solo urbano atual da beira-rio da cidade de Manaus, desde a foz do rio Tarumã à foz do igarapé de São Raimundo, foi alcançado. Este foi possível a partir de seu desdobramento nos que foram estipulados como objetivos específicos, os quais eram: identificar e tipificar as formas de ocupação e os agentes sociais envolvidos no processo, através da ocupação da área desde

a criação da ZFM (1967); a verificação das alterações promovidas pelo poder público em suas várias instâncias a partir da legislação, observando o grau de abrangência e a sustentabilidade ambiental apresentados, bem como a elaboração dos mapas que demonstram os critérios de uso e de apropriação do solo, com a representação das ações provindas das atividades econômicas e da concentração populacional na área.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus: primeiros estudos. In: Boletim Paulista de Geografia n.15. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Outubro de 1953, 18-45.

AGASSIZ, Louis. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ALENCAR, Amaro Vieira de. São Raimundo dos meus amores. Manaus: Sociedade de Televisão Ajuricaba, 1985.

AMAZONAS, Secretaria de Estado de Comunicação Social. São Jorge dos Santos e dos Orixás. Manaus: Coordenadoria de Relações Públicas, 1985, 65p. (Série Bairros de Manaus).

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In.: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos / Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11- 74.

BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: Política e História em Gramsci. Vol. I. Coordenação de Franco Ferri. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Instituto Gramsci. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1978, 11-69. (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 119).

BERRY, Brian J. L. & BACKER, Alan M. Amostragem Geográfica. In: Análise Espacial. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História. Comissão de Geografia (Série: Textos Básicos 3).

BENCHIMOL, Samuel. Zona Franca de Manaus: a conquista da maioria. São Paulo: Sver & Boccato, 1989.

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANCO, Maria Luísa G. Castello. Indústria. In: Geografia do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências – Rio de Janeiro: IBGE: 1991, p. 235-254.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMPOS FILHO, Cândido M. Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992 (Coleção Cidade Aberta).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Espaço e Tempo na MetrÓpole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A cidade. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Repensando a Geografia).

_____. O espaço urbano: novos inscritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Marcos de. O que é natureza. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção Primeiros Passos).

CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 51-104 (Coleção TÓpicos).

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1. reimpressão revisada, 2000. (Coleção Pensamento Crítico volume 48).

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 7ª ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teoria, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Antônio Teixeira Guerra & Sandra Baptista da Cunha (organizadores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; 19-45p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 49 (3), p.39-67,1987.

_____. A organização urbana. In: Geografia do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dir. de Geociências – Rio de Janeiro: IBGE: 1991, vol.3 p. 255-271.

_____. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997: 145-152.

_____. O espaço urbano. 4. ed. São Paulo: Ática: 2002 (Série Princípios).

CORREA, Luiz de Miranda. Guia de Manaus: roteiro histórico e sentimental da cidade do rio Negro. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova Ltda, 1969.

COMPANS. Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade?. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 105-137.

FERRARA, Lucrecia D' Alessio. Os significados urbanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000, 185p. (Série Acadêmica, 31).

FIGUEIREDO, Walney Freitas de. A Geografia do bairro da Compensa. Monografia de Bacharelado. Manaus: UFAM / Departamento de Geografia, 2003, 50p.

FONSECA, Ozório José de Menezes. Ponta Negra. In.: Amazonidades: coletânea de artigos publicados na coluna semanal intitulada Amazonidades: edição comemorativa dos 100anos do Jornal do Commercio. Manaus: Gráfica e Editora Silva, 2004.361p. (291-293)

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 285-315 (Coleção Tópicos).

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Planejamento ambiental para a cidade sustentável. 2ª ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001, 55-83.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Edna Castro e Florence Pinton (org). Belém: Editora CEJUP/ Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Amazônicos, 1997, p. 107-130.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOUROU, Pierre. Observações Geográficas na Amazônia: a morfologia e os solos. In: Revista Brasileira de Geografia. Tradução de Lísia Maria Cavalcante Bernardes. São Paulo: Universidade de São Paulo, número de julho-setembro de 1949. Ano XI, n. 3p, 49-102

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2. ed. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 1997.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. A Poética d' "O Rio" – Araguaia! De Cheias...E...Vazantes...(À Luz da Imaginação! 2001. 354f. Tese de Doutorado - Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Tradução: Abil Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bases de informações por setor censitário: censo demográfico 2000 – Amazonas/Manaus. Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas, versão 1.1. Rio de Janeiro, 2002.

KONDER, Leandro. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: Olhares sobre a cidade. Robert Moses Pechman (org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, 73-82.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2ª ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

_____. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYNCH, Bárbara Deutsch. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 57-82.

MALAN, Pedro Sampaio. Desenvolvimento Econômico e Democracia: a problemática mediação do Estado. In: Direito, cidadania e participação. Bolívar Lamounier, Francisco C. Weffort, Maria Victoria Benavides (organizadores). São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 1981, 109-128.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. A cidade e as águas. In: Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999, 59-113 (Coleção cidade aberta).

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 57-117.

MATA, João Nogueira da. Manaus por Dentro. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 1988.

MERLEAU – PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, 271- 490 (Coleção Tópicos).

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Roteiro Histórico de Manaus. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998, volume II.

MOURA, Hélio et alii. Aspectos Sócio-demográficos. Migrações para Manaus. MELO, Mário Lacerda de & MOURA, Hélio A. de (coordenadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990, 280-459.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Amazonas: um Estado Ribeirinho. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.

_____. Amazônia e questão regional: um regionalismo sufocado. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, V.1, nº 1, 2000,109-119.

OLIVEIRA, João Paulo Vieira de. Manaus: Plano Diretor e Expansão Urbana. 2002, 130f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Curso de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

OLIVEIRA, José Alcimar de. Cultura, História e Memória. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002b (Série Em Busca da Identidade Regional).

OLIVEIRA, José Aldemir de. Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas. Revista da Universidade Federal do Amazonas. v. 4, n.1-2, p.155-172, jan/dez 1995 (Série: Ciências Humanas).

_____. Cidades na Selva. Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003 (Série

Em Busca da Identidade Regional).

_____. A vivência nas cidades da Amazônia: algumas reflexões. In: Cadernos do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) n° 207 (setembro/outubro). Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2003b, 55-65.

PMM - Prefeitura Municipal de Manaus. Manaus Ontem e Hoje. Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Manaus: Administração Eduardo Braga (Prefeito Municipal de Manaus), 1996. Álbum Memorial fotográfico “Manaus Ontem e Hoje”.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus – 1899-1925. 2.ed. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003 (Série Amazônia: a terra e o homem).

RIBEIRO FILHO, Vítor. Mobilidade Residencial em Manaus: uma análise introdutória. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999, 197p.

_____. A configuração da área central de Manaus e sua dinâmica recente. 2004. 237f. Tese de Doutorado – Curso de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção a).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Ed. Record, 1999.

_____. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 3. ed., 1999b.

_____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1997, 51 - 88.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 2.ed., 1991.

_____. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: Reestruturação urbana: tendências e desafios. Licia Valladares, Edmond Preteceille (coordenadores). São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro], 1990, 183-191. (Coleção Espaços).

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

SCHWEICKARDT, Júlio César. Um olhar fenomenológico sobre a cidade. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, V.1, nº 1, 2000, 129-141.

SÉGUIN, Elida. Estatuto da cidade: promessa de inclusão social, justiça social. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).

SILVA, Ana Amélia da. A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania. In: Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Bandeirante Gráfica e Editora Ltda, Ano X – nº 30, 1990, 28-41.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. Ermínia Maricato (Org). Editora Alfa-Omega. São Paulo: 1979, 21-36 (Coleção Urbanismo).

SOUZA, Márcio. Breve história da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994, 163-164.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. A água e o homem na várzea do Careiro. 2.ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TOCANTINS, Leandro. O Rio comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana (CEA), 1972.

TUAN, Yi –Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TRINDADE Jr., Saint-Clair C. da. A produção do espaço e uso do solo urbano em Belém. Belém: Universidade Federal do Pará / Núcleo de Altos Amazônicos, 1997.

TRINDADE Jr., Saint-Clair C. da & ROCHA, Gilberto de M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002, 13-23.

VASCONCELOS FILHO, João Manuel de. A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa. 2003. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós Graduação em Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: Lincoln Institute, 2001.

LEIS, PLANOS E PROJETOS

BRASIL. Constituição Federal: Coletânea de Legislação Administrativa. Odete Medauar e Maurício Antônio Ribeiro Lopes. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001 (mini-códigos).

CÓDIGO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS. Lei 605, de 24 de julho de 2001. Prefeitura Municipal de Manaus: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA).

CRETELLA JÚNIOR, José. Tratado do domínio público. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 9. ed. revisada e atualizada de acordo com o Novo Código Civil (Lei nº 10.406 de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada. In.: Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 118-150.

_____. Bens Públicos. In: Direito Administrativo. 17ed. São Paulo: Atlas, 2004. 563-621.

IMPLAN - Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática / PMM – Prefeitura Municipal de Manaus. Atualização da Lei nº. 1214/1975 Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI. Manaus: 1996.

IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano / PMM – Prefeitura Municipal de Manaus. Coletânea de Legislação Urbanística para Manaus. Manaus, 2004 / cd-rom.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. 2 ed. Manaus: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), 2001. (série Legislação Ambiental 3).

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Princípios Gerais do Direito Ambiental. In: Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores: 10. ed. (revisada, atualizada e ampliada), 2002, 45-82.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 28. ed. atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

NUNES, Antônio de Pádua. Código das Águas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO AMAZONAS. Lei 2.712 de 28 de dezembro de 2001. Manaus: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), 2002.

PROJETO GEO CIDADES: relatório ambiental urbano integrado: Geo Manaus. Supervisão: Ana Lúcia Nadalutti La Rovere, Samya Crespo; Coordenação: Rui Velloso. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

PROJETO RADAMBRASIL: Levantamento de Recursos Naturais. Folha S.A. 20-Z-D-III-2 Manaus volume 18: escala 1:50.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, edição fac-símile / cd-rom.

SILVA, José Afonso da. Federalismo e Meio Ambiente. In.: Direito Ambiental Constitucional. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004, 71-80.

STONE, Ronnie & CAVALCANTI, Celso (org). Constituição do Estado do Amazonas: promulgada em 05 de outubro de 1989, atualizada até a emenda constitucional n° 35, de 28 de dezembro de 1998. Manaus: Editora Valer, 1999.

ARTIGOS DE JORNAL

ALVES, Raphael. Poluição sonora lidera lista de crimes ambientais. A Crítica, 4/12/2004. Caderno Cidades, C8.

CANADÁ, Construtora. A sua casa perto da Ponta Negra e longe do estresse. A Crítica, 15/08/2004. Cassificados, 1.

_____. Qualidade de vida é uma conquista: finalmente uma casa com o seu estilo em plena Ponta Negra. A Crítica, 15/08/2004. Classificados, 3.

CAPITAL, Construtora. Parabéns Manaus, 335 anos. A Crítica, 24/10/2004. Caderno Brasil, A9.

DANTAS, Gerson Severo. Natureza Domina. A Crítica, 24/10/2004. Caderno Especial Manaus 335 anos, M2.

GAFISA, Construção. Tropical Business Manaus, vencedor do prêmio Arquitetura Corporativa. A Crítica, 02/05/2004. Caderno Brasil, A7.

GAMA, Lúcia Carla. Manaus: cem anos de transformações. A Crítica, 26 e 27/12/1999. Caderno Cidades, C4 e C5.

MARJA, Josie Maria. Ponta Negra vai ter Alpha Ville. A Crítica. Manaus, 20/03/2005. Caderno Economia, A14.

MOURÃO, Mazé. Manaus da beira. A Crítica, 07/11/2004. Jornal da Família, JF8.

OSSAME, Ana Célia. Caminhos que são invisíveis em Manaus. A Crítica, 31/10/2004. Caderno Cidades, C7.

O SIMBOLO: Manauense elege Ponta Negra. A Crítica, 24/10/2001. Caderno Especial Manaus 332 anos, 7.

PATRÍCIA, Terezinha. Rio Negro é a arma de sedução. A Crítica, 24e25/12/2000. Caderno Economia, A13.

_____. Guerra contra o contrabando. A Crítica, 09/05/2003. Caderno Economia, A13.

PEDROSA, Júlio. “Guerra” pela Ponta Negra. A Crítica, 31/07/2004, Caderno Cidades, C1.

VIANEZ FILHO, Belmiro. Modelo ZFM está consolidado no cenário nacional. Jornal do Commercio, 02 e 03/01/2005. 101 anos de história, ed. especial, 95.

APÊNDICES

Formulário 01

Setor:

1. Identificação

Nome e Idade _____

Endereço _____

Profissão e Escolaridade _____

2. Habitação

Tipo:

alvenaria madeira mista

3. Condição de ocupação

própria alugada cedida posse amigos parentes

4. Infra-estrutura

Abastecimento de água

canalizada da rede canalizada de poço poço outra forma _____

5. Energia elétrica

Manaus Energia outra forma _____

6. Instalação sanitária

Possui: sim não

Qual o tipo? rede geral rede pluvial outra forma _____

7. Destino do lixo

coletado queimado jogado outra forma _____

8. Transportes

próprio coletivo outros _____

9. Qual o motivo que levou a residir no local?

10. Qual a sua opinião do local de moradia?

11. O que significa o rio para você?

Formulário 02

Setor:

12. Identificação

Nome e Idade _____

Profissão e Escolaridade _____

Local de Moradia _____

13. Frequência que vai a Ponta Negra

semanal

mensal

anual

14. Meio de transporte utilizado:

automóvel ônibus carona outros _____

15. O que você acha mais interessante na Ponta Negra?

16. O que significa o rio para você?